

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
CURSINHO PRÉ-UNIVERSITÁRIO POPULAR

História



2014

Professor: Pedro Henrique Leite
Coordenação: Letícia Couto Bicalho

SUMÁRIO

	Pág.
CAPÍTULO I – Fim do Império e a Construção do Estado Republicano Brasileiro.....	02
Sessão Leitura.....	07
Exercícios de Fixação.....	18
Pintou no ENEM.....	19
CAPÍTULO II – A Primeira Guerra Mundial (1914-1918)	22
Sessão Leitura.....	25
Exercícios de Fixação.....	25
Pintou no ENEM.....	27
CAPÍTULO III – A Revolução Russa.....	28
Sessão Leitura.....	31
Exercícios de Fixação.....	32
Pintou no ENEM.....	33
CAPÍTULO IV – A Crise de 1929.....	35
Sessão Leitura.....	36
Exercícios de Fixação.....	36
Pintou no ENEM.....	37
CAPÍTULO V – Era Vargas.....	38
Sessão Leitura.....	40
Exercícios de Fixação.....	46
Pintou no ENEM.....	46
CAPÍTULO VI – Os Regimes Totalitários.....	50
Sessão Leitura	50
Exercícios de Fixação.....	54
Pintou no ENEM.....	53
CAPÍTULO VII – A Segunda Guerra Mundial (1945-1949)	56
Sessão Leitura	59
Exercícios de Fixação.....	60
Pintou no ENEM.....	62
CAPÍTULO VIII – Os Governos Desenvolvimentistas (1946-1964)	63
Sessão Leitura.....	67
Exercícios de Fixação.....	71
Pintou no ENEM.....	71
CAPÍTULO IX – O Regime Militar	74
Sessão Leitura.....	76
Exercícios de Fixação.....	82
Pintou no ENEM.....	83
CAPÍTULO X – A Nova República.....	84
Sessão Leitura	90
Exercícios de Fixação	91
Pintou no ENEM	91
REFERÊNCIAS	92

FIM DO IMPÉRIO E A CONSTRUÇÃO DO ESTADO REPUBLICANO BRASILEIRO

Introdução:

Pouco mais de um ano depois da abolição da escravidão (13 de maio de 1888), no dia **15 de novembro de 1889**, o governo imperial também se extinguiu, sendo substituído por um regime republicano.

Apesar das transformações sociais ocorridas, sobretudo, na segunda metade do século XIX (como a expansão da lavoura cafeeira, o fim do tráfico negreiro, a imigração, o crescimento das cidades, a expansão dos transportes, etc.), **no plano político**, o governo continuava sob o controle das tradicionais famílias de proprietários escravistas, que impediam as mudanças políticas necessárias para atender as novas necessidades criadas com as grandes transformações econômicas e sociais no Brasil daquele período.

Cafeicultores das áreas mais novas do Oeste Paulista, e outros setores sociais como os industriais e as classes médias urbanas, também desejavam participar mais efetivamente das decisões políticas do país, de maneira que apenas para uma pequena parcela da sociedade, que detinha grandes privilégios, é que a monarquia interessava. Esse pequeno grupo era formado por proprietários que controlavam os altos cargos políticos (ministérios, Senado e Câmara), e conseguiam impedir as mudanças que contrariavam seus interesses mais imediatos.

Como **consequência** desse panorama houve **o aumento na oposição ao governo imperial**, e uma pressão cada vez maior pela substituição da **monarquia** por um regime **republicano**. Aos poucos a estrutura política imperial enfraquece dando início a uma organização de partidos republicanos.

Outro fator de suma importância nesse período de transição é a defesa do **federalismo** por parte dos republicanos. Isto é, uma forma de governo republicano em que as províncias tivessem bastante autonomia para elaborar suas leis e tomar as medidas correspondentes aos interesses locais. O ideal federalista ganhava adeptos especialmente em São Paulo, que era uma das regiões economicamente mais importantes do país, chegando ao ponto de alguns grupos locais defenderem, inclusive, a

ideia de um movimento separatista, fazendo de São Paulo um país independente do resto do Brasil.



- O Papel Militar nesse momento de transição:

Os militares também se opuseram ao governo imperial. O Exército havia crescido com a guerra do Paraguai e voltara valorizado dos campos de batalha. Contudo, quando a guerra terminou, o governo reduziu o número de seus efetivos de 19 mil (1871) para cerca de 13.500 soldados (1886). O interesse do governo era reforçar a velha Guarda Nacional, que fielmente defendia a aristocracia escravista.

Os militares desejavam, por sua vez, um tratamento mais digno e começaram a se opor ao governo imperial. *Benjamin Constant*, professor na escola militar, influenciava os jovens oficiais com a ideia de que o Exército tinha uma importante missão a cumprir: se opor aos políticos, considerados corruptos e impatrióticos. Os seguidores das ideias de Benjamin passaram a acreditar que os militares tinham a missão honrosa de "salvar a pátria", levando-a pelos caminhos do **progresso e da ordem**.

- Aumento das tensões e elaboração do Manifesto:

Numa tentativa extrema para salvar a Monarquia, o último ministro do Império, *Visconde de Ouro Preto*, apresentou um projeto de reformas que atendiam, em parte, às propostas dos republicanos. Contudo, a **Câmara**, dominada pela aristocracia mais tradicional, considerou que o projeto era um absurdo e que o ministério não era digno de confiança.

Com isso houve um aumento da tensão já existente: a *Guarda Nacional* foi reforçada e reorganizada; ampliou-se o número de policiais, e por fim, foi criada a chamada *Guarda Negra*,

composta por ex-escravos negros que defendiam a monarquia, porque consideravam a princesa Isabel como heroína de sua causa.

Do outro lado, os republicanos orquestravam o golpe final contra a monarquia, apoiados pelo *Marechal Deodoro da Fonseca* que, por nutrir uma amizade e respeito pelo imperador, inicialmente estava indeciso quanto ao seu apoio à república. A decisão final de aderir ao apelo dos republicanos veio quando soube que D. Pedro II pretendia formar um novo ministério, chefiado por seu maior inimigo, o Visconde de Ouro Preto.

Com isso as tensões resultam em ações práticas: o fortalecimento e o prevailecimento da força republicana resultou na elaboração de um manifesto, instaurando um governo republicano provisório, e o imperador foi “convidado” a deixar o país, juntamente com sua família.

Saíram de madrugada, embarcando num navio que zarpu para Lisboa na noite de 17 de novembro.

Havia se instaurado a República no Brasil.

Para Refletir:

Embora pensada por diferentes grupos, a proclamação da república aconteceu de maneira semelhante ao processo de Independência do Brasil em 1822, praticamente sem participação das camadas populares.



O GOVERNO PROVISÓRIO. (1889-1891).

Com o fim da monarquia, militares e representantes da aristocracia cafeeira entraram em confronto de interesses:

- **Militares:** Desejavam a formação de um governo com um poder *Executivo* forte, que comandasse os demais poderes.
- **Cafeicultores:** Defendiam uma República Federativa que preservasse a autonomia dos estados.

Marechal Deodoro assumiu provisoriamente o poder com o objetivo de organizar o novo regime. Durante esse governo provisório Deodoro governou através de decretos de lei (atos legislativos do Poder Executivo) até que fosse promulgada a **nova Constituição**, pois a de 1824 (ligada à monarquia) estava invalidada.

- Principais medidas de Deodoro durante o governo provisório:

- Escolheu a república Federativa como regime político;
- Transformou as Províncias em Estados;

Você Sabia?



Inspirada no modelo Norte Americano, essa foi a bandeira provisória quando da Proclamação da República no Brasil. O modelo imediatamente foi rejeitado pelo então governante em exercício, o Marechal Deodoro da Fonseca.

- Dissolveu as Assembleias Provinciais e Câmaras Municipais e nomeou **Governadores para os Estados e Intendentes para os Municípios**;
- Ofereceu cidadania brasileira aos estrangeiros aqui residentes;
- Declarou a **separação entre Igreja e Estado**, instituiu o casamento civil, e a secularização dos cemitérios;
- Reformou o código penal, extinguindo a pena de morte em tempos de paz;
- **Convocou a Assembleia Constituinte**;

Essas medidas, adotadas no final de 1889 e durante o ano de 1890, foram acompanhadas de várias crises políticas, em decorrência, principalmente, das disputas de interesses entre as forças representadas no governo.

Primeiro Ministério da República:

- **Interior:** Aristides da Silveira Lobo;
- **Relações Exteriores:** Quintino Bocaiuva;
- **Fazenda:** Rui Barbosa;
- **Guerra:** tenente-coronel Benjamin Constant;
- **Marinha:** Eduardo Wandenkolk;
- **Agricultura, Comércio e Obras Públicas:** Demétrio Nunes Ribeiro;
- **Justiça:** Manuel Ferraz de Campos Sales.

A CONSTITUIÇÃO DE 1891:

Uma vez convocada a Assembleia Constituinte por M. Deodoro, deu-se início à elaboração de uma nova Constituição Nacional, **promulgada em 24 de fevereiro de 1891**.

Um aspecto importante dessa Assembleia é que a maioria dos deputados eleitos era de civis partidários da **República Federativa**, o que acabou fazendo dessa reunião um cenário de oposição ao governo militar.

A nova Constituição inspirou-se no modelo norte-americano, ao contrário da Constituição Imperial, inspirada no modelo francês. Dentre os pontos mais importantes da nova Constituição estavam previstos:

- A **igualdade** de todos perante a lei e o reconhecimento dos direitos do cidadão (liberdade, propriedade, segurança);
- **Eleições diretas** com voto **não secreto** para maiores de 21 anos (exceto analfabetos, mendigos, militares sem patente, religiosos e mulheres);
- **Separação entre Estado e Igreja**, sendo garantida a liberdade de culto.
- O estabelecimento de **três** poderes independentes: **Executivo** (presidente, vice-presidente e ministros), **Legislativo** (Senado e Câmara Federal, que formam o Congresso Nacional), e **Judiciário** (juízes e Tribunais Federais). (Diferente dos 4 poderes do período monárquico).
- O fim do Senado Vitalício, a criação de cartórios civis e a secularização dos

Para Fixar:

Federalismo: Os estados seriam praticamente autônomos, cabia-lhes elaborar suas próprias leis, desde que não entrassem em conflito com as estabelecidas pela Constituição Federal. Podiam contrair empréstimos, manter Forças Públicas Estaduais, cobrar e criar impostos.

Os três poderes da República:

Legislativo, com duas casas temporárias Câmara dos Deputados e Senado Federal que, reunidos, formavam o Congresso Nacional.

Executivo, exercido pelo Presidente da República, eleito por voto direto, por quatro anos, com um vice-presidente, que assumiria a presidência no afastamento do titular, efetivando-se, sem nova eleição, no caso de afastamento definitivo depois de dois anos de exercício.

Judiciário, com o Supremo Tribunal Federal, como órgão máximo.

cemitérios.

Ainda, segundo a Constituição, o nosso país dividia-se agora em vinte estados (antigas províncias) e um Distrito Federal (ex-município neutro). Cada estado era governado por um

“presidente”. Declarava também que o Brasil era uma **República Representativa, Federalista e Presidencialista**.



Bandeira do Brasil adotada a partir de 19 de novembro de 1889

O ENCILHAMENTO:

Ainda durante o governo provisório, numa tentativa de promover o desenvolvimento industrial e a formação de um mercado interno forte, Rui Barbosa (o então Ministro da Fazenda), elaborou uma política financeira de emissão de papel-moeda, facilidades e crédito e aumento das tarifas alfandegárias.

O Ministro permitiu que certos bancos emitissem títulos de crédito não cobertos por depósitos em dinheiro. Com essa medida, os bancos passaram a conceder créditos a qualquer empresário que apresentasse um plano para abrir um estabelecimento comercial, industrial ou agrícola (As quatro regiões autorizadas eram: Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul).

Para financiar o grande volume de créditos, o governo viu-se obrigado a fazer vultosas emissões de moeda, o que provocou acelerada inflação. No entanto, os créditos concedidos nem sempre eram usados para montar empresas realmente produtivas.

Inúmeros estabelecimentos comerciais e industriais, sem base econômica, fracassaram em pouco tempo. Porém, as ações dessas empresas, que tinham sido apenas projetadas ou destinadas ao fracasso, eram vendidas e revendidas na Bolsa de Valores, com enormes lucros, numa especulação financeira sem precedentes. É por associação com esse jogo de ações na Bolsa que o conjunto de fenômenos econômicos do período de **inflação, especulação financeira, e desvalorização da moeda** foi designado pelo termo **encilhamento**. Este era o nome do local do

hipódromo onde se faziam as apostas, nas corridas de cavalos.

A emissão de papel moeda aumentou o dinheiro circulante, e reativou os negócios, mas como a produção interna não cresceu nas mesmas proporções, e a inflação também aumentou. O Ministro avaliou mal a situação sócio econômica brasileira no início da República. Esqueceu-se que se tratava de um país recém saído do escravismo; que nosso mercado interno era insuficiente para acompanhar um verdadeiro processo de industrialização. Além disso, subestimou a força dos países industrializados, que pressionariam para não perderem seus mercados consumidores e as remessas de divisas para o exterior.

A REPÚBLICA DA ESPADA (1889-1894):

- Deodoro da Fonseca: (1891)

Promulgada a nova Constituição, Deodoro foi eleito pelo Congresso Nacional numa votação marcada por ameaças de intervenção militar. No entanto, neste episódio percebe-se que o próprio exército não era uma força coesa, pois o Marechal Floriano concorreu a Vice-presidente apoiando o candidato das oligarquias, Prudente de Moraes. Apesar da derrota de Prudente, o marechal Floriano foi eleito vice-presidente. **(Pela Constituição de 1891 a eleição para presidente e vice era separada e podiam ser eleitos candidatos de chapas diferentes).**

Durante o governo de Deodoro a crise política agravou-se e foi marcada de um lado, *pelo autoritarismo e pelo centralismo de Deodoro*, e de outro, *pela oposição exercida pelos grandes fazendeiros através do Congresso Nacional*, apoiados por parte do exército.

A situação política do presidente era muito difícil. Frente à luta entre os industrialistas e os representantes da lavoura, Deodoro optou pelos últimos, e as forças políticas mais

progressistas, inclusive militares, passaram a fazer oposição.

Diante de uma situação de insatisfação e instabilidade política, sendo permanentemente hostilizado pelo Congresso, Deodoro resolveu dissolvê-lo e proclamou um estado de sítio. **Essa atitude caracterizava um golpe de estado:** buscava neutralizar qualquer reação e tentava reformar a Constituição, no sentido de conferir mais poderes ao Executivo.

Porém, **o golpe fracassou**. As oposições, tanto civis quanto militares cresceram, e culminaram com a rebelião do contra-almirante Custódio de Melo, que ameaçou bombardear o Rio de Janeiro com os navios sob seu comando.

Deodoro renunciou, assumindo em seu lugar **Floriano Peixoto**.

- Floriano Peixoto: (1891-94)

A ascensão de Floriano foi considerada como um retorno à legalidade. As Forças Armadas, e o Partido Republicano Paulista apoiaram o novo governo.

Seus primeiros atos de governo foram:

- A anulação do decreto que dissolveu o Congresso;
- A derrubada dos governos estaduais que haviam apoiado Deodoro;
- O controle da especulação financeira e da especulação com gêneros alimentícios, através de seu tabelamento.

Com Floriano os *republicanos radicais*, assumiram o poder e tentaram, mesmo sem muitas condições, reformular as estruturas sociais e econômicas do país (a classe média e a burguesia que ocupava o poder com o "Marechal de Ferro").

A adoção de uma política de empréstimos, protecionismos, e melhorias sociais, só teria êxito com a derrota dos grupos opositores a esta política, formados por representantes do comércio importador e das Oligarquias Rurais.

Apesar das pressões, os florianistas conseguiram seu objetivo. Conscientes de que a indústria brasileira era muito inferior à estrangeira, e só poderia sobreviver e desenvolver-se se recebesse proteção, o grupo concedeu empréstimos, e isentou a importação de máquinas, equipamentos e matérias primas.

Ainda no governo de Floriano, foram adotadas medidas radicais contra a especulação e emissão de papel moeda por bancos particulares. A emissão passava a ser como hoje: um privilégio do Governo Federal.

Outras medidas foram tomadas para um maior alcance das camadas populares:

- Redução do aluguel das casas dos operários;
- Redução do preço da carne e pescado;
- Melhoria no abastecimento de gêneros alimentícios (RJ);
- Leis para construção de casas para populares e operários.

O problema da eleição de Floriano e seus desdobramentos:

Havia um conflito no que diz respeito ao tempo de mandato de Floriano. De acordo com o artigo 42 da Constituição:

Art. 42 – “Se, no caso de vaga, por qualquer causa, da presidência ou vice-presidência, não houverem ainda decorrido dois anos do período presidencial, proceder-se-á a nova eleição.”

Como a renúncia do governo anterior de M. Deodoro havia ocorrido ainda no primeiro ano de seu mandato legal, eram necessárias novas eleições.

Todavia, Floriano não convocou nova eleição e permaneceu no firme propósito de concluir o mandato do presidente renunciante. Sua alegação era de que a lei só se aplicava aos presidentes eleitos diretamente pelo povo. Ora, como a eleição do primeiro presidente fora indireta, feita pelo Congresso, Floriano simplesmente ignorou a lei.

Isso gerou algumas das principais rebeliões do período:

→ O manifesto dos treze generais.

Contra as pretensões de Floriano, treze oficiais (generais e almirantes) lançaram um manifesto em abril de 1892, exigindo a imediata realização das eleições presidenciais, como mandava a Constituição. A reação de Floriano foi simples: afastou os oficiais da ativa, reformando-os.

→ A Revolta da Armada.

Essa inabalável firmeza de Floriano frustrou os sonhos do contra-almirante Custódio de Melo, que ambicionava a presidência. Levadas por razões de lealdade pessoal, as Forças Armadas se dividiram. Custódio de Melo liderou a revolta da Armada estacionada na baía de Guanabara (1893). Essa rebelião foi imediatamente apoiada pelo contra-almirante Saldanha da Gama, diretor da Escola Naval, conhecido por sua posição monarquista.

→ A Revolução Federalista.

No Rio Grande do Sul, desde 1892, uma grave dissensão política conduziu o Partido Republicano Gaúcho e o Federalista ao confronto armado. Os partidários do primeiro, conhecidos como "pica-paus" eram apoiados por Floriano, e os do segundo, chamados de "maragatos", aderiram à rebelião de Custódio de Melo.

A Sucessão de Floriano:

Havia um grande medo da elite agrária de que os militares quisessem se perpetuar no poder, mas próximo ao período de convocar as eleições, o Marechal de Ferro garantiu a realização do processo eleitoral. O Presidente eleito praticamente sem oposição foi **Prudente de Moraes** que representava o poder das oligarquias rurais e a consolidação do regime republicano.

SESSÃO LEITURA

Os republicanos e o positivismo:

*O republicanismo brasileiro, especialmente aquele ligado ao grupo dos militares, sofreu forte influência do **Positivismo** – forma de pensamento desenvolvida no século XIX, que entendia a sociedade como um organismo formado por diversas partes, e cada parte teria a função de agir pelo bom funcionamento do todo. Os positivistas no Brasil pensavam a formação de um Estado nacional centralizado e desvinculado da Igreja (Laico), além da conciliação entre as classes, pois conflitos sociais traziam desordem, e isso atrapalharia o funcionamento do todo. Sua maior influência está registrada no lema de nossa bandeira, com os dizeres: “Ordem e Progresso”.*

A REPÚBLICA DAS OLIGARQUIAS (República Velha) (1894-1930):

Estrutura Política da República Velha:

Vimos anteriormente que a República tornou-se possível, em grande parte, graças à aliança entre **militares e fazendeiros de café**. Esses dois grupos tinham, entretanto, dois projetos distintos em relação à forma de organização do novo regime: os primeiros eram *centralistas* e os segundos, *federalistas*.

Os militares não eram suficientemente poderosos para impor o seu projeto nem contavam com aliados que pudessem lhes dar o poder de que precisavam. Os cafeicultores, ao contrário, contavam com um amplo arco de aliados potenciais e compunham, economicamente, o setor mais poderoso da sociedade.

A partir de **Prudente de Moraes**, que, em 1894, sucedeu o M. Floriano Peixoto, o poder passou das mãos dos Militares para o poder Civil, e conseqüentemente, para as mãos desses grandes fazendeiros.

Entretanto, com a ampliação da participação popular nas eleições (conforme reforma eleitoral de 1891), era necessário conceber uma nova forma de *dominação ou controle* dos eleitores, para garantir a vitória da elite agrícola no pleito.

Foi no governo de **Campos Sales** (1898-1902) que essa fórmula política duradoura de dominação foi finalmente elaborada: a "**política dos governadores**".

É importante lembrar que não só a população branca podia participar das eleições. A abolição tinha transformado todos os escravos negros em homens livres e, portanto, em possíveis trabalhadores, sendo necessário o reestabelecimento de novas relações entre proprietários de terras e seus empregados.

Os partidos políticos tiveram pouca expressão durante toda a República Velha, sem grandes posições ideológicas que defendessem determinados projetos de desenvolvimento do país. A Constituição de 1891 tinha dado grande poder as elites locais (Os Coronéis) que se aproveitaram para engrandecer as elites agrícolas

A Política dos Governadores:

Criada por **Campos Sales** (1898-1902), a *Política dos Governadores* consistia no seguinte: o Presidente da República apoiava, com todos os meios ao seu alcance, os Governadores estaduais e seus aliados (Oligarquia estadual dominante) e, em troca, os Governadores garantiam a eleição, para o Congresso, dos candidatos oficiais do Presidente.

Desse modo, o poder Legislativo era constituído por deputados e senadores aliados do Presidente, aprovando as leis de seu interesse. Isso afastava o choque de interesses entre o Legislativo (deputados e senadores) e o Executivo (Presidente).

Em cada estado existia, portanto, uma minoria (oligarquia) dominante, que, aliando-se ao Governo Federal, se perpetuava no poder.

Existia também uma oligarquia que dominava o poder federal, representada pelos políticos paulistas e mineiros. Essa aliança entre São Paulo e Minas, que eram os estados mais poderosos, ficou conhecida como a "política do café com leite".

e os estados mais ricos da federação.

- A República Velha tem como característica a política feita de cima para baixo, com pouca participação popular, em que os membros da elite eram os responsáveis "por decidir" quem seria eleito, obrigando a população a votar nesses candidatos.

Coronelismo, Voto de Cabresto e Comissão Verificadora:

As peças para o funcionamento dessa máquina eleitoral conhecida por "política dos governadores" foram, basicamente, a **Comissão de Verificação** ou **Comissão Verificadora** e o **Coronelismo**.

As eleições na República Velha não eram, como hoje, garantidas por uma justiça eleitoral. A aceitação dos resultados de um pleito era feita pelo poder **Legislativo**, através da **Comissão de Verificação**. Essa comissão, formada por deputados, é que oficializava os resultados das eleições.

O presidente da República podia, portanto, através do controle que tinha sobre a Comissão de Verificação, legalizar qualquer resultado que conviesse aos seus interesses, mesmo no caso de fraudes, que, aliás, eram comuns.

O coronelismo: O título de "coronel", recebido ou comprado, era uma patente da Guarda Nacional, criada ainda no Império. Geralmente, o termo era utilizado para designar os fazendeiros ou comerciantes mais ricos. Durante o Segundo Reinado, os localismos haviam sido sufocados pela política centralizadora do imperador, mas renasceram às vésperas da República.

Com a Proclamação da República e a adoção do *federalismo*, os coronéis passaram a ser as figuras dominantes do cenário político dos municípios.



Imagem Disponível em: <http://www.historiadigital.org/historia-do-brasil/brasil-republica/republica-velha/questao-coronelismo-e-cidadania/>

Em torno dos coronéis giravam os membros das oligarquias locais e regionais. O seu poder residia no controle que exerciam sobre os eleitores. Todos eles tinham o seu "curral" eleitoral, isto é, eleitores cativos que votavam sempre nos candidatos por eles indicados, em geral através de troca de favores fundados na relação de compadrio. Assim, os votos despejados nos candidatos dos coronéis ficaram conhecidos como "votos de cabresto". Porém, quando a vontade dos coronéis não era atendida,

eles a impunham com seus bandos armados - os jagunços -, que garantiam a eleição de seus candidatos pela violência.

A importância do coronel media-se, portanto, por sua capacidade de controlar o maior número de votos, dando-lhe prestígio fora de seu domínio local. Dessa forma, ele conseguia obter favores dos governantes estaduais ou federais, o que, por sua vez, lhe dava condições para preservar o seu domínio.

Economia da República Velha:

→ O “Funding Loan” (Financiamento de Empréstimo):

Para recuperar a economia brasileira em crise desde a década de 1890, o governo de **Campos Sales** negociou com os banqueiros internacionais um acordo onde o Brasil declarava **moratória negociada**: uma impossibilidade de pagar suas dívidas pelo prazo de 15 anos. Com isso, novos empréstimos eram concedidos, buscando-se com isso a estabilidade financeira. Dentre outras coisas estes empréstimos permitiram as Reformas Urbanas no Rio de Janeiro, e a Política de valorização do café dos anos seguintes.

A fim de garantir o cumprimento dessa parte do trato, os banqueiros ingleses periodicamente enviavam fiscais ao Brasil, para acompanhar o andamento das reformas econômicas, como o controle sobre a emissão de papel-moeda e o superávit da balança comercial.

Após o primeiro Funding Loan, muitos bancos nacionais faliram e a posição dos estrangeiros ficou mais forte. O maior banco inglês, o London and Brazilian Bank, tinha muito mais recursos do que o Banco do Brasil.

#Curiosidade: Por conta desse acordo o Brasil renegociou sua dívida externa por mais 63 anos!

→ O Café:

A cultura do café se firmou ao longo da República Velha como nosso principal produto de exportação, correspondendo até a

70% de nossa balança comercial. Este crescimento esteve ligado principalmente à expansão da cafeicultura pelo Oeste Paulista chegando até mesmo ao Paraná.

Foram os lucros obtidos com a exportação do café que permitiram o desenvolvimento de atividades industriais no Brasil, principalmente em: São Paulo, Rio de Janeiro e na Zona da Mata Mineira, além de garantir a vinda de milhões de imigrantes.

→ O Convênio de Taubaté (1906):

Contudo, desde 1895, a economia cafeeira não andava bem. Enquanto a produção do café crescia em ritmo acelerado, o mercado consumidor europeu e norte-americano não se expandia no mesmo ritmo. Consequentemente, a oferta era maior que a procura, e **o preço do café começou a despencar no mercado internacional**, trazendo sérios riscos para os fazendeiros.

Para solucionar o problema, os governadores de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro reuniam-se na cidade de Taubaté, no interior de São Paulo. Decidiu-se então que, a fim de evitar a queda de preços, os governos estaduais interessados deveriam contrair empréstimos no exterior para **adquirir parte da produção que excedesse o consumo do mercado internacional**.

Dessa maneira, a oferta ficaria regulada e o preço poderia se manter. Teoricamente, o café estocado deveria ser liberado quando a produção, num dado ano, fosse insuficiente. Ao lado disso, decidiu-se desencorajar o plantio de novos cafezais mediante a cobrança de altos impostos e a desvalorização cambial para garantir lucros em um cenário de queda dos preços. Estabelecia-se, assim, a **primeira política de valorização do café**.

O governo federal foi contra o acordo, mas a solução do Convênio de Taubaté acabou se impondo. De 1906 a 1910, quando terminou o acordo, perto de 8.500.000 sacas de café haviam sido retiradas de circulação.

O acordo não foi propriamente uma solução, mas um simples paliativo. E o futuro da economia cafeeira continuou incerto.

→ O Surto da Borracha:

A partir da década de 1890 vai se configurar na Amazônia o “Surto da Borracha”. A exploração já era realizada desde 1770, mas com o desenvolvimento da indústria automotiva, a borracha se tornou um dos principais produtos de exportação, chegando em 1912 a representar 40% da exportação do país.

Este desenvolvimento significou um grande crescimento da ocupação do Norte que praticamente dobrou sua população em 15 anos. Milhares de brasileiros, principalmente nordestinos se dirigem a região, a maioria vai trabalhar de seringueiro onde acaba recebendo muito pouco e em condições de trabalho semelhantes aos antigos escravos.

A partir de 1912 ocorre uma grande decadência da região, ocasionada pelo baixo índice de produção e a concorrência do látex inglês cultivado na Malásia.

→ A Industrialização:

Já no Império podíamos ver um intenso processo de modernização da economia brasileira. O número de estabelecimentos comerciais vai crescer consideravelmente durante a República Velha, ocasionado principalmente por:

- Rendas da lavoura cafeeira (RJ, MG, SP) que eram reinvestidas na diversificação da produção;
- Investimentos estrangeiros durante as expansões imperialistas;
- Grande imigração que facilitava a contratação de mão de obra;
- Iª Guerra Mundial, com as substituições de importações;
- Política de desvalorização da moeda nacional que encarecia os produtos importados aqui comercializados;

O principal centro desta expansão será o estado de São Paulo, principal produtor que também concentrará grande parte da migração no período.

A industrialização ocorria nos espaços criados pela agricultura de exportação, não se constituindo como centro econômico da República Velha. Somente a partir da crise de

1929, que a indústria se tornará um setor mais dinâmico de nossa economia, inclusive concentrando esforços do Estado no processo de industrialização efetiva.

- A Crise da Economia:

Durante a década de 20 o governo foi obrigado a intervir para manter o preço mínimo do café. A concorrência externa, as “super safras”, e as expansões da lavoura, geraram um quadro grave de superprodução.

Com os efeitos da crise de 1929 na economia brasileira, as exportações serão praticamente paralisadas. O Governo não terá como fazer uma intervenção desta proporção o que levará a crise até os cafeicultores.

A insatisfação da população ganhará novas proporções, e o caminho estará traçado para a Revolução de 1930 que trará fim a Primeira República.

- OS MOVIMENTOS SOCIAIS

Introdução:

O período da República Velha foi marcado por uma série de conflitos sociais, frutos das mudanças que ocorriam na sociedade. Esses conflitos foram resultado de disputas entre a tentativa de manutenção da ordem elitista agrícola e as tentativas de grupos menos abastados da sociedade de conseguir melhorias sociais.

Suas origens são bastante diversificadas, ocorrendo não só no campo, mas também nas cidades, evidenciando as causas da tradicional marginalização da sociedade brasileira: o aumento da opressão, da miséria, as consequências da abolição da escravidão e da imigração intensa.

A sociedade tornava-se mais complexa, com crescimento dos grandes centros urbanos, crescimento da grande propriedade, crescimento da classe média e o despontar de movimentos operários.

→ Os Conflitos no Campo:

Como já visto anteriormente, os efeitos da abolição da escravidão provocaram uma reestruturação das relações entre trabalhadores rurais e os grandes proprietários de terra. Ao mesmo tempo, os latifundiários passaram a aumentar seus domínios, expulsando pequenos proprietários e contribuindo assim para o aumento da miséria.

O Coronelismo através de sua dominação política mostrava sua face de violência de violência e opressão sobre a população rural.

Foi desta forma, que milhares de sertanejos, colonos, meeiros, parceiros, e habitantes das vilas e cidades do interior, vão conhecer aspectos negativos da "Democracia" instaurada com a Proclamação da República.

O Cangaço: (1870-1940)

Após a mineração, o nordeste tornou-se tradicionalmente uma região de grandes latifúndios com limites não tão bem definidos. Nesta região era muito comum conflitos entre fazendeiros rivais, disputas de terras, roubos e etc. Os Coronéis que procuravam exercer controle sobre a população local através de seu poder econômico e prestígio político, organizam bandos armados para montar seus "exércitos" particulares para defender seus limites e muitas vezes impor suas decisões.

Essas milícias privadas eram compostas por parentes, afilhados e de jagunços, que se tornavam seguranças do Coronel e dos agricultores que habitavam suas terras (estes também muitas vezes pegavam em armas para defender o Coronel e suas terras).

O Cangaço tem suas origens destes bandos armados e das próprias questões sociais e fundiárias do Nordeste brasileiro, que vão se desligando dos coronéis e passam a defender questões pessoais. As ações caracterizam-se por ações violentas de grupos ou indivíduos isolados: assaltavam fazendas, sequestravam coroneis e saqueavam comboios e armazéns. Não tinham moradia fixa viviam perambulando pelo Sertão, praticando tais crimes, fugindo e se escondendo.

O Cangaço pode ser dividido em três subgrupos: os que prestavam serviços esporádicos para os latifundiários; os "políticos", expressão de poder dos grandes fazendeiros; e os cangaceiros independentes, com características de banditismo.

Os cangaceiros conheciam a caatinga e o território nordestino muito bem, e por isso, era tão difícil serem capturados pelas autoridades. Estavam sempre preparados para enfrentar todo o tipo de situação. Conheciam as plantas medicinais, as fontes de água, locais com alimento, rotas de fuga e lugares de difícil acesso. O primeiro bando de cangaceiros que se tem conhecimento foi o de Jesuíno Alves de Melo Calado, "Jesuíno Brilhante", que agiu por volta de 1870. E o último foi de "Corisco" (Cristino Gomes da Silva Cleto), que foi assassinado em 25 de maio de 1940.

O cangaceiro mais famoso foi, Virgulino Ferreira da Silva, o "Lampião", denominado o "Senhor do Sertão" e também "O Rei do Cangaço". Atuou durante as décadas de 20 e 30 em praticamente todos os estados do Nordeste brasileiro. Por parte das autoridades Lampião simbolizava a brutalidade, o mal, uma doença que precisava ser cortada. Para uma parte da população do sertão ele encarnou valores como a bravura, o heroísmo e o senso da honra.

O Cangaço teve o seu fim a partir da decisão do Presidente da República, então **Getúlio Vargas**, que determinou eliminar todos e quaisquer focos de desordem sobre o território nacional. O regime denominado Estado Novo incluiu Lampião e seus cangaceiros na categoria de extremistas. A sentença passou a ser matar todos os cangaceiros que não se rendessem. Neste mesmo período, o crescimento da industrialização e o êxodo nos campos ajudaram a diminuir as tensões no nordeste.



Cabeças de Cangaceiros mortos pela polícia. Disponível em: www.google.com

Canudos: (1897)

A Guerra de Canudos aconteceu no final do século XIX e foi responsável pela morte de milhares de sertanejos que viviam se reunindo no norte da Bahia, numa comunidade de caráter messiânico e fatalista (Atitude ou doutrina que admite que os cursos dos acontecimentos estejam previamente fixados, nada podendo alterá-lo), seu líder Antônio Alves Mendes Maciel, ou simplesmente Antônio Conselheiro.

Conselheiro era filho de pequenos proprietários de terras do Ceará e havia sofrido uma vida dura no sertão: estudara para ser padre, mas as necessidades e dificuldades econômicas de sua família obrigaram-no a se tornar comerciante. Na década de 1860 sua mulher o abandona e ela passa a vagar pelo sertão como beato e místico religioso, misturava elementos do catolicismo e pregações de que o mundo estava para acabar.

Milhares de pessoas começam a abandonar tudo e a segui-lo. A população extremamente religiosa vê nesse novo líder, a salvação para problemas como seca, miséria, fome, falta de terras e violência de cangaceiros e coronéis.

No final da década de 1890 fundou em uma antiga sesmaria abandonada, o Arraial de Belo Monte ou Canudos, como ficaria conhecido. A localidade vai chegar a ter aproximadamente 25.000 moradores que viviam basicamente da agricultura de subsistência, na caça e criação de cabras e gado. As terras eram de toda a comunidade e os que iam chegando construíam seus barracos em volta da igreja do arraial e trabalhavam conforme podiam. Apesar de pobre, Canudos não havia Coronéis, Impostos, Prefeitos, Juizes, o que significava de certo modo Liberdade para a população.

Depois de diversos incidentes com autoridades próximas, Canudos vai começar a despertar a ira da elite baiana e dos proprietários de terras. Oferecendo oportunidades de terras e trabalho, os trabalhadores abandonavam as terras dos Coronéis. O misticismo de Conselheiro também não se encaixava na visão da Igreja Católica que temia a perda de fiéis com o crescimento do movimento.

Com o passar do tempo, as idéias iniciais se difundiram com tanta velocidade, que os jagunços passaram a utilizar-se das mesmas para justificar seus roubos. Devido à enorme proporção que este movimento adquiriu, o governo da Bahia não conseguiu por si só

segurar a grande revolta que acontecia em seu estado, por esta razão, pediu a interferência da República. Esta, por sua vez, também encontrou muitas dificuldades para conter os fanáticos. Somente no quarto combate, onde as forças da República já estavam mais bem equipadas e organizadas, os incansáveis guerreiros foram vencidos pelo cerco que os impediam de sair do local no qual se encontravam para buscar qualquer tipo de alimento e muitos morreram de fome. O massacre foi tamanho que não escaparam idosos, mulheres e crianças.

Pode-se dizer que este acontecimento histórico representou a luta pela libertação dos pobres que viviam na zona rural, e, também, que a resistência mostrada durante todas as batalhas ressaltou o potencial do sertanejo na luta por seus ideais. Euclides da Cunha, em seu livro Os Sertões, eternizou este movimento que evidenciou a importância da luta social na história de nosso país.

Contestado: (1912-1916)

Guerra do Contestado - A região denominada "Contestado" abrangia cerca de 40.000 Km² entre os atuais estados de Santa Catarina e Paraná, disputada por ambos, uma vez que até o início deste século a fronteira não havia sido demarcada. As cidades desta região foram palco de um dos mais importantes movimentos sociais do país.

Formação da Região - No século XIX algumas poucas cidades haviam se desenvolvido, principalmente por grupos provenientes do Rio Grande, após a Guerra dos Farrapos, dando origem a uma sociedade baseada no latifúndio, no apadrinhamento e na violência.

Em 1908 a empresa norte americana Brazil Railway Company recebeu do governo federal uma faixa de terra de 30Km de largura, cortando os 4 estados do sul do país, para a construção de uma ferrovia que ligaria o Rio Grande do Sul a São Paulo e ao mesmo tempo, a outra empresa coligada passaria a explorar e comercializar a madeira da região, com o direito de revender as terras desapropriadas ao longo da ferrovia.

A Situação Social - Enquanto os latifundiários e as empresas norte americanas passaram a controlar a economia local, formou-se uma camada composta por trabalhadores braçais, caracterizada pela extrema pobreza, agravada

ainda mais com o final da construção da ferrovia em 1910, elevando o nível de desemprego e de marginalidade social. Essa camada prendia-se cada vez mais ao mandonismo dos coronéis e da rígida estrutura fundiária, que não alimentava nenhuma perspectiva de alteração da situação vigente. Esses elementos, somados a ignorância, determinaram o desenvolvimento de grande religiosidade, misticismo e messianismo.

O Confronto (1912-16) - Ao iniciar a Segunda década do século, o país era governado pelo Marechal Hermes da Fonseca, responsável pela "Política das Salvações", caracterizada pelas intervenções político-militares em diversos estados do país, pretendendo eliminar seus adversários políticos. Além da postura autoritária e repressiva do Estado, encontramos outros elementos contrários ao messianismo, como os interesses locais dos coronéis e a postura da Igreja Católica no sentido de combater os líderes "fanáticos".

O primeiro conflito armado ocorreu na região de Irani, ao sul de Palmas, quando foi morto José Maria, apesar de as tropas estaduais terem sido derrotadas pelos caboclos. No final de 1913 um novo ataque foi realizado, contando com tropas federais e estaduais que, derrotadas, deixaram para trás armas e munição. Em fevereiro do ano seguinte, mais de 700 soldados atacaram o arraial de Taquaruçu, matando dezenas de pessoas. De março a maio outras expedições foram realizadas, porém sem sucesso.

A organização das Irmandades continuou a se desenvolver e os sertanejos passaram a ter uma atitude mais ofensiva.

A partir de dezembro de 1914 iniciou-se o ataque final, comandado pelo General Setembrino de Carvalho, mandado do Rio de Janeiro a frente das tropas federais, ampliada por soldados do Paraná e de Santa Catarina. O cerco à região de Santa Maria determinou grande mortalidade causada pela fome e pela epidemia de tifo, forçando parte dos sertanejos a renderem-se.

O Messianismo de Padre Cícero:

O padre Cícero Romão Batista, ou "Padim Ciço" foi um grande líder religioso e político da região nordestina e que atuou basicamente durante a República Velha.

Chegando em Juazeiro (CE) por volta de 1880, a fama de milagreiro rapidamente se espalhou pela população do sertão que dirigia-se para a cidade em busca da solução para seus problemas.

Aproveitando-se deste apoio popular, Padre Cícero tornou-se poderoso Coronel local, sendo inclusive eleito como Prefeito de Juazeiro em 1911 e assinando o Pacto dos Coronéis, onde fazendeiros mais importantes do estado se comprometiam a sustentar a oligarquia frente a Política Salvacionista impetrada pelo então presidente **Hermes da Fonseca**.

Padre Cícero morreu excomungado pela Igreja em 1934, mas dono de várias terras, respeitado e temido pelos políticos, e admirado pela população do Nordeste como verdadeiro "Santo".

→ Os Conflitos Urbanos:

Durante a República Velha o país assistira um desenvolvimento dos setores e atividades urbanas. A industrialização começará a acelerar, bem como as cidades que vão se urbanizar e crescer.

O resultado será uma série de revoltas por parte da população que aspira por uma maior participação política, ou contras medidas repressivas adotadas pelos governos.

A entrada de imigrantes introduzirá novas teorias sociais (Socialismo, Anarquismo) que vão ter grande influência na organização de movimentos operários.

Ao mesmo tempo as medidas saneadoras tomadas na Capital da República (RJ), vão provocar a insatisfação em grande parte da população.

A Revolta da Vacina (1904):

No início do século XX, a cidade do Rio de Janeiro, era a capital da República e, apesar de possuir belos palacetes e casarões, enfrentava graves problemas urbanos: rede insuficiente de água e esgoto, coleta de lixo precária e cortiços super povoados. Nesse ambiente proliferavam muitas doenças, como a **tuberculose**, o **sarampo**, o **tifo** e a **hanseníase**. Alastravam-se,

sobretudo, grandes epidemias de **febre amarela**, **varíola** e **peste bubônica**.

Decidido a sanear e modernizar a cidade, o então presidente da República, *Rodrigo Alves* (1902-1906), deu plenos poderes ao prefeito *Pereira Passos* e ao médico *Dr. Oswaldo Cruz* para executarem um grande projeto sanitário de "higienização da cidade". O prefeito pôs em prática uma ampla reforma urbana, que ficou conhecida como *Bota Abaixo*, em razão das demolições dos velhos prédios e cortiços, que deram lugar a grandes avenidas, edifícios e jardins. Milhares de pessoas pobres foram desalojadas à força, sendo obrigadas a morar nos morros e na periferia, expandindo assim as favelas.

Oswaldo Cruz, convidado a assumir a *Direção Geral da Saúde Pública*, criou as "Brigadas Mata Mosquitos": grupos de funcionários do Serviço Sanitário que invadiam as casas para desinfecção e extermínio dos mosquitos transmissores da febre amarela. Iniciou também a campanha de extermínio de ratos considerados os principais transmissores da peste bubônica, espalhando raticidas pela cidade e mandando o povo recolher o lixo.

Para erradicar a varíola, o sanitarista convenceu o Congresso a aprovar a *Lei da Vacina Obrigatória* (31 de Outubro de 1904), que permitia que brigadas sanitárias, acompanhadas por policiais, entrassem nas casas para aplicar a vacina à força.

A população estava confusa e descontente. A cidade parecia em ruínas, muitos perdiam suas casas e outros tantos tiveram seus lares invadidos pelos mata-mosquitos, que agiam acompanhados por policiais. Jornais da oposição criticavam a ação do governo e falavam de supostos perigos causados pela vacina. Além disso, o boato de que a vacina teria de ser aplicada nas "partes íntimas" do corpo (as mulheres teriam que se despir diante dos vacinadores) agravou a ira da população, que se rebelou.

A aprovação da Lei da Vacina foi o estopim da revolta: no dia **5 de Novembro**, a oposição criava a *Liga contra a Vacina Obrigatória*. Entre os dias **10 e 16 de novembro**, a cidade virou um campo de guerra. A população exaltada depredou lojas, virou e incendiou bondes, fez barricadas, arrancou trilhos, quebrou

postes e atacou as forças da polícia com pedras, paus e pedaços de ferro. No dia 14, os cadetes da Escola Militar da Praia Vermelha também se sublevaram contra as medidas baixadas pelo Governo Federal.

A reação popular levou o governo a suspender a obrigatoriedade da vacina e a declarar estado de sítio (16 de Novembro). A rebelião foi contida, deixando 30 mortos e 110 feridos. Centenas de pessoas foram presas e, muitas delas, deportadas para o Acre.

Ao reassumir o controle da situação, o processo de vacinação foi reiniciado, tendo a varíola, em pouco tempo sido erradicada da capital.

A Revolta da Chibata (1910):

Ainda que a Abolição da escravatura tenha ocorrido em 1888, as antigas práticas de punição dos coronéis aos escravos se perpetuaram ao longo dos tempos, metamorfoseadas em outras esferas da sociedade. A violência aparece como uma tentativa de impor força, de supostamente mostrar quem tem o poder frente ao outro. Uma das instituições na qual o comportamento violento de seus superiores mais se evidenciava era a marinha de Guerra do Brasil.

O uso do açoite como medida disciplinar continuou sendo aplicado nos marinheiros, como no tempo em que existia o pelourinho. Todos os marinheiros, na sua esmagadora maioria negros, continuavam a ser açoitados às vistas dos companheiros, por determinação da oficialidade branca. Os demais marujos eram obrigados a assistir à cena infame no convéns das embarcações. Com isto, criaram-se condições de revolta em meio aos marujos. Os seus membros não aceitavam mais passivamente esse tipo de castigo.

Chefiados por **Francisco Dias, João Cândido** e outros tripulantes do Minas Gerais, (embarcação na qual trabalhavam), os marinheiros organizaram-se contra a situação humilhante da qual eram vítimas. Nos outros navios outros marujos também se organizavam: o **cabo Gregório** conspirava no São Paulo, e no Deodoro havia o cabo **André Avelino**.

No dia 22 de novembro de 1910, primeira semana de governo do novo presidente, o militar,

Marechal **Hermes da Fonseca**, chegava a informação de que a esquadra, situada na Baía de Guanabara, se sublevara. O movimento que vinha sendo articulado pelos marinheiros foi antecipado em face da indignação dos mesmos contra o espancamento de mais um companheiro: o marinheiro negro **Marcelino**, que recebeu 250 chibatadas aos olhos de toda a tripulação, formada no convés do *Minas Gerais*.

Liderados por João Cândido, os marinheiros apoderaram-se dos principais navios da Marinha de Guerra brasileira e se aproximaram da cidade do Rio de Janeiro. Em seguida mandaram mensagem ao presidente da República e ao ministro da Marinha exigindo a extinção do uso da chibata, além de outras reivindicações como aumento do soldo (salário), e o fim do preconceito contra militares negros, que nunca alcançavam as altas patentes, muitas das vezes perdendo as promoções para outros, menos competentes, mas escolhidos por serem brancos.

O governo ficou estarrecido. Supôs tratar-se de um golpe político das forças inimigas. O pânico apoderou-se de grande parte da população da cidade. Muitas pessoas fugiram por conta das ameaças dos navios em bombardear a cidade. Todos os navios amotinados hastearam bandeiras vermelhas. Alguns navios fiéis ao governo ainda tentaram duelar com os revoltosos, mas foram logo silenciados.

Com isto os marujos acabaram criando um impasse institucional: de um lado a **Marinha**, que queria a punição dos revoltosos em consequência da morte de alguns oficiais da armada. Do outro, **o governo e os políticos**, que sabiam não ter forças para satisfazer essa exigência, em vista dos marinheiros estarem fortemente armados, apresentando um risco para a cidade. Os revoltosos naquele momento detinham mais força bélica do que o comando da Marinha de Guerra, pois comandavam, praticamente, a armada inteira e tinham os canhões das embarcações apontados para a capital da República.

Depois de muitas reuniões políticas para tentar resolver o impasse, Rui Barbosa apresentou ao Senado um projeto de lei que concedia anistia aos amotinados; em motivo de urgência, o projeto foi aprovado. Com isto, os marinheiros desceram as bandeiras vermelhas

dos mastros dos seus navios. A revolta havia durado cinco dias e terminava vitoriosa, desaparecia, assim, o uso da chibata como norma de punição disciplinar na Marinha de Guerra do Brasil.

As forças militares, não-conformadas com a solução política encontrada para a crise, apertaram o cerco contra os marinheiros. João Cândido, sentindo o perigo, ainda tentou reunir o *Comitê Geral da revolução*, inutilmente. Procuraram Rui Barbosa e Severino Vieira, que defenderam a anistia em favor deles, mas sequer foram recebidos por eles. Naquele momento políticos Civis e Militares haviam se unido elaborando um decreto pelo qual qualquer marinheiro podia ser sumariamente demitido. A anistia fora uma farsa para desarmá-los.

Foram acusados de conspiradores, espalharam boatos de que haveria uma outra sublevação. Finalmente, afirmaram que a guarnição da ilha das Cobras havia se sublevado. Pretexto para que a repressão se desencadeasse violentamente sobre os marinheiros negros. O presidente Hermes da Fonseca necessitava de um pretexto para decretar o estado de sítio, a fim de sufocar os movimentos democráticos que se organizavam. As oligarquias regionais tinham interesse em um governo *forte*. Os poucos sublevados daquela ilha propuseram rendição incondicional, o que não foi aceito. Seguiu-se uma verdadeira chacina. A ilha foi bombardeada até ser arrasada. Estava “restaurada” a honra da Marinha.

João Cândido e os seus companheiros de revolta foram presos, tornando-se incomunicáveis, e o governo e a Marinha resolveram exterminar de vez os marinheiros. Embarcou-os no navio *Satélite* rumo ao Amazonas.

Os 66 marujos presos foram embarcados ao lado de assassinos, ladrões e marginais para serem soltos nas selvas amazônicas. Os marinheiros, todavia, tinham destino diferente dos demais embarcados: ao lado dos muitos nomes da lista entregue ao comandante do navio, havia uma cruz vermelha, feita a tinta, o que significava a sua sentença de morte. Esses marinheiros foram fuzilados sumariamente e jogados ao mar.

João Cândido, que não embarcou no *Satélite*, juntamente com alguns de seus companheiros, permaneceu encarcerado na Ilha

das Cobras, onde vivia como animal. Dos 18 recolhidos, 16 morreram. Uns fuzilados sem julgamento, outros em consequência das péssimas condições em que viviam enclausurados.

João Cândido enlouqueceu, sendo internado no Hospital dos Alienados. Tuberculoso e na miséria, conseguiu, contudo, restabelecer-se física e psicologicamente.

Perseguido constantemente, morreu como vendedor no Entrepasto de Peixes da cidade do Rio de Janeiro, sem patente, sem aposentadoria e até sem nome, este herói que um dia foi chamado, com mérito, de *Almirante Negro*.

O Movimento Tenentista:

É necessário entender o Movimento Tenentista dentro de um contexto maior, de transição eleitoral. O evento considerado o estopim para a revolta teve origem na disputa eleitoral de 1922 para o cargo de Presidente da República. Durante o período, cartas ofensivas ao Exército e ao Marechal Hermes da Fonseca, supostamente assinadas pelo candidato **Arthur Bernardes**, que era representante da situação, tornaram-se públicas. A candidatura de Arthur Bernardes naquele momento significava para a **oposição** a manutenção do sistema oligárquico que controlava o país naquele momento e que concentrava o poder nos estados de Minas Gerais e São Paulo (a chamada política do café-com-leite).

Os tenentistas pregavam a moralização da política, **o fim do voto de cabresto**, e a adoção do **voto secreto**, o fortalecimento do poder da República sobre os poderes estaduais, e tinham um projeto nacionalista. **É necessário destacar que eles não buscavam a democracia**, não defendiam a igualdade social, apenas buscavam ampliar o espaço da política nacional, então sob controle da oligarquia cafeeira, a fim de permitir a participação de outros grupos, inclusive os próprios militares. Criticavam duramente a corrupção, as fraudes eleitorais, a subserviência ao capital internacional e os baixos soldos a que estavam submetidos. **Propunham o fim da república oligárquica, a valorização das Forças Armadas e uma ação nacionalista de recuperação da economia e da sociedade brasileira.**

Para pressionar o governo, os tenentes promoveram várias rebeliões, uma delas ficou conhecida como **“Os 18 do Forte”**. Essa rebelião ocorreu em decorrência de um levante no **Forte de Copacabana**, no Rio de Janeiro, em resposta à prisão do Marechal Hermes da Fonseca, determinada pelo então presidente Epitácio Pessoa (1919-1922). Esse levante no Forte, foi rapidamente controlado pelas tropas leais ao presidente. Diante do fracasso, 18 amotinados – que ficaram conhecidos com os 18 do Forte – saíram caminhando armados pelas ruas de Copacabana, em direção a uma tropa de cerca de 300 soldados leais ao governo. No confronto morreram oito dos militares rebelados, e mais um civil que decidiu os acompanhar no meio do caminho.

A Revolta dos Dezoito do Forte e o movimento Tenentista, que eram numa primeira leitura ligados às forças armadas, representavam também a insatisfação de outros estados como Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia com a divisão política existente. Assim, durante o processo eleitoral, para concorrer contra Arthur Bernardes foi lançada a candidatura do candidato fluminense Nilo Peçanha.

Ao final do longo processo eleitoral, as tentativas em barrar Arthur Bernardes não surtiram efeito, assim, ele foi eleito presidente e **Estácio Coimbra** (substituto de Urbano Santos no pleito) foi eleito vice.

Mesmo com a eleição de Bernardes o movimento não teve fim. **Em 1924** as contradições políticas entre tenentistas e governo chegaram ao seu limite. Em São Paulo ocorre uma nova rebelião tenentista que ocupou um quartel no bairro de Santana, e tentou avançar por outros pontos da cidade. Os militares envolvidos acreditavam que teriam a adesão dos operários, também descontentes com a política do governo federal. Mas não foi o que ocorreu, a população abandonou suas casas, e os tenentes não tiveram o apoio esperado. Assim, as forças ligadas ao presidente contra-atacaram, sitiando São Paulo. Os soldados que haviam ocupado a cidade saíram em direção ao Rio Paraná. Essa marcha, conhecida como Coluna Paulista, seguiu por vários meses até se encontrar em Foz do Iguaçu com a Coluna Gaúcha, comandada por Luís Carlos Prestes.

Da união desses grupos formou-se a Coluna Prestes, com aprox. 1.500 soldados que, por dois anos, manteve pelo interior do país uma guerrilha armada comandada por Prestes que exigia, entre outras coisas, o fim da república oligárquica.

Apesar de o movimento tenentista ter envolvido apenas uma fração dos militares nas revoltas, suas reivindicações eram bem vistas pelo conjunto das Forças Armadas. Com o passar do tempo os ideais tenentistas se tornaram hegemônicos. Os governantes oligárquicos cada vez menos tinham controle sobre as Forças Armadas, culminando posteriormente, em 1930, no apoio quase unânime dos militares ao golpe que derrubou definitivamente o café-com-leite do poder: A Revolução de 1930.

Importante!

As Eleições de 1922:

Um aspecto fundamental que devemos ter em mente ao falar das eleições durante a Primeira República é que elas ocorriam de maneira bem diferente do processo eleitoral atual. **Em primeiro lugar** o voto deveria ser feito de maneira aberta, cada eleitor deveria se manifestar publicamente sobre qual candidato iria votar. Como **o voto não era secreto**, a fraude eleitoral era muito comum, os coronéis obrigavam as pessoas a votarem em determinado candidato. Com isso, tornava-se impossível determinar exatamente os resultados corretos. A prática de imposição dos coronéis ficou conhecida por **“Voto de Cabresto”**.

Em segundo lugar, nas eleições havia a votação tanto para o Presidente quanto para o Vice. Dessa maneira o vice-presidente não era atrelado ao Presidente como é hoje. Poderiam ser eleitos Presidentes e vices de partidos e grupos distintos, e além disso os candidatos à Presidência poderiam também se candidatar à vice-presidência. Assim, se um candidato “A” perdesse o pleito para presidente, ele poderia ainda assumir a vice-presidência caso fosse eleito.

Outro aspecto importante é entender o movimento tenentista nos anos de 1922 e 1924 como um conjunto de reações militares ao momento político conturbado do período, exigindo maior participação no processo político e mudanças no mesmo. Assim conseguimos entender o apoio dos militares à oposição civil da época que não queria outro presidente do eixo Minas- São Paulo no cargo, também desejando uma maior

A Semana de Arte Moderna de 1922:

Em meio a esse período conturbado da política brasileira dos anos 1920, sobretudo em 1922, ocorreu em São Paulo no período entre 11 e 18 de fevereiro, no Teatro Municipal da cidade, a Semana de Arte Moderna.

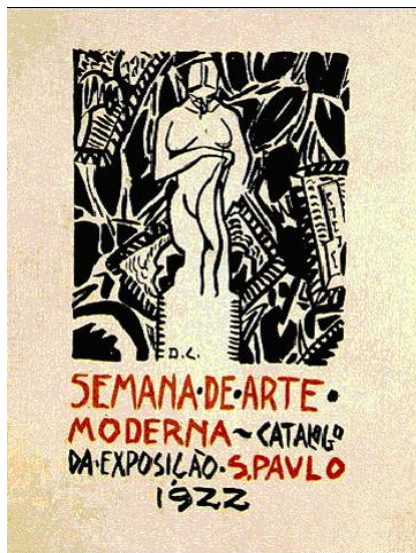
Durante os sete dias foi realizada uma exposição modernista no Teatro, e nas noites dos

dias 13, 15 e 17 ocorreram apresentações de poesia, música e palestras sobre a modernidade.

O evento representou uma verdadeira renovação da linguagem, na busca de experimentação, na liberdade criadora e na ruptura com o passado. E marcou época ao apresentar novas ideias e conceitos artísticos. A nova poesia através da declamação. A nova música por meio de concertos. A nova arte plástica exibida em telas, esculturas e maquetes de arquitetura. O adjetivo "novo", marcando todas estas manifestações, propunha algo a ser recebido com curiosidade ou interesse.

A Semana de Arte Moderna, significou a ebulição de novas ideias que tinham o futuro em mente. Ideias nacionalistas que buscavam uma maneira de expressar uma identidade própria, autenticamente brasileira, um conjunto de expressões culturais que pudessem representar o "autenticamente brasileiro", o nacional. Uma tentativa de se enxergar o país com outros olhos, não mais como um "cachorro morto", mas sim como um país rico culturalmente, capaz de se expressar de forma independente.

Não se tinha, porém, um programa definido: sentia-se muito mais um desejo de experimentar diferentes caminhos do que de definir um único ideal moderno.



Catálogo da Exposição da Semana de Arte Moderna de 1922, com ilustração de capa feita por Di Cavalcanti

EXERCÍCIOS DE FIXAÇÃO:

1- (Adaptado/UFJF)

“Apelar para o povo, esse infeliz povo sobrecarregado de impostos, sem instrução, e sem vida? (...) Esse povo, por si só, nada poderá fazer; mas se à sua frente estiver a síntese desse mesmo povo – o Exército brasileiro – composto por caracteres bem formados, com a noção exata do cumprimento do dever (...) este povo terá alcançado um nível bem mais elevado.”

(Tenente J. Nunes de Carvalho. *A revolução no Brasil*, 1925).

Leia com atenção o texto acima e responda:

- Para o autor do texto, qual a instituição poderia ser considerada uma espécie de resumo das melhores qualidades do povo brasileiro?
- Em qual instituição ele acredita que possa vir a liderança para transformar o Brasil? E por quais motivos?
- A que movimentos militares rebeldes no Brasil dos anos 1920 este texto pode ser relacionado?

2- UERJ [2012]

O cangaço representou uma manifestação popular favorecida, basicamente, pela seguinte característica da conjuntura social e política da época:

- cidadania restringida pelo voto censitário.
- analfabetismo predominante nas áreas rurais.
- criminalidade oriunda das taxas de desemprego.
- hierarquização derivada da concentração fundiária.

3- VUNESP

“Completaram-se, ontem e hoje, 99 anos da reunião dos presidentes de São Paulo, Minas e Rio de Janeiro que culminou no Convênio de Taubaté. A primeira crise global de café foi provocada pela triplicação da produção brasileira da década de 1880 - de 5,5 milhões a 16,3 milhões de sacas (...)”

Folha de São Paulo, 27.02.2005. Adaptado.

Do Convênio de Taubaté, origina-se a Política de Valorização do Café, que se constituiu:

- A- na isenção tributária sobre todas as mercadorias e serviços relacionados com o café, com o transporte ferroviário.
- B- na proibição de se plantar novos cafeeiros no prazo mínimo de 10 anos, até a produção igualar-se ao consumo externo.
- C- no acordo entre todos os países produtores e exportadores de café de diminuírem a produção em 25% em 5 anos.
- D- no controle dos preços do café por meio da compra da produção excedente, por parte dos governos estaduais.
- E- na criação de um imposto sobre cada saca de café exportada e no incentivo à criação de fazendas de café no Espírito Santo.

4- UNESP [2012]

“Nunca se viu uma campanha como esta, em que ambas as partes sustentaram ferozmente as suas aspirações opostas. Vencidos os inimigos, vós lhes ordenáveis que levantassem um viva à República e eles o levantavam à Monarquia e, ato contínuo, atiravam-se às fogueiras que incendiavam a cidade, convencidos de que tinham cumprido o seu dever de fiéis defensores da Monarquia.”

(Gazeta de Notícias, 28.10.1897 apud Maria de Lourdes Monaco Janotti. Sociedade e política na Primeira República.)

O texto é parte da ordem do dia, 06-08-1897, do General Artur Oscar e trata dos momentos finais de Canudos. Para o militar, o principal motivo da luta dos canudenses era a:

- A- restauração monárquica, embora hoje saibamos que a rejeição à República era apenas uma das razões da rebeldia.
- B- valorização dos senhores rurais, ligados ao monarca, cujo poder era ameaçado pelo crescimento e enriquecimento das cidades.
- C- restauração monárquica, que, hoje sabemos, era de fato a única razão da longa resistência dos sertanejos.
- D- valorização do meio rural, embora hoje saibamos que Antônio Conselheiro não apoiava os incêndios provocados

por monarquistas nas cidades republicanas.

- E- restauração monárquica, o que fez com que a luta de Antônio Conselheiro recebesse amplo apoio dos monarquistas do sul do Brasil.

PINTOU NO ENEM:

01- ENEM [2013]

“Nos estados, entretanto, se instalavam as oligarquias, de cujo perigo já nos advertia Saint-Hilaire, e sob o disfarce do que se chamou ‘a política dos governadores’. Em círculos concêntricos esse sistema vem cumular no próprio poder central que é o sol do nosso sistema”.

PRADO, P. **Retrato do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1972.

A crítica presente no texto remete ao acordo que fundamentou o regime republicano brasileiro durante as três primeiras décadas do século XX e fortaleceu o (a)

- A- poder militar, enquanto fiador da ordem econômica.
- B- presidencialismo, com o objetivo de limitar o poder dos coronéis.
- C- domínio de grupos regionais sobre a ordem federativa.
- D- intervenção nos estados, autorizada pelas normas constitucionais.
- E- isonomia do governo federal no tratamento das disputas locais.

02- ENEM [2011]

“Completamente analfabeto, ou quase sem assistência médica, não lendo jornais, nem revistas, nas quais se limita a ver as figuras, o trabalhador rural, a não ser em casos esporádicos, tem o patrão na conta de benfeitor. No plano político, ele luta com o ‘coronel’ e pelo ‘coronel’. Aí estão os votos de cabresto, que resultam, em grande parte, da nossa organização econômica rural”.

LEAL, V. N. **Coronelismo, enxada e voto**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978 (adaptado).

O coronelismo, fenômeno político da Primeira República (1889-1930), tinha como uma de

suas principais características o controle do voto, o que limitava, portanto, o exercício da cidadania. Nesse período, esta prática estava vinculada a uma estrutura social:

- A- Igualitária, com um nível satisfatório de distribuição da renda.
- B- Estagnada, com uma relativa harmonia entre as classes.
- C- Tradicional, com a manutenção da escravidão nos engenhos como forma produtiva típica.
- D- Ditatorial, perturbada por um constante clima de opressão mantido pelo exército e polícia.
- E- Agrária, marcada pela concentração da terra e do poder político local e regional.

03- ENEM [2011]

“Até que ponto, a partir de posturas e interesses diversos, as oligarquias paulista e mineira dominaram a cena política nacional na Primeira República? A união de ambas foi um traço fundamental, mas que não conta toda a história do período. A união foi feita com a preponderância de uma ou de outra das duas frações. Com o tempo, surgiram as discussões e um grande desacerto final”.

FAUSTO, B. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2004 (adaptado).

“A imagem de um bem-sucedido acordo café com leite entre São Paulo e Minas, um acordo de alternância de presidência entre os dois estados, não passa de uma idealização de um processo muito mais caótico e cheio de conflitos. Profundas divergências políticas colocavam-nos em confronto por causa de diferentes graus de envolvimento no comércio exterior”.

TOPIK, S. *A presença do estado na economia política do Brasil de 1889 a 1930*. Rio de Janeiro: Record, 1989 (adaptado).

Para a caracterização do processo político durante a Primeira República, utiliza-se com frequência a expressão “Política do Café com Leite”. No entanto, os textos apresentam a seguinte ressalva a sua utilização:

- A- A riqueza gerada pelo café dava à oligarquia paulista a prerrogativa de indicar os candidatos à presidência, sem necessidade de alianças.

B- As divisões políticas internas de cada estado da federação invalidavam o uso do conceito de aliança entre estados para este período.

C- As disputas políticas do período contradiziam a suposta estabilidade da aliança entre mineiros e paulistas.

D- A centralização do poder no executivo federal impedia a formação de uma aliança duradoura entre as oligarquias.

E- A diversificação da produção e a preocupação com o mercado interno unificavam os interesses das oligarquias.

04- ENEM [2011]



Charge capa da revista “O Malho”, de 1904.

A imagem representa as manifestações nas ruas da cidade do Rio de Janeiro, na primeira década do século XX, que integraram a Revolta da Vacina. Considerando o contexto político-social da época, essa revolta revela:

- A- A insatisfação da população com os benefícios de uma modernização urbana autoritária.
- B- A consciência da população pobre sobre a necessidade de vacinação para a erradicação das epidemias.
- C- A garantia do processo democrático instaurado com a República, através da defesa da liberdade de expressão da população.
- D- O planejamento do governo republicano na área de saúde, que abrangia a população em geral.
- E- O apoio ao governo republicano pela atitude de vacinar toda a população em vez de privilegiar a elite.

Pintou No Enem:

- 1- C
- 2- E
- 3- C
- 4- A
- 5- C

05- ENEM [2010]

“A serraria construía ramais ferroviários que adentravam as grandes matas, onde grandes locomotivas com guindastes e correntes gigantescas de mais de 100 metros arrastavam, para as composições de trem, as toras que jaziam abatidas por equipes de trabalhadores que anteriormente passavam pelo local. Quando o guindaste arrastava as grandes toras em direção à composição de trem, os ervais nativos que existiam em meio às matas eram destruídos por este deslocamento”.

MACHADO, P.P. **Lideranças do Contestado**. Campinas: Unicamp, 2004 (adaptado).

No início do século XX, uma série de empreendimentos capitalistas chegou à região do meio-oeste de Santa Catarina – ferrovias, serrarias e projetos de colonização. Os impactos sociais gerados por esse processo estão na origem da chamada Guerra do Contestado. Entre tais impactos, encontrava-se

A - a absorção dos trabalhadores rurais como trabalhadores da serraria, resultando em um processo de êxodo rural.

B - o desemprego gerado pela introdução das novas máquinas, que diminuía a necessidade de mão de obra.

C - a desorganização da economia tradicional, que sustentava os posseiros e os trabalhadores rurais da região.

D - a diminuição do poder dos grandes coronéis da região, que passavam a disputar o poder político com os novos agentes.

E - o crescimento dos conflitos entre os operários empregados nesses empreendimentos e os seus proprietários, ligados ao capital internacional.

GABARITO:**Exercícios de Fixação:**

- 1- Aberta
- 2- D
- 3- D
- 4- A

A PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL (1914-1918)

Introdução:

O crescimento da capacidade de produção mundial provocou uma grande disputa entre as potências mundiais, na procura por novos mercados consumidores e de novas fontes de matérias primas.

A Primeira Guerra Mundial é considerada por muitos historiadores como um marco no início do século XX. Foi a partir da Guerra que novas correlações de forças estabeleceram-se no mundo, marcando o declínio da Europa e a ascensão dos EUA à condição de principal potência mundial.

Antecedentes:

A eclosão da guerra foi o resultado de uma série de conflitos menores envolvendo disputas comerciais e/ou militares que a antecederam, todos os conflitos presentes no contexto de expansão capitalista e imperialista das potências econômicas.

Até aproximadamente 1914 a Europa exercia a supremacia econômica, política e ideológica sobre o resto do mundo.

Na esfera econômica, o poder derivava do fato da Europa ser a responsável pela maior parte da produção e investimentos em escala global. Acabou por tornar-se responsável pela importação da maioria dos gêneros primários produzidos pela "periferia" do sistema capitalista.

No campo político, a hegemonia Europeia era garantida pelo Imperialismo associado à influência ou controle direto de áreas como África, Ásia e América Latina.

Agravando o conjunto de fatores que estava por desencadear um conflito global armado, adiciona-se o enfadonho discurso do Velho Mundo sobre a superioridade e modelo de eficácia.

Havia também uma grande distinção entre todas as nações europeias. Além dos diferentes níveis de influência entre as nações pioneiras (como por ex. Inglaterra e França) e as mais jovens (como por ex. Itália e Alemanha), existia uma grande contradição no campo social. Mesmo industrializados, muitas destas nações eram governadas por nobres, ao passo que

outras, enfrentavam disputas entre interesses de classes burguesas e proletárias. Já nesta época o grande temor capitalista viria a materializar-se na Rússia em 1917: O Socialismo.

Os únicos países que estavam fora da dominação europeia eram os EUA e o Japão, que não só lutavam, mas também, chegavam a ameaçar a supremacia europeia em alguns lugares do globo, especialmente extremo oriente e na América Latina.

Causas da Primeira Guerra:

Rivalidades Econômicas e Imperialismo: A entrada de novas potências industriais imperialistas no cenário internacional aumentava a rivalidade entre as disputas econômicas e a divisão de mercados e territórios. A necessidade de novos mercados levou as potências europeias a firmar acordos na busca de evitar conflitos imperialistas entre as grandes nações, que isoladamente nunca deixaram de ocorrer, sendo frequente a quebra de tratados e aumento de tensões diplomáticas. A partilha da África e da Ásia busca atender aos anseios imperialistas, entretanto, foi mais tarde, um dos fatores que acaba gerando a animosidade entre as potências europeias.

O Revanchismo Francês: Desenvolveu-se após a humilhação de 1870, onde derrotada, teve que ceder às regiões da Alsácia-Lorena (rica em carvão e minério de ferro). Os franceses desde então nutrem um sentimento de revanche e vingança contra a Alemanha, o que de certa forma pode ser observado também como uma forma de nacionalismo.

Nacionalismo: O nacionalismo desenvolveu-se desigualmente nos países imperialistas, fruto das condições anteriores ao imperialismo. Tradicionalmente considera-se a Alemanha como a maior expressão de nacionalismo, na verdade, muito mais pelos desdobramentos que essa mentalidade teve durante a Segunda Guerra, do que pela sua real importância no final do século XIX. Na Itália o sentimento nacionalista esteve presente em grandes revoluções do século XIX e novamente no processo de unificação. Na França o nacionalismo esteve presente na Revolução Francesa, manifestado principalmente no ideal de "liberdade, igualdade e fraternidade"; e teve como resultado subsequente a luta de classes, enquanto na Alemanha e na Itália, as unificações baseadas no discurso nacionalista cumpriram o papel inverso, encobrendo as desigualdades, característica fundamental do nacionalismo.

Até mesmo nos EUA, onde não existiu o nacionalismo nos moldes das nações europeias, podemos perceber algo equivalente, expresso na Teoria do Destino Manifesto, de origem calvinista, que serviu como justificativa ideológica para o expansionismo ao longo do século XIX e para a formação de sua política intervencionista sobre a América Latina conhecida por "Big Stick".

Para justificar a disputa de fronteiras e o imperialismo, a propaganda nacionalista foi ampliada através das seguintes ideias:

Pan-Germanismo: Acordo que propõe a consolidação de países de origem Germânica, liderados pela Alemanha.

Pan-Eslavismo: Acordo que defende a união de todos os povos de origem eslava da Europa oriental, incluindo os que estão sob o domínio do Império Austro-Húngaro, liderados pela Rússia que buscava uma saída para o para o Mediterrâneo.

A influência das Crises:

Marrocos: Na disputas por domínios coloniais, Alemanha e França reclamam a região de Marrocos. Em acordo em 1906 o território é cedido a França e uma pequena faixa a sudoeste da África é cedida a Alemanha, que não se contenta com a divisão e acaba entrando em conflito com a França. Em 1911 recebe desta parte do território do Congo.

Os Balcãs: Os enfrentamentos entre Sérvia e Áustria na península balcânica também colaboram para acirrar as diferenças nacionalistas entre os países da Europa. Apoiado pelos russos, os sérvios tentam conter a expansão da Áustria. Em 1908 a Áustria anexa e Bósnia-Herzegovina, impedindo que a Sérvia incorpore outras regiões eslavas.



A formação de Alianças (Paz Armada):

Em meio a esse clima de tensão e perspectiva de conflito iminente, as nações europeias passam a fomentar uma corrida armamentista sem precedentes, estabelecendo um sistema de alianças de acordo com os interesses de cada nação. Por fim temos a formação de dois blocos principais:

Tríplice Aliança: Formada por nações mais jovens, e que por isso, sentiram-se prejudicadas com a partilha de territórios. Aparentemente mais coesa era e composta por Alemanha, Austro-Hungria e Itália.

Tríplice Entente: Tem por base a Entente Cordiale, Inglaterra e França, que se opõe à expansão alemã. Mais tarde recebe a adesão da Rússia formando então a Tríplice Entente. Durante a guerra outras nações aliam-se a este grupo e a coalizão passa a ser chamada de Aliados.

O Estopim da Guerra:

Em junho de 1914, o então príncipe herdeiro do Império Austro-Húngaro o Arqueduke Francisco Ferdinando, foi assassinato em Saraievo, enquanto visitava a Bósnia. Os tiros que mataram o herdeiro e sua esposa foram disparados por um estudante bósnio chamado Gavrilo Princip, membro de uma organização secreta responsável por outros ataques terroristas chamados de Mão Negra ou Unidade da Morte. Investigações apontaram que o atentado fora planejado em Belgrado, capital da Sérvia.

A Áustria exige providências oficiais do governo sérvio, como o imediato fechamento dos jornais que se empenhavam em fazer propagandas contra a Áustria; O Fim das sociedades secretas; Exclusão do Governo e/ou das Forças Armadas de membros acusados da campanha anti-austriaca.

A Sérvia aceita praticamente quase todas as exigências, mas a Áustria mesmo assim rompe diplomaticamente e começa a mobilizar seus exércitos. A Rússia coloca-se contrária a toda e qualquer intervenção na Sérvia, contando com o apoio da França. Por outro lado, a Alemanha apoia a Áustria defendendo a necessidade de medidas contra a Sérvia. A movimentação alemã e russa começa com a política de alianças em julho. Em agosto de 1914 inicia-se a guerra.

As duas Fases da Guerra:

A Guerra de Movimentos (1914): A estratégia de guerra alemã, consistia em derrotar primeiramente a França e depois a Rússia. Assim, preparam a invasão da França pela Bélgica. Entretanto, uma ofensiva russa obriga a Alemanha a dividir seus exércitos em duas frentes o que enfraqueceu os ataques aos franceses e deteve o avanço alemão. Esse episódio ficou conhecido como a **Batalha de Marne (1914)**.

A Guerra de Trincheiras (1915 em diante): Com o conflito equilibrado, o próximo passo era conquistar posições e defender o território conquistado, dando início então à guerra de trincheiras, recurso que custou a vida de muitos soldados em ambos os lados, em táticas de ataque e contra-ataque em meio à lama, frio, chuva e corpos.

O desenrolar da Guerra:

Posteriormente a guerra envolveu outras nações. Os montenegrinos socorreram os sérvios contra a Áustria, pois tinham a mesma origem étnica. O Japão, de olho nas possessões alemãs no oriente e apoiado pela Inglaterra, se declarou contrário à ofensiva alemã. A Turquia se alia aos alemães e ataca os russos no Mar Negro. A Itália se retira da Aliança em maio de 1915, quando muda de lado, sob a promessa de receber parte do território da Áustria e da Turquia.

Na frente oriental, o exército russo apesar de mais numeroso, sofria derrotas para o exército alemão, o que acelerava a crise interna do país. A consequência disso foi o da Revolução Russa e a posterior saída da guerra, assinando o Tratado de Brest-Litovsk com a Alemanha.

Evitando um fortalecimento Alemão, os Estados Unidos entram definitivamente na Guerra, em abril de 1917, alegando lutar contra o autoritarismo e o militarismo. Ainda defendiam a criação de uma liga das nações para regular as relações entre os povos, mas o principal objetivo era mesmo preservar o equilíbrio de poder na Europa evitando uma possível hegemonia alemã. Vale lembrar que a Entente era a responsável por 3/5 das exportações americanas e uma vitória alemã significaria um abalo na economia americana. Com a entrada dos EUA na guerra, o conflito fica desequilibrado e a derrota da Tríplice Aliança torna-se uma questão de tempo.

O Fim da Guerra:

Após os russos saírem da guerra, e com os EUA entrando no conflito, a América Latina também passa a participar em peso, o que foi decisivo para dar novo fôlego a ingleses e franceses quebrando o equilíbrio existente.

Em julho de 1918 as forças inglesas, francesas e norte-americanas lançam um ataque definitivo contra os alemães, obrigando-os a recuar. A Bulgária retira-se do conflito e a Turquia se rende. O Imperador Carlos I da Áustria assina um armistício e abandona o conflito.

Woodrow Wilson, o então presidente dos EUA e porta voz dos aliados, descartava qualquer possibilidade de manutenção do Kaiser no governo alemão, e partia do princípio de que a paz conquistada não significava a formação de vencedores e vencidos.

Assim, ele apresentou um plano chamado de **14 pontos de Wilson** que serviria de base para futuros tratados: eliminação da diplomacia secreta em favor de acordos públicos; liberdade nos mares; redução dos armamentos nacionais; retirada dos exércitos de ocupação da Rússia; restauração da independência da Bélgica; restituição da Alsácia e Lorena à França; reformulação das fronteiras italianas; reconhecimento da autonomia dos povos da Áustria-Hungria; independência da Polônia; criação da liga das nações, dentre outros.

A guerra continuou ainda durante um curto período porque Wilson exigia a deposição do Kaiser, mesmo com os alemães aceitando a rendição com base nos 14 pontos. Posteriormente todas as exigências são cumpridas.

E assim chega ao fim a Primeira Guerra Mundial.

A Assinatura dos Tratados de Paz:

Em janeiro de 1919, iniciou-se a Conferência de Paris, onde nem os países vencidos nem a Rússia participaram das deliberações, o que demonstra a severidade da “Paz” aos derrotados.

O **Tratado de Versalhes** estabeleceu a Alemanha como responsável pela guerra, impondo uma série de penalidades: Perda de 1/7 do território; devolução da Alsácia e Lorena à França; entrega aos vencedores de quase todos seus submarinos e navios; desmilitarização e redução do contingente dos exércitos; proibição de aviação militar e marinha de guerra; pagamento de uma indenização de **33 bilhões de dólares**, entre outras.

O tratado também criou a Liga das Nações, que no início não contava com a participação da Alemanha e da Rússia, e tinha como objetivo principal manter a paz mundial. A liga nascia fadada ao fracasso, pois os EUA, a nação mais forte e a idealizadora do projeto, não participava, pois discordava das formas de acordos

Consequências da Guerra:

A Primeira Guerra Mundial, acaba plantando as sementes da Segunda Guerra, uma vez que o militarismo e o nacionalismo não desaparecem, ao contrário, surgem novos totalitarismos. O conflito entretanto muda o cenário global. As economias despertam para a necessidade de um planejamento mais central e um uso racional da força de trabalho, deflagrando uma crise no liberalismo.

O comércio mundial ganha novos contornos com a industrialização da América Latina. A inflação surge no cenário econômico internacional. Tem-se o início da participação da mulher no mercado de trabalho e também de sua emancipação.

Além da destruição geral e do grande número de mortos, as principais conseqüências da Primeira Guerra podem ser numeradas a seguir:

- 1- Redefinição do mapa europeu.
- 2- Elevação do número de desempregados.
- 3- Condições humilhantes impostas a Alemanha.
- 4- Progressiva degradação dos sistemas democráticos, especialmente na Alemanha e na Itália.
- 5- Criação da Liga das Nações.
- 6- Declínio da Europa e ascensão dos EUA como potência mundial.

estabelecidos no pós-guerra.

Outros acordos são assinados com os aliados da guerra. O Império Austro-Húngaro é desmembrado e surgem a Tchecoslováquia, Hungria, Polônia, e Iugoslávia. O Império Turco foi igualmente fragmentado, ficando sob o controle das potências européias vencedoras, França, Inglaterra e Itália.

SESSÃO LEITURA:

EXERCÍCIOS DE FIXAÇÃO:

1- (ADAPTADO-UFJF)

Qual das alternativas abaixo apresenta uma das principais causas da Primeira Guerra Mundial?

- A- A influência dos Estados Unidos na política econômica europeia no início do século XX.
- B- O descontentamento da Itália e Alemanha com a divisão de territórios na África e Ásia no processo de Neocolonialismo (século XIX).
- C- A união política, econômica e militar entre Alemanha e Grã-Bretanha.
- D- O processo de globalização econômica e a formação da União Europeia no final do século XIX.

2- (ADAPTADO-UFJF)

Qual alternativa apresenta a composição correta dos blocos militares, formados antes da Primeira Guerra Mundial:

- A- Tríplice Aliança (Espanha Itália e Alemanha) e Tríplice Entente (Estados Unidos, França e Japão).
- B- Tríplice Aliança (Rússia, Alemanha e Itália) e Tríplice Entente (Japão, Alemanha e Grã-Bretanha).
- C- Tríplice Aliança (França, Alemanha e Rússia) e Tríplice Entente (Portugal, França e Estados Unidos).
- D- Tríplice Aliança (Itália, Império Austro-Húngaro e Alemanha) e Tríplice Entente (Rússia, Reino Unido e França).

3- (ADAPTADO-UFJF)

Sobre o fim da Primeira Guerra é correto afirmar que:

- A- Os conflitos prosseguiram depois da assinatura dos Tratados de Versalhes, já que a França não concordou em ceder à Alemanha as regiões da Alsácia e Lorena.
- B- Não foram resolvidos os problemas que deram origem à Primeira Guerra, já que os tratados de paz previam apenas uma trégua, com a suspensão dos conflitos bélicos.
- C- Na verdade não houve paz, uma vez que a Alemanha recusou-se a assinar o Tratado de Versalhes, elaborado pela França e Inglaterra, que estabelecia o término dos conflitos.
- D- Os países europeus não tinham condições bélicas de prosseguir os conflitos, motivo pelo qual pode-se explicar a rendição de todos os países envolvidos na guerra.
- E- Apesar da paz estabelecida, a guerra afetou profundamente a economia dos países europeus, que tiveram que arcar com prejuízos imensos, mesmo os países vitoriosos.

4- (PUC-PR)

Uma das causas da Primeira Guerra Mundial foi o rompimento do equilíbrio europeu, representado:

- A- pela França, em crescente expansão após dominar enormes áreas da África do Norte.
- B- pela Rússia, cujo crescimento industrial a equiparava à Alemanha.
- C- pela Alemanha, unificada em 1870/71, em rápido crescimento industrial e capaz de desafiar o poderio inglês.
- D- pela Inglaterra, que monopolizava a produção industrial europeia.
- E- pelos Estados balcânicos, que ameaçavam dominar o Egito e a Mesopotâmia.

5- (UFMG)

Leia estes trechos de depoimentos de ex-combatentes da Primeira Grande Guerra:

“Uma certa ferocidade surge dentro de você, uma absoluta indiferença para com tudo o que existe no mundo, exceto o seu dever de lutar. Você está comendo uma crosta de pão, e um homem é atingido e morto na trincheira perto de você. Você olha calmamente para ele por um momento e continua a comer o seu pão. Por que não?”

“Aqui desapareceu para sempre o cavalheirismo. Como todos os sentimentos nobres e pessoais, ele teve de ceder o lugar ao novo ritmo da batalha e ao poder da máquina. Aqui a nova Europa se revelou pela primeira vez no combate.”

Citados por EKSTEINS, Modris. **A sacração da primavera**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

Com base na leitura desses trechos, é correto afirmar que o impacto dessa guerra:

- A- deu origem a um influente movimento contra as guerras, que criou uma ordem internacional pacífica.
- B- acelerou o processo de libertação das colônias afro-asiáticas, que se tornaram Estados independentes a partir de então.
- C- provocou uma crise nos valores dominantes até então, gerando descrédito em relação ao humanismo e ao racionalismo.
- D- levou ao fortalecimento e à consolidação dos regimes liberais já existentes, além de contribuir para o surgimento de novas democracias.

6- (UFU-MG)

“Como se explica que um período de tanto progresso pudesse levar o Velho Continente, berço da civilização ocidental, a experimentar novamente a barbárie, como se viu durante a Primeira Guerra Mundial? (...) Em 11 de novembro (1918), terminava a Grande Guerra. Morreram 8 milhões de pessoas, 20 milhões ficaram inválidas, sem falar nos prejuízos econômicos e financeiros que atingiram os países europeus envolvidos diretamente com a guerra”.

REZENDE, Antônio Paulo; DIDIER, Maria Thereza. **Rumos da História: nossos tempos** – O Brasil e o mundo contemporâneo. São Paulo: Atual, 1996. v.3.

Tomando como referência a citação mostrada e os seus conhecimentos sobre os antecedentes e a eclosão da Primeira Guerra Mundial, podemos afirmar que:

I. no campo das artes, a velocidade, a máquina, o movimento, a energia foram os grandes temas do futurismo no início do século, evocados como símbolos da beleza e da tecnologia da sociedade industrial moderna, provocando, entretanto, mais tarde, grande desilusão por causa da carnificina da guerra.

II. o discurso internacionalista do movimento operário, que procurava negar as disputas entre os Estados-nações, fez com que os trabalhadores se recusassem a pegar em armas no início da guerra, tal como se verificou na negativa de participação da Rússia e nos motins liderados pelo partido comunista francês em 1914.

III. entre os fatores que levaram as nações europeias à guerra estavam as disputas imperialistas por novos territórios, os ideais expansionistas incentivados por teorias raciais e a formação gradual de alianças entre as grandes potências, conhecida como Paz Armada.

IV. como resultado da derrota alemã, o Tratado de Versalhes, assinado depois da guerra, pôs fim ao ódio racial e ao clima de revanchismo na Europa, e a Inglaterra garantiu a sua supremacia no capitalismo internacional.

Assinale a alternativa correta.

- a) II e IV são corretas.
- b) I e IV são corretas.
- c) II e III são corretas.
- d) I e III são corretas.

PINTOU NO ENEM:

1- ENEM [2009]

A primeira metade do século XX foi marcada por conflitos e processos que a inscreveram como um dos mais violentos períodos da história humana.

Entre os principais fatores que estiveram na origem dos conflitos ocorridos durante a primeira metade do século XX estão:

- a) a crise do colonialismo, a ascensão do nacionalismo e do totalitarismo.
- b) o enfraquecimento do império britânico, a Grande Depressão e a corrida nuclear.
- c) o declínio britânico, o fracasso da Liga das Nações e a Revolução Cubana.
- d) a corrida armamentista, o terceiro-mundismo e o expansionismo soviético.
- e) a Revolução Bolchevique, o imperialismo e a unificação da Alemanha.

GABARITO:

Exercícios de Fixação:

- 1- B
- 2- D
- 3- E
- 4- C
- 5- C
- 6- D

Pintou no Enem:

- 1- A

A REVOLUÇÃO RUSSA (1917)

Introdução:

Assim como a Revolução Francesa em 1789 mostrou-se um modelo clássico de Revolução Burguesa acabando com a velha ordem vigente, e propiciando o desenvolvimento do capitalismo moderno, a **Revolução Russa de 1917** foi um modelo clássico de revolução proletária que visava o fim do capitalismo e o nascimento de uma nova ordem mundial tornando-se a primeira nação socialista o mundo.



A Rússia Pré-Revolução:

A Rússia antes da Revolução era predominantemente agrária e semifeudal, onde a aristocracia rural e o clero ortodoxo detinham o controle da propriedade da terra e do poder político.

O processo de industrialização iniciara somente no fim do século XIX, concentrado nas áreas de Kiev, Moscou e Petrogrado, sendo que mais da metade do capital era de origem estrangeira: principalmente França, Alemanha e Inglaterra. A industrialização tardia e dependente, concentrada em regiões específicas produziu uma burguesia fraca e imprudente de um lado, e de outro, um proletariado forte organizado e combativo mantendo laços estreitos com os camponeses (em razão de suas origens rurais).

Oposição Partidária ao Czar:

A burguesia russa, mostrava-se fraca e dependente, uma vez que a concentração das terras estava nas mãos dos nobres e o capital das grandes empresas nos grupos estrangeiros, cabendo aos capitalistas russos apenas médios e pequenos empreendimentos.

Oposição Burguesa: Buscando uma participação maior na política, grande parte dos burgueses voltava-se para o liberalismo buscando arrumar meios para estabelecer um regime constitucional, capaz de garantir sua representatividade junto ao poder central. **Desejavam estabelecer um sistema de governo baseado na divisão de poderes seguindo os moldes na monarquia parlamentarista inglesa.**

Com isso o Czar continuaria no topo do poder político, mas dividindo suas prerrogativas com uma assembleia legislativa eleita. Organizaram-se no Partido Constitucional Democrático, o Partido Kadete, expressão das reivindicações burguesas e que ainda agregava alguns dos elementos mais “modernos” da nobreza.

Oposição Operário-Camponesa: Dentre os partidos de maior expressão é necessário destacar primeiramente o Partido Socialista Revolucionário o mais numeroso partido operário que possuía também uma grande penetração no campo, mas que se encontrava dividido em alas socialistas e anarquistas, e usavam de táticas violentas para tentar derrubar o regime.

O Partido Operário Social Democrata Russo, surgira como um partido socialista marxista autêntico. Em 1903, divergências sobre táticas implementadas na luta pelo poder acabou dividindo-o em duas alas: **Bolcheviques e Mencheviques.**

Mencheviques (membros da minoria): Propunham a formação de um partido que buscava a formação e implementação de um socialismo seguindo a “evolução natural” da sociedade, permitindo primeiro o amadurecimento do capitalismo para depois fazer a revolução implantando o socialismo, defendendo uma aliança com a burguesia para acelerar o processo. Foi liderado por Trotsky até 1917.

Bolcheviques (membros da maioria): Propunham a formação de um partido com organização profissional de revolucionários, objetivando a insurreição plena e imediata para a conquista do poder, implantando um regime socialista através da posse de terras, indústrias, bancos para o regime revolucionário. A aliança permitida era unicamente entre camponeses e operários (foice e martelo). Mais tarde o partido é rebatizado com nome de **Partido Comunista**, sendo liderado por Lênin e Trotsky.

mais numerosa e organizada, não haveria outro caminho que não a Revolução.

Antecedentes:

O regime Czarista russo era baseado principalmente na expansão militar. Em 1904 o Czar russo Nicolau II mobilizou tropas em direção ao Pacífico, entrando em choque com o Imperialismo Japonês. A mobilização para a guerra associada a uma derrota para o Japão acentuou a fragilidade do sistema czarista e os problemas sociais russos, levando a eclosão de um movimento popular pacífico em frente ao Palácio de Inverno do Czar, mas que foi violentamente reprimido por ordens de Nicolau II.

O movimento ficou conhecido como **Domingo Sangrento** e despertou uma onda de protestos por todo o Império (greves trabalhadoras, rebeliões camponesas e motins militares).

Inicialmente conduzido por operários, o movimento foi aos poucos liderado pela burguesia e pela classe média. Diante da proporção da crise e da organização do movimento o Czar resolve aceitar algumas das reivindicações, estabelecendo pequenas concessões como: a **legalização dos partidos políticos** inclusive os de oposição, a **ampliação de direitos civis** como o de associações (**soviets**) e a **criação de uma Assembleia Legislativa (Duma)**

Pouco depois o Czar, tentando restabelecer o controle do país, dissolveu a Duma, prendendo líderes opositores e intervindo em soviets, o que só veio a contribuir para aumentar o descontentamento com o regime.

O movimento de 1905 ficou conhecido como um “**Ensaio Geral**” para a Revolução de 1917.

Um Atenuante: A Participação na Guerra:

A entrada da Rússia na Primeira Guerra Mundial, acelerou o movimento revolucionário, pois a necessidade de provisões, e o grande número de mortos no conflito, aumentaram a insatisfação da população. A Rússia não se mostrava em condições de encarar uma guerra de tamanha proporção. Com número de mortos estimados na casa dos 4 milhões, mobilizou uma oposição formada pelos **soviets, Duma e da sociedade civil**.

Com o governo dividido e enfraquecido pela guerra, associado a uma oposição cada vez

As Fases da Revolução:

A Primeira Guerra iniciou-se na Europa em 1914, e a Rússia se estabelece junto a Tríplice Entente enfrentando a Áustria-Hungria e a Alemanha. O custo do conflito logo apareceu, o Exército debilitado logo começa a sofrer baixas, derrotas e perda de território. Associada a uma crise econômica esse foi o cenário que levou a derrocada do Czarismo.

Em 1916 o exército russo tenta uma última investida desesperada contra os alemães, mas apenas adicionou mais uma derrota. Internamente o descontentamento, a escassez de alimentos e as greves se aglutinam em centros industriais, bem como o apoio dos soldados e operários torna o movimento incontável, levando Nicolau II a abdicar em fevereiro de 1917.

Assim surgem na Rússia dois centros de poder: a **Duma Legislativa controlada pela burguesia liberal**, e os **Soviets, conselhos de camponeses, soldados e operários**.

A Duma designa um Governo Provisório presidido por Kerensky, ação que fica conhecida como **Revolução de Fevereiro**. (teve caráter democrático, liberal e burguês). Contrariando expectativas populares, o governo liberal comprometido com a burguesia internacional manteve a Rússia na guerra, contribuindo para o fortalecimento dos bolcheviques.

No começo de abril, começam a chegar os exilados políticos, **Lênin** assumiu a liderança do partido e lançou as **Teses de Abril**, que propunham: a **transferência de poder aos soviets**; a **instauração de uma república socialista**; a **distribuição de terras aos camponeses** e a **saída imediata da guerra**.

Por meio de uma bem organizada estratégia, os bolcheviques tomam toda a cidade em menos de 24 horas, cercando os prédios públicos e forçando a fuga de Kerensky. Num II Congresso dos Soviets de maioria Bolchevique formam o primeiro governo socialista da história, formado por operários, soldados e camponeses, tendo a frente figuras como **Lênin, Stalin e Trotsky**. Era a Revolução de Outubro sob o lema de “**Todo Poder aos Soviets**”.



Lênin (1920)

Logo de início, o governo nacionalizou as indústrias e os bancos estrangeiros, redistribuiu terras (da Igreja, da Coroa e da Aristocracia) e firmou um armistício com a Alemanha, cedendo territórios em troca da paz pós saída da Guerra (Tratado de Brest-Litovsky).

O Comunismo de Guerra:

Logo que a guerra acaba em 1918, os países capitalistas temendo que os rumos da Revolução Russa pudessem influenciar os trabalhadores europeus, resolvem apoiar os anti-bolcheviques (oficiais do exército russo, czaristas e liberais) que formam o **Exército Branco** para combater o governo socialista. Em contrapartida uma guarnição militar constituída pelos bolcheviques as vésperas da revolução de outubro que originou a guarda vermelha após a tomada do poder tornou-se o **Exército Vermelho** dirigido por Trotsky, e foi ampliado para fazer frente ao Exército Branco.

O combate entre Brancos e Vermelhos durou de 1918 a 1921, nesse meio tempo, alguns países declararam guerra aos Russos, mas a vitória coube aos Vermelhos apoiados por outras nações e também pelo bolcheviques.

A vitória no entanto, exigiu medidas extremas que ficaram conhecidas como **Comunismo de Guerra: centralização da economia; equiparação salarial** e em alguns casos **confisco de gêneros alimentícios agrícolas**.

Em 1922 surge a **União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS)**, uma federação reunindo outras nacionalidades em torno da Rússia: Ucrânia, Biolorússia, Trans-caucásia e as Repúblicas da Ásia Central.

A Economia de Guerra e a NEP:

Ao fim da Guerra Civil e das invasões estrangeiras, a vitória estava consolidada. A partir de 1921 estabeleceu-se a **Nova Política Econômica**, que procurou restaurar a economia de mercado abalada pelos anos de guerra. Segundo Lênin tratava-se de “**dar um passo para trás para dar dois adiante**”. Dentre as principais características podemos citar.

- a) abolição do confisco de gêneros alimentícios, como ocorrera durante o Comunismo de Guerra.
- b) Restabelecimento da distinção salarial.
- c) permissão para entrada de trabalhadores técnicos estrangeiros, para os setores básicos da economia.
- d) remessa de parte do capital para o exterior.

Esse plano de medidas durou até 1927, quando transformações no interior da URSS iniciaram uma nova etapa na história como expresso a seguir.

Stalinização:

Após a morte de Lênin em 1924, houve uma disputa pelos rumos da revolução e pela luta do poder político da recém fundada URSS, que discutiam os rumos e propagação do movimento para outros países.

Internacionalistas defendiam uma **Revolução Permanente ou Mundial**, sendo necessário o apoio de países avançados para manter vivos os ideais da Revolução Russa, sendo liderado por **Leon Trotsky**.

Diferentemente, os **social-nacionalistas** acreditavam no **modelo socialista único** devendo ser consolidado primeiramente na Rússia, sendo liderado por **Josef Stálin**.



Stálin e Lênin [1919]

Com maior apoio político Stálin venceu a disputa e iniciou uma nova era na história da Revolução: O Stalinismo (1927-1953).

Seu governo fora marcado por violentos expurgos e condenações de opositores, inclusive Trotsky.

No plano econômico tem-se a adoção dos **planos quinquenais**, que planificavam a atividade econômica objetivando o crescimento industrial através das indústrias de base e a coletivização forçada dos campos após 1928.

No terceiro plano quinquenal a Rússia já era a terceira maior Potência Mundial e a segunda europeia. A agricultura cresce com a socialização da terra através de **fazendas coletivas** (Sokkhozes) e **fazendas cooperativas** (kolkhozes).

No plano político, Stálin consolidou seu poder assumindo o controle do Partido Comunista. É claro observar que a situação econômica do país melhorara da década de 20 para a de 30, mas a revolução não conseguiu alcançar seu principal objetivo: a total distribuição de renda. A burocracia dirigente, minoria, reservava para si uma série de privilégios, e a massa trabalhadora (maioria) vivia com um padrão inferior ao dos países capitalistas avançados.

Essa era a grande questão em voga, até que a resposta fosse formulada tempos depois por dois alemães: **Karl Marx** e **Friedrich Engels**.

Para ambos, o socialismo só seria possível após a sociedade atingir um alto desenvolvimento capitalista. Além disso, eles pregavam que a única força para a transformação social estava na classe social criada e reforçada pelo capitalismo: o **proletariado**. Dessa forma os trabalhadores livres e assalariados assumiram a importância decisiva exatamente por causa do Capitalismo.

Marx e Engels defendiam um **socialismo científico**, ou seja, baseado em descobertas científicas que eles teriam feito sobre a história, a sociedade, a economia, o poder. Através desse caráter empírico ambos acreditavam que o socialismo era possível de ser atingido e até mesmo necessário.

Na prática, para atingir o objetivo tão sonhado, era necessário pôr um fim na propriedade privada capitalista que era o espaço que “aprisionava” os trabalhadores, e os submetia aos patrões e à exploração da **mais-valia**.

Em outras palavras, ambos acreditavam que o socialismo só seria implementado a partir do momento em que o trabalhador (ou proletariado) adquirisse uma consciência de sua real situação (consciência de classe) e se rebelasse contra o sistema capitalista vigente. A partir daí, com a revolução nas mãos, esses mesmos trabalhadores conduziram a sociedade a um governo igualitário (do trabalhador para o trabalhador), promovendo as mudanças necessárias para uma sociedade mais justa e menos desigual.

Essas ideias foram amplamente abordadas em obras como *O Capital* (1867), e *Manifesto Comunista* (1848), e posteriormente adotadas por líderes políticos, como Lênin – uma das principais figuras durante a Revolução Russa.

Lênin, influenciado pelas ideias de Marx e Engels, teorizou sobre as possibilidades de instauração de um governo revolucionário feito pelo povo, dando fim ao Czarismo russo, e defendeu, entre outras coisas, o fim da propriedade burguesa e a reforma agrária.

O Socialismo e a relação entre as Ideias de Karl Marx e a Revolução Russa:

Os primeiros pensadores socialistas surgiram na Inglaterra e na França pós Revolução Industrial (século XIX). Cansados da forma como a sociedade estava sendo conduzida (com a exploração excessiva da mão de obra trabalhadora para o enriquecimento de uma pequena parcela da sociedade – a burguesia) esses pensadores criticavam o capitalismo, e acreditavam que seria possível projetar uma nova sociedade baseada na solidariedade e não no individualismo. A esses primeiros pensadores socialistas foi dado o nome de **Socialistas Utópicos**: utópicos pois, embora pensassem num modelo de sociedade ideal e justa, nunca conseguiram colocar em prática suas ideias. (Destaque para os pensadores **Charles Fourier** e **Robert Owen**). Como então colocar o socialismo em prática?

SESSÃO LEITURA:

EXERCÍCIOS DE FIXAÇÃO:

1- (Adaptado UFJF)

Em março de 1921, Lenin afirmava:

“É necessário abandonar a construção imediata do socialismo para se voltar, em muitos setores econômicos, na direção de um capitalismo de Estado”.

Tendo em vista as etapas da Revolução Russa, podemos interpretar essa declaração no sentido de:

- A- representar o abandono do comunismo de guerra e o início da Guerra Civil.
- B- traduzir o insucesso dos planos quinquenais e o retorno a uma economia capitalista.

- C- indicar a possibilidade do socialismo num só país, daí a volta do capitalismo monopolista.
- D- introduzir a Nova Política Econômica, caracterizada por algumas concessões ao capitalismo, a fim de possibilitar o avanço do socialismo.
- E- aceitar a introdução de métodos capitalistas na produção e o retorno à iniciativa privada.

2- (Adaptado UFJF)

Em 1917, liderados por Lenin e Trotsky, os bolcheviques ganharam popularidade com as “Teses de abril”, enunciadas na plataforma “paz, terra e pão”, que propunha:

- A- a manutenção da Rússia na Primeira Guerra Mundial, a conquista da Manchúria e a formação dos soviets.
- B- a saída da Rússia da Primeira Guerra Mundial, a instauração de uma monarquia parlamentar e a formação da Guarda Vermelha.
- C- a entrada da Rússia na Primeira Guerra Mundial, a instalação da ditadura do proletariado e a adoção de uma nova política econômica (a NEP).
- D- a manutenção da Rússia na Primeira Guerra Mundial, o domínio dos estreitos de Bósforo e Dardanelos e a formação de um Parlamento (Duma).
- E- a saída da Rússia da Primeira Guerra Mundial, a divisão das grandes propriedades entre os camponeses e a regularização do abastecimento interno.

3- (Adaptado UFJF)

A Revolução Socialista na Rússia, em 1917, foi um dos acontecimentos mais significativos do século XX, uma vez que colocou em xeque a ordem socioeconômica capitalista. Sobre o desencadeamento do processo revolucionário, é correto afirmar que:

- A- os mencheviques tiveram um papel fundamental no processo revolucionário

por defenderem a implantação da ditadura do proletariado.

- B- os bolcheviques representavam a ala mais conservadora dos socialistas, sendo derrotados, pelos mencheviques, nas jornadas de outubro.
- C- foi realimentado pela participação da Rússia na Primeira Guerra Mundial, o que desencadeou uma série de greves e revoltas populares em razão da crise de abastecimento de alimentos.
- D- foi liderada por Stalin, a partir de outubro, que estabeleceu a tese da necessidade da revolução em um só país, em oposição a Trotsky, líder do exército vermelho.
- E- o Partido Comunista conseguiu superar os conflitos que existiam no seu interior quando estabeleceu a Nova Política Econômica que representava os interesses dos setores mais conservadores.

4- (Adaptado UFJF)

No final de 1921, com o término da guerra civil e a retirada das forças estrangeiras, o Partido Comunista, visando reconstruir a economia do país, decidiu adotar a NEP (Nova Política Econômica). Tal programa de desenvolvimento econômico, com relativa liberalização, adotado pelo governo da União Soviética, permaneceu em vigor até 1928, sendo caracterizado, exceto:

- A- pelas graves divergências político-ideológicas geradas a nível das lideranças do próprio partido, radicalizando as posições.
- B- pela privatizações de empresas com menos de vinte trabalhadores e pela autorização aos pequenos artesãos de vender os seus produtos.
- C- pela abertura da economia aos investimentos estrangeiros e pelo restabelecimento das relações econômicas com a Inglaterra e a Alemanha.
- D- pelo desenvolvimento de segmentos sociais enriquecidos, com os KULAKS (camponeses ricos) e os NEPMEM (comerciantes intermediários).

- E- pela criação da Gosplan, órgão estatal responsável pela elaboração de planos de produção rigorosos e de objetivos precisos para todos os setores econômicos.

5- (Adaptado UFJF)

Considerando-se a Revolução Russa de 1917, que derrubou o regime czarista e pretendeu instalar o socialismo naquele país, é possível afirmar que:

- A- a vitória da Rússia na Primeira Guerra Mundial favoreceu a concentração de poder pelo Czar.
- B- a política imperialista do Czar levou a Rússia à guerra com a China pela posse da Manchúria.
- C- na sua primeira fase, caracterizou-se como uma revolução liberal que separou Estado e Igreja e criou eleições por sufrágio universal.
- D- em 1917, constituiu-se o Conselho dos Comissários do Povo, presidido pelo Czar, para resistir à Revolução.
- E- Lênin, exilado na Finlândia ficou excluído do processo revolucionário.

PINTOU NO ENEM:

1- ENEM [2013]

Na produção social que os homens realizam, eles entram em determinadas relações indispensáveis e independentes de sua vontade; tais relações de produção correspondem a um estágio definido de desenvolvimento das suas forças materiais de produção. A totalidade dessas relações constitui a estrutura econômica da sociedade – fundamento real, sobre o qual se erguem as superestruturas política e jurídica, e ao qual correspondem determinadas formas de consciência social.

MARX, K. Prefácio à Crítica da economia política. In: MARX, K.; ENGELS, F. **Textos 3**. São Paulo: Edições Sociais, 1977 (adaptado).

Para o autor, a relação entre economia e política estabelecida no sistema capitalista faz com que:

- A- o proletariado seja contemplado pelo processo de mais-valia.
- B- o trabalho se constitua como fundamento real da produção material.
- C- a consolidação das forças produtivas seja compatível com o progresso humano.
- D- a autonomia da sociedade civil seja proporcional ao desenvolvimento econômico.
- E- a burguesia revolucione o processo social de formação da consciência de classe.

GABARITO:

Exercícios de Fixação:

- 1- D
- 2- E
- 3- C
- 4- A
- 5- D

Pintou no Enem:

- 1- B

A CRISE DE 1929

Introdução:

O período entre guerras (1919-1939) foi marcado pela mais contundente crise do capitalismo desde seu surgimento: A Crise de 1929. Uma crise de **superprodução** acompanhada de um **subconsumo**, iniciado nos Estados Unidos e que em maior ou menor grau, atingiu todos os países do mundo capitalista.

O Crescimento Americano:

No governo de Theodore Roosevelt (1901-1909), os Estados Unidos tornam-se efetivamente uma potência mundial e entrou efetivamente na disputa imperialista.

A produção norte americana deu um salto gigantesco em vários setores, destacando-se a indústria bélica, de material de campanha, de alimentos e mesmo de setores destinados ao consumo interno, uma vez que o potencial de consumo no país aumentou com a elevação do nível de emprego; ou ainda para a exportação, principalmente para a América Latina, tomando o lugar que tradicionalmente coube à Inglaterra, e para os demais países da Europa durante a Primeira Guerra Mundial.

A Relação entre os EUA e a Guerra:

Com a Primeira Guerra Mundial, o papel dos EUA no cenário internacional alterou-se. A guerra fora planejada para poucos meses, porém sua longa duração e o envolvimento de diversos países com a política de alianças, gerou o problema de abastecimento, pois os países beligerantes precisavam cada vez mais de roupas, alimentos, armas e dinheiro. Os EUA eram o único país em condições de atender a demanda europeia, e como a princípio não participava do conflito podia comercializar com ambos os lados.

Desta forma, e “neutros politicamente”, enriqueceram muito se tornando o grande credor da Europa. Até aproximadamente 1914, havia grandes investimentos europeus (principalmente Inglaterra e França) nos EUA, e com a guerra as relações econômicas com a Europa mudaram de

fluxo. No final da guerra os Estados Unidos eram a maior potência econômica do globo.

Os anos 20 foram marcados por uma explosão de crescimento interno, a produção crescia a uma velocidade considerável, alcançando diversos setores e desenvolvendo novas tecnologias como por exemplo o **rádio**, que em 10 anos passou de raridade a elemento obrigatório nos lares americanos, onde os anunciantes começam uma disputa pela preferência e atenção dos ouvintes.

No plano industrial, há um aumento da produção devido ao incremento de novas formas de energia como a eletrificação, uso do petróleo e derivados. Isso acarretou um efeito de barateamento no custo da produção de aço e crescimento da produção automobilística.

A expansão do crédito incrementava a venda dos produtos, aquecendo a economia. Formaram-se grandes impérios industriais e comerciais nos EUA. Ao final da década de 20 por exemplo, um em cada 5 americanos tinha um automóvel o que encurtou as distâncias e facilitou o deslocamento de mercadorias por todo o país.

O sucesso econômico produziu também o nascimento da indústria do entretenimento, com destaque para o **cinema**, maior instrumento para a difusão do “american way of life” ou **modo de vida americano**, através de Hollywood esse padrão foi exibido para o mundo inteiro, passando a ser invejado, desejado e consumido.

A agricultura também se beneficiou, com um surto de prosperidade acompanhando o crescimento das áreas de eletrificação rural e a emergente mecanização do campo.

A Crise de Superprodução:

Durante a guerra, a grande demanda do mercado externo garantia o total escoamento da produção americana. Como fornecedor único, houve uma supervalorização dos produtos nos EUA, enriquecendo a sociedade americana. Quando a guerra acabou e quando os países europeus voltaram a produzir, adotaram também medidas protecionistas que garantissem a competição interna. Com isso o produto americano, visto como caro, não podia mais concorrer com os europeus.

Isso mostra o caráter contraditório do capitalismo, já que o enriquecimento ocorre

através da produção e exploração do trabalho gerando o lucro. Mas a mesma produção geradora de lucro ou riqueza, quando demasiada e não acompanhada de consumo pode significar uma queda na lucratividade quando o fluxo de consumo decresce, e foi exatamente isso que aconteceu.

Com os preços baixos os cortes nos custos da produção, tornam-se necessários a demissão maciça de empregados como primeira medida. Ocorre que, com mais desempregados, diminuía o consumo e os preços eram forçados a baixar novamente; cortavam-se mais custos; mais demissões; redução dos preços novamente...

Diante desta situação, os grandes empresários passaram a especular na Bolsa de Valores, atribuindo as suas ações preços irrealistas, muito mais altos. Os investidores passaram a desconfiar e a partir de setembro de 1929, colocaram simultaneamente seus títulos a venda e a bolsa entrou em declínio, mas era o primeiro passo para o colapso.

No dia 24 de outubro de 1929, a bolsa quebrou e o dia ficou lembrado como a **quinta-feira negra**. Milhões de ações não encontraram compradores e as cotações baixaram vertiginosamente, causando falência nos bancos, empresas, indústrias e comércio. Milhares de funcionários foram demitidos e o mercado entrou em uma retração profunda.

Não só os EUA sofreram com a quebra da bolsa, mas também a Europa que viu os créditos estrangeiros evaporarem, e a América Latina cujos países não tinham como repassar na mesma proporção suas matérias primas.

O New Deal:

A não intervenção do Estado e o estrago causado pelos empresários americanos, foram os fatores fulminantes nos princípios liberais predominantes até então (Liberalismo Econômico Clássico). O custo foi enorme, além da quebradeira geral das empresas e indústrias, o número de desempregados em 1933 chegava a casa dos 15 milhões, apenas nos EUA. A Alemanha por exemplo tinha índices próximos aos 6 milhões. Apenas a URSS que vivia isolada através da política de "cordão sanitário" imposta pelos capitalistas, escapou da crise.

Em 1832 foi eleito para presidente dos EUA Franklin Roosevelt, que anunciou um conjunto de profundas mudanças na economia e

sociedade americana. O ponto crucial e que mudaria a política econômica a partir de então, seria a intervenção estatal para salvaguardar o modelo capitalista: estas séries de medidas receberam o nome de **New Deal**.

O plano estimulava investimentos a partir do Estado na economia, através de investimentos na infraestrutura do país: construção de estradas; barragens; auditórios; aeroportos; portos e habitações populares. O aumento de investimentos nos setores produtivos reduziria o contingente de desempregados e recuperaria se poder de compra.

O governo ainda remunerou agricultores para que não plantassem mais, reduzindo a oferta dos produtos agrícolas limitando a produção. Estabeleceu ainda medidas de proteção social como: seguro desemprego, salário mínimo e aposentadoria.

Apesar dos avanços do New Deal, críticos da intervenção do Estado na economia, setores mais conservadores limitaram a quantidade de capitais investidos nas ações do governo. Desta forma os efeitos da grande depressão de 30, apesar de amenizados com o New Deal, só foram totalmente superados com o início da

SESSÃO LEITURA

EXERCÍCIOS DE FIXAÇÃO:

1- PUCCamp-SP

No pós-guerra, a situação de miséria e a crise de 1929 provocaram o descrédito da população no capitalismo liberal e, simultaneamente, criaram condições favoráveis para a expansão das ideias socialistas. Com isso, na Itália e na Alemanha:

- A- as burguesias industriais e financeiras apoiaram os regimes nazifascistas, temerosas com o avanço das ideias socialistas.
- B- surgiram os movimentos operários de caráter reformista, conduzidos habilmente pela maioria socialista aliada ao Estado.

- C- os partidos políticos mais expressivos associaram-se com o intuito de restaurar a credibilidade do Estado.
- D- houve um amplo pacto social com o objetivo de estabilizar a vida econômica e política desses países.
- E- houve o agravamento das tensões sociais, e a ditadura foi a opção de consenso para que se restabelecessem a ordem e a justiça.

2- Mackenzie-SP

As causas da crise de 1929 foram:

- A- aumento das taxas de juros, explosão de consumo, quebra da produção agrícola e nacionalização de empresas.
- B- consolidação do nazi-fascismo, aumento do consumo, valorização do mercado financeiro e aumento das exportações.
- C- *Crack* da Bolsa de Nova York, aumento dos preços do petróleo, redução dos salários.
- D- intervenção do Estado na economia, contradição entre capacidade de consumo e produção e concorrência com produtos asiáticos.

3- Cesgranrio-RJ

Sobre a crise que se instalou na economia e na sociedade norte-americanas, após a quebra da Bolsa de Nova York, em outubro de 1929, são corretas as afirmações a seguir, com **exceção** de uma:

- A- Agravamento das tensões sociais, em face do grande número de desempregados nos centros urbanos e nas áreas rurais, pois a crise atingiu a todos os setores da economia: comércio, finanças, agricultura e indústria.
- B- A realização de reforma agrária que limitou a extensão da propriedade, assegurando-se, então, a distribuição de

parcelas entre as famílias desempregadas.

- C- O agravamento das dificuldades no período de 1929/32, revelando a insuficiência das medidas adotadas pelo governo Hoover (republicano), criou condições para a vitória do candidato do Partido Democrata (F. D. Roosevelt).
- D- A adoção da política do New Deal, que sofreu críticas de alguns segmentos da sociedade, desconfiados com a forma como foi enfrentada a questão social, quer pela garantia de assistência governamental aos desempregados, quer pelo apoio do governo federal aos sindicatos.
- E- A adoção do New Deal, ampliando a esfera de participação do Estado nos assuntos econômicos, permitiu que a sociedade norte-americana se recuperasse sem prejuízo do regime capitalista e da democracia.

PINTOU NO ENEM:

1- ENEM [2012]

TEXTO I

“A Europa entrou em estado de exceção, personificado por obscuras forças econômicas sem rosto ou localização física conhecida que não prestam contas a ninguém e se espalham pelo globo por meio de milhões de transações diárias no ciberespaço.”

ROSSI, C. **Nem fim do mundo nem mundo novo**. Folha de São Paulo, 11 dez. 2011 (adaptado).

TEXTO II

“Estamos imersos numa crise financeira como nunca tínhamos visto desde a Grande Depressão iniciada em 1929 nos Estados Unidos”.

Entrevista de George Soros. Disponível em: www.nybooks.com. Acesso em: 17 ago. 2011 (adaptado).

A comparação entre os significados da atual crise econômica e do crash de 1929 oculta a principal diferença entre essas duas crises, pois:

- A- o crash da Bolsa em 1929 adveio do envolvimento dos EUA na I Guerra Mundial e a atual crise é o resultado dos gastos militares desse país nas guerras do Afeganistão e Iraque.
- B- a crise de 1929 ocorreu devido a um quadro de superprodução industrial nos EUA e a atual crise resultou da especulação financeira e da expansão desmedida do crédito bancário.
- C- a crise de 1929 foi o resultado da concorrência dos países europeus reconstruídos após a I Guerra e a atual crise se associa à emergência dos BRICS como novos concorrentes econômicos.
- D- o crash da Bolsa em 1929 resultou do excesso de proteções ao setor produtivo estadunidense e a atual crise tem origem na internacionalização das empresas e no avanço da política de livre mercado.
- E- a crise de 1929 decorreu da política intervencionista norte-americana sobre o sistema de comércio mundial e a atual crise resultou do excesso de regulação do governo desse país sobre o sistema monetário.

GABARITO:

Exercícios de Fixação:

- 1- A
2- C
3- B

Pintou no Enem:

- 1- B

ERA VARGAS:

DO GOVERNO PROVISÓRIO À ARTICULAÇÃO DO GOLPE DE 1937

Introdução:

Durante a década de 1930, espalhou-se pelo mundo uma grande depressão econômica, fruto de uma crise do sistema capitalista. Isso tudo graças a um grande crescimento do nível de produção que não foi acompanhado pelo consumo e poder aquisitivo: **Superprodução x Subconsumo**.

A crise capitalista que marcou o período entre as duas grandes guerras mundiais teve efeitos muito mais amplos do que as crises cíclicas anteriores, culminando na Grande Depressão da década de 1930. Essa crise atingiu o mundo de uma forma tão violenta, que provocou um desacerto geral do sistema capitalista: incorporaram ao contingente de desempregados mais de 40 milhões de pessoas, levando ao caos a economia de dezenas de países.

No Brasil a sociedade tinha na Revolução de 1930 uma expectativa de mudanças qualitativas.

Os Efeitos da Depressão no Brasil:

O final dos anos 20 foi marcado por uma crise da agricultura de exportação que já prenunciava as dificuldades que a economia brasileira enfrentaria na década seguinte. Nos anos 30, proprietários de terras em quase todo o país se arruinaram e a oligarquia cafeicultora sofreria um grande enfraquecimento político.

As empresas internacionais passaram a recolher para suas matrizes os investimentos feitos no exterior, reduzindo as já precárias reservas monetárias dos países dependentes onde estavam instaladas.

A política de valorização do café que se baseava em empréstimos subsidiados no exterior, estava comprometida. Paralelamente caíam os preços dos produtos primários no mercado internacional, prejudicando não só os cafeicultores, mas também os produtores de

outros gêneros agrícolas de exportação, como açúcar, cacau e algodão.

O Governo Provisório:

Em **3 de novembro de 1930**, a junta militar passou o poder, no Palácio do Catete, a **Getúlio Vargas**, encerrando a chamada República Velha.

Getúlio tornou-se Chefe do Governo Provisório com amplos poderes. **A constituição de 1891 foi revogada** e Getúlio governava por **decretos**. Getúlio nomeou **interventores** para todos os Governos Estaduais, com exceção de Minas Gerais. Esses interventores eram na maioria **Tenentes** que participaram da Revolução de 1930.

A vitória de Vargas e da Revolução de 30 significava um rearranjo de forças políticas no Brasil. Várias forças haviam participado do movimento, como militares, oligarquias dissidentes, membros da classe média e até mesmo membros de parte da oligarquia cafeeira (mineiros que perderam a vez na sucessão presidencial). **Vargas surge fortalecido com o papel de mediador político e árbitro entre disputa de interesses destes vários grupos.**

No início de seu governo, com a centralização do poder, Vargas iniciou **a luta contra o regionalismo**. A administração do país tinha que ser única e não ser dividida pelos proprietários rurais como ocorria na República Velha. Muitas medidas que tomou no plano econômico financeiro não resultaram de novas circunstâncias, mas das circunstâncias impostas pela crise mundial.

O Governo Provisório mostrou-se **preocupado com a crise do café**, pois este continuava sendo o produto responsável pela maior parte de nossas divisas. Em fevereiro de 1931 reiniciava-se a **política de valorização do café**: o governo federal comprou grandes quantidades de sacas e criou o Conselho Nacional do Café (depois Departamento Nacional do Café) com o objetivo de regularizar e proteger a economia cafeeira. No entanto, a oligarquia cafeeira já não teria os mesmos privilégios, tendo de arcar com uma parcela maior de prejuízos.

Os proprietários do café estavam **obrigados a entregar ao Estado uma cota de**

20% da produção a preços simbólicos, pagar tributos para novos plantios, além de um imposto por saca de café exportada. **Mesmo assim**, para diminuir os gastos da estocagem e tentar elevar o preço no mercado internacional, **o Estado teve de queimar muitas sacas entre 1931 a 1944.**

Mesmo, com a crise mundial, conhecida como “crash de 1929”, houve uma **intensa aceleração do desenvolvimento industrial**. Entre 1929 e 1939, a indústria cresceu 125%, enquanto na agricultura o crescimento não ultrapassou 20%. Esse desenvolvimento deu-se através da diminuição das importações e da oferta de capitais, que trocaram a lavoura tradicional em crise, pela indústria. Mas, foi a participação do Estado, com tarifas protecionistas e investimentos, que mais influenciou esse crescimento industrial.

A partir de 1930, a sociedade brasileira viveu importantes mudanças. **Acelerou-se** o processo de **urbanização** e a burguesia começa a participar cada vez mais na vida política. Com o progresso da **industrialização**, a **classe operária** cresceu muito. Vargas, com uma política de governo dirigida aos trabalhadores urbanos, tentou atrair o apoio dessa classe que era fundamental para a economia, pois tinha em mãos o novo motor do Brasil: a indústria.

A criação do **Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio**, em 1930, resultaram numa série de leis trabalhistas. Parte delas visava ampliar os direitos e garantias do trabalhador: lei de férias, regulamentação do trabalho de mulheres e crianças.

Todo esse processo de desenvolvimento, no Brasil, foi acompanhado por uma verdadeira revolução cultural e educacional que acabou garantindo o sucesso de Vargas na sua tentativa de transformar a sociedade.

Em 1920, reformas promovidas separadamente já buscavam a renovação pedagógica. A partir de 1930, medidas para a criação de um **sistema educativo público** foram controladas oficialmente pelo governo. Esta vontade de centralizar a formação e de torná-la acessível aos mais pobres ficou clara com a criação do **Ministério da Educação e Saúde** em novembro de 1930. Com a difusão da instrução básica, Vargas acreditava poder formar um povo mais consciente e mais apto às exigências democráticas, como o voto, e uma elite de futuros políticos, pensadores e técnicos.

Em 1931, o governo decretou a obrigatoriedade do ensino religioso nas escolas públicas. Esta **aproximação entre Estado e Igreja** também foi marcada pela inauguração, a 12 de outubro de 1931, da estátua do Cristo Redentor no Corcovado. O historiador Boris Fausto afirmou que a Igreja, em troca, “levou a massa da população católica a apoiar o novo governo”. Em relação ao ensino superior, o governo procurou estabelecer as bases do sistema universitário, investindo nas áreas de ensino e pesquisa.

Além de haver um desenvolvimento educacional, houve uma verdadeira revolução cultural em relação à República Velha. **O modernismo, tão criticado antes de 1930, tornou-se o movimento artístico principal** a partir do golpe de Vargas. A Academia de Letras, tão admirada antes, não tinha mais nenhum prestígio. A cultura predominante era a popular que, com o rádio, desenvolveu-se por todo o Brasil. Nos anos 30 e 40, por exemplo, o samba e a marcha, antes praticamente confinados aos morros e subúrbios do Rio, conquistaram o país e todas as classes

A Revolução Constitucionalista de 1932:

A oligarquia paulista não aceitou sua marginalização e, tentando retomar o poder, aproveitou-se do descontentamento da população diante das dificuldades econômicas para insurgir-se contra o centralismo preconizado pelos Tenentistas. O Partido Democrático e o Partido Republicano Paulista se uniram sob as palavras de ordem: “**interventor civil e paulista**”, exigindo também uma nova Constituição para o país.

O governo central cedeu à primeira reivindicação, nomeando **Pedro de Toledo** como interventor. **Em seguida**, apesar da oposição Tenentista, Getúlio mandou publicar **o novo código eleitoral e o anteprojeto da Constituição**.

Porém as manifestações continuavam, e a reação contra um grupo de estudantes culminou na morte de quatro manifestantes: Martins, Miragaia, Dráuzio e Camargo. Os estudantes mortos, tiveram as iniciais de seus nomes transformadas na sigla do movimento paulista: MMDC.

Em 09 de julho de 1932 em SP iniciou-se

Importante!

A CONSTITUIÇÃO DE 1934:

Inspirada na Constituição alemã de Weimar, a Constituição de 1934 preservava o **liberalismo** e o **presidencialismo** e mantinha a independência dos três poderes (Legislativo, Executivo e Judiciário), além de fixar em caráter excepcional a eleição do primeiro presidente por voto indireto da Assembleia. Getúlio Vargas foi confirmado na presidência derrotando seu opositor Borges de Medeiros.

O Poder Executivo (Presidente) passava a ter direito de realizar intervenções nas áreas políticas e econômicas, assim como os ministérios deveriam adotar uma acessória técnica. O Poder Legislativo passava a ser eleito proporcionalmente ao número de habitantes por cada estado, evitando assim que os mais populosos tivessem grandes representações.

O voto secreto e também o feminino foi uma das conquistas formalizada nessa Constituição, bem como a instituição do mandado de segurança, importante instrumento jurídico de garantia dos direitos do cidadão perante o Estado.

Outra novidade foi a incorporação de uma **legislação específica referente aos trabalhadores**.

Em 1930 já havia sido criado o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Em 1934, o texto constitucional proibiu diferenças salariais por discriminação de sexo, idade, nacionalidade e estado civil, ficando estabelecidos também os salários mínimos regionais, a **jornada de trabalho de 8 horas**, o descanso semanal, as **férias anuais e remuneradas**, a **indenização do trabalhador em caso de demissão sem justa causa**, a regulamentação das profissões, a proibição do trabalho para menores de 14 anos e a proibição do trabalho noturno a menores de 16

então uma luta armada. Não possuindo estrutura bélico-militar necessária, e acusado de estar realizando um movimento separatista, SP teve de render-se às forças federais depois de três meses de guerra civil.

SESSÃO LEITURA

Embora a Revolução Constitucionalista de 1932 tivesse sido um fracasso do ponto de vista militar, no **campo político** seus reflexos foram positivos: em 1933, Vargas promoveu eleições para a Assembleia Constituinte e em novembro do mesmo ano tiveram início os trabalhos dos constituintes eleitos, os quais resultariam na promulgação de uma nova Constituição.

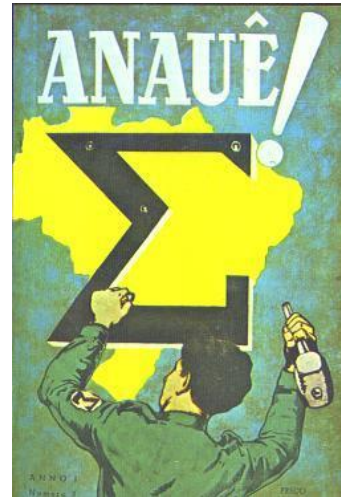
Embora essa Constituição apresentasse grandes avanços sociais e políticos, ao mesmo tempo não questionava pontos essenciais da sociedade brasileira como a estrutura agrária ou a distribuição de renda.

AIB x ANL:

A crise econômica estendeu-se por toda a década de 1930, aumentando o desemprego e diminuindo os salários. As lutas políticas internacionais também se refletiam no Brasil. **Na Europa difundiam-se o nazismo e o fascismo**, que se opunham ao modelo socialista, implantado na União Soviética em 1917.

O anticomunismo foi a fórmula encontrada pela alta burguesia de grande número de países europeus para superar a crise econômica da época, passando a perseguir comunistas, socialistas, e liberais.

A onda nazifascista chegou ao Brasil em 1932, com a formação na Ação Integralista Brasileira (AIB), movimento de extrema direita (Estado ditatorial, ultranacionalista e anticomunista) liderado por **Plínio Salgado**. Sob o lema "Deus, pátria e família", seu objetivo era um estado **corporativo e antidemocrático**. Da Ação Integralista faziam parte bandos armados, denominados **camisas verdes**, que promoviam pancadarias e perseguições aos cidadãos acusados de comunistas.



A saudação "anauê", adotada pelos integralistas Brasileiros, de provável origem tupi, significando "você é meu irmão".

A propagação do integralismo, somada ao agravamento das condições de vida dos assalariados e ao autoritarismo governamental provocaram a união de vários setores.

Em março de 1935, a ala reformista e esquerdista dos Tenentes, camadas liberais, socialistas, comunistas e líderes sindicais de diversas tendências progressistas criaram uma frente popular chamada **Aliança Nacional Libertadora**.

Foi eleito para presidi-la o Cap. **Herculano Cascardo**, líder ativo da rebelião Tenentista de 1924, em SP. **Luís Carlos Prestes**, líder da coluna que aderiu ao Partido Comunista Brasileiro, foi eleito seu presidente de honra. **Era o primeiro movimento de massa nacional com intenções democráticas, anti-imperialistas e reformistas, que congregava várias oposições a Vargas.**

Reivindicações:

- * Suspensão do pagamento da dívida externa;
- * Nacionalização das empresas estrangeiras;
- * Realização da reforma agrária, acompanhada de incentivos aos pequenos e médios proprietários;
- * Formação de um governo popular.

A adesão popular superou as expectativas: nos dois primeiros meses, cerca de 50 mil pessoas se filiaram à Aliança Nacional Libertadora, apenas no RJ. Ergueram-se por todo o país aproximadamente 1600 núcleos,

contingente capaz de ameaçar os interesses das oligarquias e do capital estrangeiro. **A reação contra esta frente popular foi rápida. Em abril aprovou-se uma lei de segurança nacional com o objetivo bastante claro: frear o crescimento da ANL.**

Não adiantaram os protestos do Clube Militar, da Associação Brasileira de Imprensa e dos sindicatos, pois **a lei entrou em vigor apoiada pelos setores mais conservadores da sociedade.** Em junho, o **governo decretou o fechamento dos núcleos da ANL**, que àquela altura, já contava com quase 400 mil filiados. A ação foi acompanhada de severa repressão aos membros simpatizantes da ANL.

Diante da extinção da ANL, sua facção de esquerda, na qual predominavam comunistas, preparou um golpe com características de uma insurreição, sob o comando de Luís Carlos Prestes. A tentativa golpista teve início em Natal (Rio Grande do Norte), onde os revoltosos conseguiram controlar o poder por quatro dias.

Levantaram-se em seguida em Recife e Olinda, após no Rio de Janeiro então Capital Federal, onde os rebeldes resistiram na Escola de Aviação e no II Regimento de Infantaria.

Acabaram sendo bombardeados ininterruptamente, até a rendição. **Esse episódio passou a ser conhecido como Intentona Comunista.** Na verdade, a Intentona Comunista deu a Vargas a "justificativa" para silenciar a oposição e amadurecer a ideia de um possível Golpe de Estado e a necessidade de fortalecer sua posição no poder.

A Campanha Sucessória:

Em meados de 1936, as forças oposicionistas mais contestadoras já estavam enfraquecidas pela intensa perseguição. Nestas condições, as divergências no bloco dominante se acentuavam, o que se expressou nos preparativos das eleições de 1938.

A primeira candidatura foi a de **Armando Sales Oliveira**, fonte de esperança de alguns setores paulistas de retomar o poder. Sales Oliveira contava com o apoio do Partido Constitucionalista continuador do Partido Democrático, do Partido Republicano Mineiro (apoiado pelo governador gaúcho Flores da

Cunha) e de facções de oligarquia de outros estados.

Poucas semanas depois surgia a candidatura de **José Américo de Almeida**, ex-ministro da aviação. Recebia o apoio Partido Republicano Rio-Grandense; do Partido Libertador do Rio Grande do Sul, do Partido Republicano Paulista, do governo de Minas e da maioria das oligarquias nordestinas. Seu programa só diferia do outro candidato em alguns traços nacionalistas, o que lhe valeu a simpatia dos remanescentes do Tenentismo.

Havia ainda um **terceiro candidato** lançado pela Ação Integralista, **Plínio Salgado**.

Getúlio Vargas apoiou outro candidato paulista, **Macedo Soares**, ex-presidente da Associação Comercial, numa clara tentativa de **abalar** as pretensões de **Armando Sales Oliveira**. Percebendo a intenção divisória, **a oligarquia paulista rejeitou a candidatura de Macedo Soares**. Esse fato fez com que Getúlio declarasse favorável a José Américo, **embora seu objetivo fosse continuar no poder**.

Contudo, para qualquer movimento golpista Vargas necessitava do apoio dos setores Militares. Embora se esforçasse desde 1930, Getúlio não conseguira impor-se às Forças Armadas, tendo somente conquistado a neutralidade dos oficiais mais graduados e o afastamento dos Tenentes de esquerda. O Exército não estava ainda sob seu controle, ao contrário do que acontecia no Congresso Nacional e com a maioria dos estados sob sua intervenção.

Num ato político Vargas acabou conseguindo o apoio de dois Generais: Góes Monteiro e Eurico Gaspar Dutra. Estes, através do uso de manobras, promoveram expurgos nas Forças Armadas, montando o esquema necessário para o golpe continuísta.

Paralelamente, Getúlio realizou uma nova política de intervenção nos estados durante o primeiro semestre de 1937, eliminando assim as oposições remanescentes.

O ESTADO NOVO (1937-1945)

Estado Nacional, nomes que pretendiam mascarar seu caráter antidemocrático.

Introdução:

A partir de 1937, o Brasil vive o Estado Novo, um regime autoritário com características do fascismo europeu. A censura aos órgãos de imprensa e a propaganda política são alguns dos instrumentos que o Estado Novo usa para cultivar a imagem de seu líder, o presidente Getúlio Vargas.

A conspiração continuísta de Getúlio e Góes Monteiro foi instaurada a parecer justificável. Forjou-se uma situação de pânico (Medo) entre os setores dominantes para que estes visassem no golpe um movimento de “salvação nacional”.

Algum tempo depois, descobriu-se que o Plano Cohen, forjado por um militar, Olímpio Mourão Filho, era apenas uma estratégia de treinamento de militares que astutamente fora utilizado para gerar um clima necessário para o golpe. Entrava-se assim na fase do Estado Novo, também denominado Nova Ordem ou

Importante!

A Constituição de 1937:

A Carta inspirava-se na Constituição autoritária polonesa; daí a denominação de “Polaca”, e incorporava elementos da Constituição da Itália fascista.

De acordo com ela, **o presidente detinha plenos poderes**, inclusive o de legislar por decreto-lei; **as greves eram proibidas e a palavra escrita ou oral era passível de censura; os recursos minerais, fontes de energia e as indústrias de base eram nacionalizados.**

Foi **instituída a pena de morte**, a critério do presidente e nos casos de ameaça à ordem política; **Dissolveu todos os partidos políticos; Acabou com a liberdade de imprensa**, instituindo a censura prévia, com a criação do **DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda.**

A Organização do Estado Novo:

Em 1937, após um golpe continuativo, Getúlio Vargas suprimiu a Constituição de 1934 e **outorgou** uma Carta Constitucional com características fascistas.

A partir daí, patrocinaria com habilidade diversos acordos entre as classes dominantes e manejaria a política econômica de forma a não prejudicar a maior parte dos setores dominantes.

O Estado Novo tinha características que o aproximavam ideologicamente das ditaduras europeias de Mussolini e Hitler:

- * Poder pessoal, autoritário e arbitrário do governante;
- * A organização de um Estado Totalitário;
- * Impossibilidade de atuação política do povo fora dos parâmetros estabelecidos pelo próprio Estado;
- * Propaganda, censura e repressão empregadas como meio de controle político;
- * Sentimentos e ideias nacionalistas exageradas;

O dia 10 de novembro de 1937 começou como qualquer outro para os brasileiros, só que mudanças ocorreram de tal maneira que o país já não era mais o mesmo: Vargas continuaria no poder, com força total. As eleições estavam suspensas, a democracia afastada, e uma nova Constituição em vigor no país.

Política e Economia no Estado Novo:

A **economia**, assim como todos os setores da vida brasileira passaram a ser controlados e dirigidos pelo Presidente da República, assessorada pelos conselhos técnicos e mantendo o sistema das “**cotas de sacrifício**”, ou seja, a queima do café para controlar os preços e regular a produção.

Por outro lado, o Estado promoveu uma **intervenção para garantir e estimular a**

diversificação da produção agrícola, financiando os produtores e auxiliando na experimentação e na divulgação das técnicas mais evoluídas de cultivo.

A exemplo de seus governos anteriores, Getúlio Vargas deu sequência à política de desenvolvimento baseada **no nacionalismo econômico e no intervencionismo estatal**, procurando modernizar e integrar o Brasil ao capitalismo industrial.

O governo **incentivou a produção de algodão** em São Paulo, sendo que a Alemanha e o Japão foram grandes consumidores desta produção, durante a primeira fase da 2ª Guerra Mundial. Em 1937, para estimular o mercado consumidor interno, foram abolidas taxas interestaduais, o que gerou a formação de um mercado nacional.

Uma das preocupações do Governo Vargas foi a de **estimular o desenvolvimento industrial do país**. Visando alcançar seu objetivo, o governo aumentou os impostos de importação, elevando desta forma os preços dos produtos estrangeiros, além de diminuir os impostos sobre a indústria nacional.

Em consequência desta política, as empresas nacionais aumentaram, e a essas indústrias somaram-se algumas filiais de empresas estrangeiras, ligadas à produção química, farmacêutica e frigorífica.

A proposta de Vargas era a de **substituir gradativamente as importações** por produtos nacionais. A grande dificuldade para concretização deste modelo de política econômica era a inexistência de **indústrias de base**.

Para suprir esta lacuna, o governo promoveu uma intervenção na economia, fundando as **empresas estatais**, para atuar nesses setores de base da economia, principalmente no campo da mineração e da siderurgia.

Para ajudar a industrialização, planejou a hidrelétrica de Paulo Afonso no rio São Francisco para fornecimento de energia, fundando ainda a **Companhia Vale do Rio Doce**, para extrair e exportar ferro e em 1943 a **Companhia Siderúrgica Nacional**, em Volta Redonda, para fornecer aço para a indústria nacional. Ainda no

Estado Novo temos: **Fábrica Nacional de Motores, SENAI, SESI**.

Quem financiou a construção da Usina de Volta Redonda foi o capital norte americano, em troca do Brasil entrar na 2ª GM ao lado dos aliados (Inglaterra, França, Rússia e EUA) contra os países do Eixo (Alemanha, Itália e Japão).

Além dos investimentos em Volta Redonda, o governo brasileiro cedeu aos EUA bases navais em Natal, Belém, Salvador e Recife, provocando desta forma a quebra da neutralidade política do Brasil, mantida até me tão no cenário internacional.

A entrada do Brasil na 2ª GM foi determinada supostamente pelo torpedeamento de navios brasileiros por submarinos alemães em agosto de 1942, fato que levou a opinião pública a pressionar Getúlio a declarar guerra à Alemanha e a Itália dentro de mesmo mês.

Trabalhismo e Populismo:

Durante o período getulista, o desenvolvimento urbano de São Paulo e Rio de Janeiro atraíram para essas cidades grande número de trabalhadores rurais que imigravam principalmente do nordeste, fugindo da miséria, da exploração e das secas, tal situação acabou gerando uma grande quantidade de mão de obra disponível nas cidades.

Com o progresso da indústria, cresceu o número de operários. Ao mesmo tempo, ampliou-se também a consciência dos trabalhadores de que era preciso lutar pelos seus direitos. Diante de tal fato, Getúlio acabou por elaborar uma política trabalhista com dupla função.

1º Conquistar simpatia e, conseqüentemente apoio;

2º Exercer o domínio sobre eles, controlando seus sindicatos;

Desta forma, foram criadas neste período inúmeras leis trabalhistas que asseguravam aos operários seus direitos básicos, tais como:

- **Salário mínimo;**
- **Férias remuneradas;**
- **Jornada diária não superior a oito horas;**

- **Proteção ao trabalho da mulher e do menor;**
- **Estabilidade de emprego;**

Em 1943, estas leis foram reunidas e codificadas na chamada Consolidação das leis trabalhistas (CLT) que marcou a história da legislação trabalhista e as relações entre trabalhadores e patrões no Brasil.

Apoiando-se nas leis trabalhistas, Getúlio usava a propaganda para apresentar seu governo como “grande protetor” dos trabalhadores, utilizando-se do estilo populista, marca registrada de seu governo: *O pai dos pobres...* (e a mãe dos ricos).

Pregava a conciliação nacional entre trabalhadores e empresários. Colocava o governo como Juiz supremo dos conflitos entre patrões e empregados, usando para tal o Ministério do Trabalho.

De um lado o populismo de Getúlio Vargas reconhecia as necessidades e desejos dos trabalhadores e, por outro lado, fazia concessões como meio de controlar os trabalhadores e impedir revoltas mais profundas que pudessem ameaçar a estabilidade do governo.

Por tudo isso, o governo Vargas representou para a classe empresarial brasileira uma garantia da manutenção da ordem pública e de estabilidade social.

O Fim do Estado Novo:

As sucessivas vitórias aliadas na 2ª GM e o avanço dos aliados contra as tropas alemãs desenhavam o fim da guerra e a expansão de uma onda de liberalismo pelo mundo. Aproveitando-se deste momento, grupos liberais brasileiros começavam a combater o fascismo no interior do Estado Novo.

Sentindo a onda de liberdade que tomava conta do país, Getúlio Vargas procurou liderar a abertura democrática do país, estimulou e comandou a reorganização da vida partidária do país, visando sempre fortalecer a sua imagem política enfraquecida pela derrota do modelo nazifascista da 2ª GM.

Em fevereiro de 1945, o governo fixou prazo para a próxima eleição presidencial, além de uma série de outras medidas, tais como:

- Concedeu ampla anistia a condenados políticos;

- Soltou os comunistas que estavam na cadeia, entre eles Luís Carlos Prestes.
- Permitiu a volta de exilados políticos ao país;
- Reorganizou os partidos políticos que estavam fechados desde o golpe de 1937. Vários partidos apareceram a nível estadual, porém a nível nacional, os partidos que se constituíram foram:

UDN: (União Democrática Nacional), partido que representava grupos ligados ao capital internacional e da classe média brasileira, vinculada a um modelo consumista.

PSD: (Partido Social Democrático), partido representativo da tradicional oligarquia rural e de setores conservadores da sociedade brasileira.

PTB: (Partido Trabalhista Brasileiro), partido liderado por Vargas e que buscava explorar as leis trabalhistas e, conseqüentemente, controlar a classe trabalhadora brasileira.

PCB: (Partido Comunista Brasileiro) cuja legalidade foi concedida, tirando-o da clandestinidade.

As eleições foram marcadas para dezembro de 1945, nas quais concorriam três candidatos:

- O General **Eurico Gaspar Dutra**, candidato pela coligação PSD/PTB, contando com o apoio de Vargas;
- O Brigadeiro **Eduardo Gomes** concorrendo pela UDN;
- O Engenheiro **Yedo Fiúza** pelo PCB;

No entanto, durante a campanha eleitoral, começou a se desenvolver um movimento de apoio e defesa da continuidade de Vargas no poder político do país, este movimento foi chamado de “**Queremismo**”.

Diante do crescimento do movimento queremista, grupos ligados às formas da oposição, temendo pelo continuísmo de Vargas e pela não ocorrência de eleições presidenciais, passaram a tramocar a sua derrubada ao poder.

Em outubro de 1945, tropas do exército ligadas a setores conservadores da sociedade brasileira cercaram o Palácio do Catete sede do governo, e obrigaram Vargas a renunciar. Assumiu o cargo temporariamente o presidente do Supremo Tribunal Federal José Linhares.

Vargas foi afastado do poder e assim terminava o chamado Estado Novo, com Vargas sendo afastado do poder, não recebendo nenhuma punição política e, pelo contrário, ainda conseguindo eleger seu sucessor o General Dutra para presidência.

EXERCÍCIOS DE FIXAÇÃO:

1- FUVEST [2012]

“O Estado de compromisso, expressão do reajuste nas relações internas das classes dominantes, corresponde, por outro lado, a uma nova forma do Estado, que se caracteriza pela maior centralização, o intervencionismo ampliado e não restrito apenas à área do café, o estabelecimento de uma certa racionalização no uso de algumas fontes fundamentais de riqueza pelo capitalismo internacional (...).”

Boris Fausto. A revolução de 1930. Historiografia e história. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 109-110.

Segundo o texto, o Estado de compromisso correspondeu, no Brasil do período posterior a 1930

- A- à retomada do comando político pela elite cafeicultora do sudeste brasileiro.
- B- ao primeiro momento de intervenção governamental na economia brasileira.
- C- à reorientação da política econômica, com maior presença do Estado na economia.
- D- ao esforço de eliminar os problemas sociais internos gerados pelo capitalismo internacional.
- E- à ampla democratização nas relações políticas, trabalhistas e sociais.

2- FGV

"Redescobrir e revolucionar é também o lema do Verde-Amarelismo, que, antes de organizar-se no movimento Anta (Cassiano Ricardo, Menotti del Picchia, Plínio Salgado) e materializar-se no ideário 'curupira', passa pela xenofobia espingardeira da Revista Brasília."

O texto acima fala de um movimento literário do Brasil dos anos 30, que tem correspondência político-ideológica com:

- A- o Integralismo
- B- o Marxismo-leninismo
- C- o Anarco-sindicalismo
- D- o Socialismo Utópico
- E- a Maçonaria

PINTOU NO ENEM:

1- ENEM [2013]



– Haverá ainda quem resista a' poderosa influencia do partido Mulherista.?!

PEDERNEIRAS, R. *Revista da Semana*, ano 35, n. 40, 15 set. 1934. In: LEMOS, R. (Org.). *Uma história do Brasil através das caricaturas (1840-2001)*. Rio de Janeiro: Bom Texto; Letras e Expressões, 2001.

Na imagem, da década de 1930, há uma crítica à conquista de um direito pelas mulheres relacionado com a:

- A- redivisão do trabalho doméstico.
- B- liberdade de orientação sexual.
- C- garantia da equiparação salarial.
- D- aprovação do direito ao divórcio.
- E- obtenção da participação eleitoral.

2- ENEM [2012]



Cartaz da Revolução Constitucionalista.
Disponível em: <http://veja.abril.com.br>. Acesso em: 29 jun. 2012.

Elaborado pelos partidários da Revolução Constitucionalista de 1932, o cartaz apresentado pretendia mobilizar a população paulista contra o governo federal.

Essa mobilização utilizou-se de uma referência histórica, associando o processo revolucionário

- A- à experiência francesa expressa no chamado à luta contra a ditadura.
- B- aos ideais republicanos, indicados no destaque à bandeira paulista.
- C- ao protagonismo das Forças Armadas, representadas pelo militar que empunha a bandeira.
- D- ao bandeirantismo, símbolo paulista apresentado em primeiro plano.
- E- ao papel figurativo de Vargas na política, enfatizado pela pequenez de sua figura no cartaz.

3- ENEM [2012]

“ O que o projeto governamental tem em vista é poupar à Nação o prejuízo irreparável do

perecimento e da evasão do que há de mais precioso no seu patrimônio. Grande parte das obras de arte até mais valiosas e dos bens de maior interesse histórico, de que a coletividade brasileira era depositária, têm desaparecido ou se arruinado irremediavelmente. As obras de arte típicas e as relíquias da história de cada país não constituem o seu patrimônio privado, e sim um patrimônio comum de todos os povos”.

ANDRADE, R. M. F. Defesado patrimônio artístico e histórico. O Jornal, 30 out. 1936. In: ALVES FILHO, I. **Brasil, 500 anos em documentos**. Rio de Janeiro: Mauad.1999 (adaptado).

A criação no Brasil do Serviço do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (SPHAN), em 1937, foi orientada por ideias como as descritas no texto, que visavam

- A- submeter a memória e o patrimônio nacional ao controle dos órgãos públicos, de acordo com a tendência autoritária o Estado Novo.
- B- transferir para a iniciativa privada a responsabilidade de preservação do patrimônio nacional, por meio de leis de incentivo fiscal.
- C- definir os fatos e personagens históricos a serem cultuados pela sociedade brasileira, de acordo com o interesse público.
- D- resguardar da destruição as obras representativas da cultura nacional, por meio de políticas preservacionistas.
- E- determinar as responsabilidades pela destruição do patrimônio nacional, de acordo com a legislação brasileira.

4- ENEM [2012]

“Fugindo à luta de classes, a nossa organização sindical tem sido um instrumento de harmonia e de cooperação entre o capital e o trabalho. Não se limitou a um sindicalismo puramente ‘operário’, que conduziria certamente a luta contra o ‘patrão’, como aconteceu com outros povos”.

FALCÃO, W. Cartas Sindicais. In: Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Rio de Janeiro. 10(85). set. 1941 (adaptado).

Nesse documento oficial, à época do Estado Novo (1937-1945), é apresentada uma concepção de organização sindical que

- A- elimina os conflitos no ambiente das fábricas.
- B- limita os direitos associativos do segmento patronal.
- C- orienta a busca do consenso entre trabalhadores e patrões.
- D- proíbe o registro de estrangeiros nas entidades profissionais do país.
- E- desobriga o Estado quanto aos direitos e deveres da classe trabalhadora.

5- ENEM [2009]

“O autor da constituição de 1937, Francisco Campos, afirma no seu livro, O Estado Nacional, que o eleitor seria apático; a democracia de partidos conduziria à desordem; a independência do Poder Judiciário acabaria em injustiça e ineficiência; e que apenas o Poder Executivo, centralizado em Getúlio Vargas, seria capaz de dar racionalidade imparcial ao Estado, pois Vargas teria providencial intuição do bem e da verdade, além de ser um gênio político”.

CAMPOS, F. **O Estado nacional**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940 (adaptado).

Segundo as ideias de Francisco Campos

- A- os eleitores, políticos e juízes seriam mal-intencionados.
- B- o governo Vargas seria um mal necessário, mas transitório.
- C- Vargas seria o homem adequado para implantar a democracia de partidos.
- D- a Constituição de 1937 seria a preparação para uma futura democracia liberal.
- E- Vargas seria o homem capaz de exercer o poder de modo inteligente e correto.

6- ENEM [2005]

Zuenir Ventura, em seu livro “Minhas memórias dos outros” (São Paulo: Planeta do Brasil, 2005), referindo-se ao fim da “Era Vargas” e ao suicídio do presidente em 1954, comenta:

“Quase como castigo do destino, dois anos depois eu iria trabalhar no jornal de Carlos Lacerda, o inimigo mortal de Vargas (e nunca esse adjetivo foi tão próprio).”

Diante daquele contexto histórico, muitos estudiosos acreditam que, com o suicídio, Getúlio Vargas atingiu não apenas a si mesmo, mas o coração de seus aliados e a mente de seus inimigos.

A afirmação que aparece “entre parênteses” no comentário e uma consequência política que atingiu os inimigos de Vargas aparecem, respectivamente, em:

- A- a conspiração envolvendo o jornalista Carlos Lacerda é um dos elementos do desfecho trágico e o recuo da ação de políticos conservadores devido ao impacto da reação popular.
- B- a tentativa de assassinato sofrida pelo jornalista Carlos Lacerda por apoiar os assessores do presidente que discordavam de suas idéias e o avanço dos conservadores foi intensificado pela ação dos militares.
- C- o presidente sentiu-se impotente para atender a seus inimigos, como Carlos Lacerda, que o pressionavam contra a ditadura e os aliados do presidente teriam que aguardar mais uma década para concretizar a democracia progressista.
- D- o jornalista Carlos Lacerda foi responsável direto pela morte do presidente e este fato veio impedir definitivamente a ação de grupos conservadores.
- E- o presidente cometeu o suicídio para garantir uma definitiva e dramática vitória contra seus acusadores e oferecendo a própria vida Vargas facilitou as estratégias de regimes autoritários no país.

7- ENEM [2007]

“São Paulo, 18 de agosto de 1929.

Carlos [Drummond de Andrade],

Achei graça e gozei com o seu entusiasmo pela candidatura Getúlio Vargas – João Pessoa. É. Mas veja como estamos... trocados. Esse entusiasmo devia ser meu e sou eu que conservo o ceticismo que deveria ser de você. (...). Eu... eu

contemplo numa torcida apenas simpática a candidatura Getúlio Vargas, que antes desejava tanto. Mas pra mim, presentemente, essa candidatura (única aceitável, está claro) fica manchada por essas pazes frágeis de governistas mineiros, gaúchos, paraibanos (...), com democráticos paulistas (que pararam de atacar o Bernardes) e opositoristas cariocas e gaúchos. Tudo isso não me entristece. Continuo reconhecendo a existência de males necessários, porém me afasta do meu país e da candidatura Getúlio Vargas. Repito: única aceitável.

Mário [de Andrade].”

Renato Lemos. **Bem traçadas linhas**: a história do Brasil em cartas pessoais. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2004, p. 305.

Acerca da crise política ocorrida em fins da Primeira República, **a carta do paulista Mário de Andrade ao mineiro Carlos Drummond de Andrade** revela:

- A- a simpatia de Drummond pela candidatura Vargas e o desencanto de Mário de Andrade com as composições políticas sustentadas por Vargas.
- B- a veneração de Drummond e Mário de Andrade ao gaúcho Getúlio Vargas, que se aliou à oligarquia cafeeira de São Paulo.
- C- a concordância entre Mário de Andrade e Drummond quanto ao caráter inovador de Vargas, que fez uma ampla aliança para derrotar a oligarquia mineira.
- D- a discordância entre Mário de Andrade e Drummond sobre a importância da aliança entre Vargas e o paulista Júlio Prestes nas eleições presidenciais.
- E- o otimismo de Mário de Andrade em relação a Getúlio Vargas, que se recusara a fazer alianças políticas para vencer as eleições.

F-

8- ENEM [2000]

Os textos abaixo relacionam-se a momentos distintos da nossa história:

“A integração regional é um instrumento fundamental para que um número cada vez maior de países possa melhorar a sua inserção num mundo globalizado, já que eleva o seu nível de competitividade, aumenta as trocas comerciais, permite o aumento da produtividade, cria condições para um maior crescimento econômico e favorece o aprofundamento dos processos

democráticos. A integração regional e a globalização surgem assim como processos complementares e vantajosos.”

(Declaração de Porto, VIII Cimeira Ibero-Americana, Porto, Portugal, 17 e 18 de outubro de 1998)

“Um considerável número de mercadorias passou a ser produzido no Brasil, substituindo o que não era possível ou era muito caro importar. Foi assim que a crise econômica mundial e o encarecimento das importações levaram o governo Vargas a criar as bases para o crescimento industrial brasileiro.”

(POMAR, Wladimir. Era Vargas – a modernização conservadora)

É correto afirmar que as políticas econômicas mencionadas nos textos são:

- A- opostas, pois, no primeiro texto, o centro das preocupações são as exportações e, no segundo, as importações.
- B- semelhantes, uma vez que ambos demonstram uma tendência protecionista.
- C- diferentes, porque, para o primeiro texto, a questão central é a integração regional e, para o segundo, a política de substituição de importações.
- D- semelhantes, porque consideram a integração regional necessária ao desenvolvimento econômico.
- E- opostas, pois, para o primeiro texto, a globalização impede o aprofundamento democrático e, para o segundo, a globalização é geradora da crise econômica.

GABARITO:

Exercícios de Fixação:

- 1- C
- 2- A

Pintou no Enem:

- 1- E
- 2- D
- 3- D
- 4- C
- 5- E
- 6- A
- 7- A
- 8- C

OS REGIMES TOTALITÁRIOS:

Introdução:

Totalitarismo é um termo que representa uma ideologia e prática política caracterizada pela **total subordinação dos indivíduos aos interesses do Estado**. Num regime totalitário o Estado possui poderes absolutos sobre toda a vida política, social, cultural, religiosa e econômica. O totalitarismo foi particularmente visível nas ditaduras europeias surgidas após o final da Primeira Guerra Mundial, constituindo uma das características principais do **fascismo**, do **nazismo**, do **franquismo**, do **salazarismo** e do **comunismo soviético**.

É importante lembrar que, ao fim da Primeira Guerra Mundial, a Europa passava por uma grave crise econômica. No cenário de inflação, miséria e desemprego surgem líderes político-ideológicos antidemocráticos, pregando o discurso da necessidade de um governo forte capaz de restaurar o equilíbrio da nação.

Foi ainda no decorrer da Primeira Guerra Mundial que começou a nascer o Totalitarismo. Com a necessidade de direcionar a produção industrial para as demandas geradas pela guerra, os governos das frágeis democracias liberais europeias tiveram de se fortalecer, acumulando poderes e funções de Estado, em detrimento do poder parlamentar, para agilizar as decisões importantes em tempos de guerra. Quando voltasse a paz, dizia-se, que esses poderes seriam retornados à distribuição democrática usual. Mas não foi o que aconteceu.

O Estado com **executivo forte e legislativo debilitado** acabou tornando-se a semente do **modelo de Estado autoritário** que surgiria na década seguinte. Das várias monarquias parlamentares europeias em 1914 (Reino Unido, Itália, Espanha, Portugal, Holanda, Bélgica, Dinamarca, Suécia, Noruega, Sérvia, Bulgária, Romênia, Grécia, Áustria-Hungria e outras), só a Grã-Bretanha terminou o século sem ter passado por uma ditadura de inspiração fascista.

Nas suas origens íntimas, os regimes totalitários revelam-se como um ímpeto de reação contra os males do liberalismo filosófico, político, social e econômico, males que contribuíram decisivamente para a quebra de unidade religiosa, política e social da Europa, a partir do Renascimento. Os regimes totalitários, por sua

vez, divinizando os bens criados – Estado, Partido, Chefe, Raça, Nação – procuram falsamente substituir os valores desalojados pelo liberalismo.

SESSÃO LEITURA

A Propaganda Totalitária:

Buscando o domínio total da população em regimes pautados por teorias conspiratórias e uma realidade fictícia criada em meio a um desprezo pela realidade dos fatos, a propaganda totalitária foi essencial para, num primeiro momento, conquistar as massas e arregimentar em torno de si uma enorme quantidade de simpatizantes.

Baseados no terror os propagandistas dão realidade às afirmações fictícias do regime. Por exemplo: Stalin, ao divulgar que acabara com o desemprego na URSS, uma inverdade de fato, extinguiu os programas de benefícios para desempregados. Ou ainda, ao afirmarem que os poloneses não tinham intelecto, os nazistas começaram o extermínio de intelectuais poloneses.

Desta forma, o uso da violência é tido como parte da propaganda. A propaganda é destinada aos elementos externos ao movimento, àqueles que ainda não se dominaram completamente, já o terror é perpetrado entre aqueles já dominados e que não mais oferecem resistência ao regime, alcançando sua perfeição nos campos de concentração onde a propaganda é totalmente substituída pela violência.

O Fascismo Italiano:

O despertar do sentimento nacionalista na Itália do Pós Primeira Guerra Mundial foi extremamente forte, ocasionado principalmente pela não obtenção de territórios estratégicos nos tratados do pós-guerra. Soma-se a isso, o número de mortos italianos no conflito que chegaram à casa dos 650.000.

As “recompensas” territoriais concedidas à Itália foram consideradas insignificantes o que despertou um sentimento de frustração e necessidade de conquista de novos territórios.

A economia do pós-guerra italiano se encontrava em estado grave. O país passava por problemas como: destruição, inflação causada pela emissão excessiva de moeda, dívidas de empréstimos, desemprego, depreciação da moeda local, etc.

Dentro deste cenário a crise logo se transformou em ingrediente forte para uma revolução. O número de greves cresceu assustadoramente após 1919; revoltas e pilhagens eram conduzidas pela população desempregada; nos campos as revoltas também aumentavam.

O poder político mostrava-se incapaz de acabar com a crise. A burguesia sentia-se ameaçada pela revolta social e pela crescente simpatia com teorias sociais alternativas como o **comunismo**. Assim, decidiram apoiar um grupo político pequeno, mas muito bem organizado, e disposto a acabar com a onda revolucionária: **Os Fascistas**.

O partido foi fundado em março de 1919 em Milão. Dentre seus membros encontravam-se pessoas das mais diferentes tendências políticas: anarquistas, sindicalistas, nacionalistas e principalmente antigos combatentes ainda não acostumados à vida civil.

Concorreram as eleições em 1919, mas foram derrotados sem conseguir uma cadeira no Parlamento. O fracasso demonstrou sérias deficiências no partido e um de seus líderes **Benito Mussolini** resolveu reorganizá-lo nos moldes paramilitares.

Fundado como uma associação nacionalista (o *Fasci di Combattimento*), o movimento fascista de Mussolini converteu-se num partido nacional (o *Partito Nazionale Fascista*) após ter ganhado 35 assentos nas eleições ao parlamento de Maio de 1921.

Em Julho de 1922, a violência fascista conseguiu evitar uma greve geral decretada pelos partidos de esquerda. Foi preparada uma demonstração de força através de uma marcha militar sobre Roma. **Em 26 de outubro, Mussolini dirigiu-se ao Rei Vitor Emanuel exigindo o poder.**

O monarca organizou um novo ministério composto de vários membros do partido fascista. No dia seguinte o exército desfilou pelas ruas da cidade sem encontrar nenhuma resistência,

movimento que ficara conhecido como a **MARCHA SOBRE ROMA**.

Em janeiro de 1925, Mussolini anunciou o estabelecimento de um regime totalitário de governo onde a oposição foi eliminada, a constituição reformulada, e o Primeiro Ministro passaria a ter plenos poderes, eliminando a Câmara e o Senado.

Mussolini foi capaz de explorar os medos perante o capitalismo numa era de depressão pós-guerra, e um sentimento de vergonha nacional e de humilhação que resultaram da "vitória mutilada" da Itália nos tratados de paz pós Primeira Guerra Mundial. Tais aspirações nacionalistas não realizadas (ou frustradas) manchavam a reputação do liberalismo e do constitucionalismo entre muitos sectores da população italiana.

O feito político mais duradouro deste regime foi talvez o **Tratado de Latrão** (1929), entre o Estado italiano e a Igreja Católica, em que se concedeu ao Papado a soberania sobre a Cidade do Vaticano, e recebeu a garantia do livre exercício do catolicismo como a única religião do Estado.

O Nazismo:

Após a Primeira Guerra, a Alemanha passava por enormes dificuldades especialmente ao assinar, em 1919, o **Tratado de Versalhes** que, impunha pesadas obrigações ao país.

Com o fim da guerra, além da perda de territórios os alemães foram obrigados a pagar pesadas indenizações aos países vencedores. Essa penalidade fez **crescer a dívida externa e comprometeu os investimentos internos, gerando falências, inflação e desemprego em massa.**

As tentativas frustradas de revolução socialista (1919, 1921 e 1923) e as sucessivas quedas de gabinetes de orientação socialdemocrata criaram as condições favoráveis ao surgimento e a expansão do nazismo no país.

À medida que os conflitos sociais foram se intensificando, surgiram no cenário político-alemão, **partidos ultranacionalistas, radicalmente contrários ao socialismo**. Um desses partidos era o **Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães** (Partido Nazista), liderado por Adolf Hitler.

As eleições presidenciais de 1925 foram vencidas por Von Hindenburg que, com a ajuda do capital estrangeiro, especialmente norte-americano, conseguiu com que a economia do país voltasse a crescer lentamente. Esse crescimento, porém, perdurou somente até 1929.

Foi quando o *Crash* de Nova York atingiu com tal força a Alemanha, que, em 1932, já havia no país mais de 6 milhões de desempregados. Nesse contexto de crise, os milhões de desempregados e muitos integrantes dos grupos dominantes, passaram a acreditar nas promessas de Hitler de transformar a Alemanha num país rico e poderoso. Assim, nas eleições parlamentares de 1932, o Partido Nazista conseguiu obter 38% dos votos (230 deputados), mais do que qualquer outro partido.

Valendo-se disso, os nazistas passaram a pressionar o presidente e este concedeu a Hitler o cargo de chanceler (chefe do governo). No poder, Hitler conseguiu rapidamente que o Parlamento aprovasse uma lei que lhe permitia governar sem dar satisfação de seus atos a ninguém.

Em seguida, com base nessa lei, ordenou a dissolução de todos os partidos, com exceção do Partido Nazista. Em agosto de 1934, morreu Hindenburg e Hitler passou a ser o presidente da Alemanha, com o título de **Führer** (guia condutor, criando o 3º Reich - Terceiro Império).



Fortalecido, o Führer lançou mão de uma propaganda sedutora e de violência policial para implantar a mais cruel ditadura que a humanidade já conheceu.

A propaganda era dirigida por Joseph Goebbles, doutor em Humanidades e responsável pelo Ministério da Educação do Povo e da Propaganda. Esse órgão era encarregado de manter um rígido controle sobre os meios de comunicação, escolas e universidades e de

produzir discursos, hinos, símbolos, saudações e palavras de ordem nazista.

Já a violência policial esteve sob o comando de Heinrich Himmler, que se utilizava da SA (guarda do Exército), SS (guarda especial) e Gestapo (polícia política) para prender, torturar e eliminar os inimigos do nazismo implantando o terror, bem como a perseguição aos judeus, aos sindicatos e aos políticos comunistas, socialistas e de outros partidos.



Bandeira da Gestapo (polícia política de Hitler)

No **plano econômico**, o governo hitlerista estimulou o **crescimento da agricultura, da indústria de base e, sobretudo, da indústria bélica**. Com isso, o desemprego diminuiu, o regime ganhou novos adeptos e a Alemanha voltou a se equipar militarmente, ignorando os termos do Tratado de Versalhes. O intervencionismo e a planificação econômica adotados por Hitler eliminaram, no entanto, o desemprego e provocaram o rápido desenvolvimento industrial, estimulando a indústria bélica e a edificação de obras públicas, além de impedir a retirada do capital estrangeiro do país. Esse crescimento foi resultado também do apoio dado pelos grandes grupos alemães, como Krupp, Siemens e Bayer, a Adolf Hitler.

Desrespeitando o Tratado de Versalhes, Hitler reinstalou o serviço militar obrigatório (1935). Nesse mesmo ano, criou o Serviço para a Solução do Problema Judeu, sob a supervisão das SS, que se dedica ao extermínio sistemático dos judeus por meio da deportação para guetos ou campos de concentração.

Anexou a Áustria (operação chamada, em alemão, de Anschluss) e a região dos Sudetos, na Tchecoslováquia (1938). Ao invadir a Polônia, em 1939, dá início à Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

A Guerra Civil Espanhola e o Franquismo (1936-1939)

Em 1931, foi proclamada a República na Espanha, e o novo governo estabeleceu um plano de reformas para modernizar o país. As mudanças, porém, sofriam oposição das forças armadas, da Igreja Católica, e dos grandes proprietários de terras.

As eleições de 1936 foram vencidas por uma frente popular liderada por socialistas, com a participação de sindicalistas e comunistas, que pretendiam aprofundar as reformas. Dessa forma o novo governo dava início à reforma agrária.

Por outro lado, os grupos de oposição criaram uma coligação denominada Partido da Falange, cujo objetivo era barrar as mudanças propostas pela situação.

Dessa forma, o cenário político espanhol se polarizou em dois grupos: os **falangistas**, liderados pelo general **Francisco Franco**, de orientação fascista; e os **republicanos**, que **lutavam pela liberdade política e pelas garantias constitucionais**.

Em 18 de julho de 1936, militares engajados na Falange iniciaram uma sublevação que foi o estopim do confronto. Assim dava-se início à Guerra Civil, que durou três anos e foi uma das mais cruéis do séc. XX.

Os nazistas, que se preparavam militarmente para o confronto com a Inglaterra, aproveitaram o episódio da guerra civil espanhola para testar suas novas armas, matando indiscriminadamente soldados e civis espanhóis.

As forças republicanas foram derrotadas (por conta do apoio dos militares nazistas ao exército da Falange), e Francisco Franco impôs aos espanhóis um governo totalitário de caráter fascista que durou até 1975, ano da morte do ditador.

O Estado totalitário espanhol tinha características específicas, como a submissão do Estado às forças armadas, o excessivo clericalismo, o incentivo às atividades agrícolas, e o desinteresse pela expansão territorial.

A Ditadura em Portugal e o Salazarismo

O Golpe Militar que derrubou a primeira república portuguesa (1910-1926) e instituiu a ditadura em Portugal ocorreu em 1926. Após o triunfo, os golpistas trataram de eliminar o aparato democrático, fechando o Congresso, extinguindo os partidos políticos, e censurando a imprensa.

A organização efetiva do Estado totalitário ficou a cargo de Antônio de Oliveira Salazar, que foi conduzido ao poder pelos militares em 1928.

Salazar era um político ligado ao catolicismo, adversário dos republicanos e teve como principais grupos de apoio: a Igreja, o exército, os latifundiários e os empresários da indústria.

O ditador português estabeleceu um instrumento jurídico-administrativo (inscrito na Constituição de 1933) copiado do modelo italiano e que lhe garantia poderes excepcionais.

A legislação proibia greves, eleições livres, formação de partidos políticos e sindicatos independentes.

Tratava-se então de um regime de partido único, que usava a polícia política (Pide) para perseguir e punir seus opositores.

A ditadura instituída por Salazar sobreviveu à sua morte, em 1970. A Revolução dos Cravos, ocorrida em 1974 e que teve a participação de vários segmentos da sociedade portuguesa, derrubou o governo totalitário, já perto de completar meio século, e instituiu um governo democrático.

EXERCÍCIOS DE FIXAÇÃO:

1- UNICAMP [2003]

“A tentativa dos nazistas de dissimular suas atrocidades nos campos de concentração e de extermínio resultou em completo fracasso. Muitos sobreviventes desses campos sentiram-se investidos da missão de testemunhar e não deixaram de cumpri-la, alguns logo depois de serem libertados e outros, quarenta e até cinquenta anos mais tarde.”

(Adaptado de Tzvetan Todorov, Memória do mal, tentação do bem. Indagações sobre o século XX. ARX, 2002, p.211)

- Caracterize o contexto histórico em que surgiram os campos de concentração e de extermínio.
- Que parcelas da população foram aprisionadas nesses campos?
- Com base no texto, explique a importância do testemunho das sobreviventes.

PINTOU NO ENEM:

1- ENEM [2013]

“As brigadas internacionais foram unidades de combatentes formados por voluntários de 53 nacionalidades dispostos a lutar em defesa da República espanhola. Estima-se que cerca de 60 mil cidadãos de várias partes do mundo – incluindo 40 brasileiros – tenham se incorporado a essas unidades. Apesar de coordenadas pelos comunistas, as Brigadas contaram com membros socialistas, liberais e de outras correntes político-ideológicas”.

SOUZA, I. I. A Guerra Civil Europeia. História Viva, n.70, 2009. (Fragmento).

A Guerra Civil Espanhola expressou as disputas em curso na Europa na década de 1930. A perspectiva política comum que promoveu a mobilização descrita foi o(a)

- Crítica ao stalinismo.
- Combate ao fascismo.
- Rejeição ao federalismo.
- Apoio ao corporativismo.
- Adesão ao anarquismo.

2- ENEM [2012]



Com sua entrada no universo dos gibis, o Capitão chegaria para apaziguar a agonia, o autoritarismo militar e combater a tirania. Claro que, em tempos de guerra, um gibi de um herói com uma bandeira americana no peito aplicando um sopapo no *Führer* só poderia ganhar destaque, e o sucesso não demoraria muito a chegar.

COSTA, C. Capitão América, o primeiro vingador: crítica. Disponível em: www.revistastart.com.br. Acesso em: 27, jan. 2012 (adaptado).

A capa da primeira edição norte-americana da revista do Capitão América demonstra sua associação com a participação dos Estados Unidos na luta contra:

- a Tríplice Aliança, na Primeira Guerra Mundial
- os regimes totalitários, na Segunda Guerra Mundial
- o poder soviético, durante a Guerra Fria
- o movimento comunista, na Guerra do Vietnã
- o terrorismo internacional, após 11 de setembro de 2001.

3- ENEM [2011]

Os três tipos de poder representam três diversos tipos de motivações: no poder tradicional, o motivo da obediência é a crença na sacralidade da pessoa do soberano; no poder racional, o motivo da obediência deriva da crença na racionalidade do comportamento conforme a lei; no poder carismático, deriva da crença nos dotes extraordinários do chefe.

BOBBIO, N. **Estado, Governo, Sociedade:** para uma teoria geral da política. São Paulo: Paz e Terra, 1999. (Adaptado).

O texto apresenta três tipos de poder que podem ser identificados em momentos históricos distintos. Identifique o período em que a obediência esteve associada predominantemente ao poder carismático.

- A- República Federalista Norte-Americana.
- B- República Fascista Italiana no Século XX.
- C- Monarquia Teocrática do Egito Antigo.
- D- Monarquia Absoluta francesa no século XVII.
- E- Monarquia Constitucional Brasileira no século XIX.

GABARITO:

Exercícios de Fixação:

- 1- Aberta

Pintou no Enem:

- 1- B
- 2- B
- 3- B

A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL (1945-1949)

Introdução:

A Primeira Guerra Mundial - "feita para pôr fim a todas as guerras" - transformou-se no ponto de partida de novos e irreconciliáveis conflitos, pois o Tratado de Versalhes (1919) disseminou um forte **sentimento nacionalista**, que culminou no totalitarismo nazifascista. As contradições se aguçaram com os efeitos da Grande Depressão.

Além disso, a política de apaziguamento, adotada por alguns líderes políticos do período entre guerras e que se caracterizou por concessões para evitar um confronto, não conseguiu garantir a paz internacional.

A Segunda Guerra Mundial, iniciada setembro de 1939, foi a maior catástrofe provocada pelo homem em toda a sua longa história. Envolveu setenta e duas nações e foi travada em todos os continentes (direta ou indiretamente). O número de mortos superou os cinquenta milhões havendo ainda uns vinte e oito milhões de mutilados.

É difícil de calcular quantos outros milhões saíram do conflito vivos, mas completamente inutilizados devido aos traumatismos psíquicos a que foram submetidos (bombardeios aéreos, torturas, fome e medo permanente). Outra de suas características, talvez a mais brutal, foi ter afetado de igual modo aqueles que combateram *no front* e a população civil na retaguarda. Foi uma guerra total.

A **Segunda Guerra Mundial** (1939–1945) opôs os **Aliados** às Potências do **Eixo**, tendo sido o conflito que causou mais vítimas em toda a história da Humanidade. As principais potências **Aliadas** eram a **China, a França, a Grã-Bretanha, a União Soviética e os Estados Unidos**. O **Brasil** se integrou aos Aliados **em 1943**. A **Alemanha, a Itália e o Japão**, por sua vez, perfaziam as Forças do **Eixo**.

Muitos outros países participaram na guerra, seja por terem se aliado a um dos lados, seja por terem sido invadidos, ou ainda por haver participado de conflitos paralelos.

As Causas da Guerra:

Vários foram os fatores que influenciaram o início do conflito, que teve início na Europa e que rapidamente se espalhou pela África e Ásia. Um dos mais importantes motivos foi o surgimento, na década de 1930, na Europa, de **governos totalitários** com fortes objetivos militaristas e expansionistas.

Na Alemanha, o nazismo, liderado por Hitler, implementava o programa de expansão do território germânico, desrespeitando o Tratado de Versalhes, inclusive reconquistando territórios perdidos com o fim da Primeira Guerra.

Na Itália o crescimento do Partido Fascista, liderado por Benito Mussolini, dava ao *Duce* plenos poderes.

Nos dois casos mencionados a **crise econômica** na década de 1930 foi um fator preponderante, para a ascensão dos respectivos regimes totalitários.

Uma das soluções tomadas pelos governos destes países foi a industrialização, principalmente no que diz respeito à criação de indústrias de armamentos e equipamentos bélicos (aviões de guerra, navios, tanques etc.).

Do outro lado do Mundo, na Ásia, o Japão também possuía fortes desejos de **expandir seus domínios para territórios vizinhos** e ilhas da região.

Estes três países, com objetivos expansionistas, uniram-se e formaram o Eixo. Um acordo com fortes características militares e com planos de conquistas elaborados em comum acordo.

A Política Expansionista de Hitler:

Logo após o abandono do Japão da Liga das Nações (que já se ressentia da ausência dos Estados Unidos, URSS e Brasil), foi a vez da Alemanha retirar-se.

O plano de Hitler organizava-se segundo etapas bem calculadas. Em 1938 com o apoio da maioria da população austríaca, anexou a Áustria à Alemanha. Em seguida, reivindicou a integração das minorias germânicas que habitavam os

Sudetos (região montanhosa da Tchecoslováquia).

Como a Tchecoslováquia não estava disposta a ceder, a guerra se mostrava iminente. Ingleses e franceses tentam na **Conferência de Munique** (1938), apaziguar os ânimos cedendo a Hitler parte do território.

Hitler que havia prometido na conferência não fazer novas exigências após receber a região dos Sudetos, no ano seguinte (1939) **invade e ocupa** o restante da **Tchecoslováquia**, e em seguida volta-se para a **Polônia** buscando uma saída para o mar.

Para poder invadir a Polônia, havia a necessidade da neutralização de uma das potências vizinhas da Alemanha. A Inglaterra e a França já haviam cedido a Tchecoslováquia e provavelmente iriam à guerra se a Polônia fosse invadida.

Por outro lado ainda havia a possibilidade de uma intervenção da URSS. Assim Hitler assina em 1939 **um acordo com Stalin: o Pacto de não agressão germano-soviético**. As cláusulas deste acordo definiam a partilha da Polônia entre os dois países, e o reconhecimento da hegemonia soviética sobre os Estados Bálticos (Letônia, Estônia e Lituânia). O caminho para a guerra estava aberto.

Em setembro de 1939, o exército alemão lançou uma ofensiva surpresa contra a Polônia, com o principal objetivo de reconquistar seus territórios perdidos durante a Primeira Guerra.

As tropas alemãs conseguiram derrotar as tropas polacas em apenas um mês. A União Soviética tornou efetivo o acordo com a Alemanha nazi e ocupou a parte oriental da Polônia. A Grã-Bretanha e a França, responderam à ocupação declarando guerra à Alemanha, mas não entrando, porém, imediatamente em combate. A Itália, nesta fase, declarou-se "país neutro".

Episódios da Guerra:

A Guerra relâmpago: Em maio de 1940, o exército alemão lançou uma ofensiva, também de surpresa, contra os Países Baixos, dando início a Batalha da França.

Com os britânicos e franceses julgando que se repetiria a guerra de trincheiras da Primeira

Guerra Mundial, e graças à combinação de ofensivas de paraquedistas com rápidas manobras de blindados em combinação com rápidos deslocamentos de infantaria motorizada (a chamada "**guerra-relâmpago**" - Blitzkrieg, em alemão), os alemães derrotaram sem grandes dificuldades as forças franco-britânicas.

O Marechal Pétain (francês) assumiu então a chefia do governo em França, que ficou conhecido como o governo de Vichy, assinou um armistício com Adolf Hitler e começou a colaborar com os alemães.

A guerra na África: Em Setembro de 1940, após a tomada da França pelas forças alemãs, as tropas italianas iniciaram uma série de ofensivas contra o Egito, então colônia da Grã-Bretanha. O objetivo era dominar o canal de Suez e depois atingir as reservas petrolíferas do Iraque, também sob domínio britânico.

Os efetivos ingleses destacados no norte da África realizaram uma espetacular contraofensiva contra as forças italianas que foram empurradas por 1200 km de volta à Líbia, perdendo todos os territórios anteriormente conquistados. Esta derrota custou aos italianos a destruição de 10 divisões, a perda de 130.000 homens feitos prisioneiros, além de 390 tanques e 845 canhões.

Com isso, foi enviada a África duas divisões alemãs em auxílio aos Italianos. Os Alemães conseguiram reverter a iminente derrota italiana e empreenderam uma ofensiva esmagadora contra as forças britânicas enfraquecidas empurrando-as de volta à fronteira egípcia.

Após uma sucessão de batalhas memoráveis os alemães e italianos são detidos por falta de combustível e provisões. Finalmente, em Outubro de 1942, após 4 meses de preparação, os Britânicos contra-atacaram sob o comando do General Montgomery.

Rechaçadas pelas bem supridas forças britânicas, as tropas ítalo-alemãs iniciaram um grande recuo. Finalmente, cercados pelos exércitos americano (que havia desembarcado no Marrocos) e britânico, o restante do contingente italiano na África do Norte se rendeu aos aliados na Tunísia em maio de 1943, dando fim à guerra na África.

A invasão da URSS: Em junho de 1941, os exércitos do eixo lançaram-se rumo a conquista do território soviético, com a chamada "Operação Barbarossa". A invasão só é contida em 1943: dos trezentos mil soldados alemães, noventa mil morreram de frio e fome e mais de cem mil foram mortos nas três semanas anteriores à rendição. Devido às **rigorosas dificuldades do inverno nessa época do ano**, fato que dificultava a subsistência até mesmo da população local, um grande número dos soldados alemães, sem proteção contra o frio nos campos de prisioneiros, não sobreviveu, e poucos retornaram a sua terra natal após a guerra.

O Conflito se torna Mundial:

Podemos elencar dois fatores como os responsáveis pela guerra europeia transformar-se em mundial, ambos em 1941: a **invasão da União Soviética** pela Alemanha e o **ataque à base americana de Pearl Harbor** no Hawaii pelos japoneses.

Durante vários meses após esse ataque, os japoneses realizaram várias conquistas: China, Indochina, Filipinas, Indonésia, chegando a ameaçar inclusive a Austrália. As conquistas no Pacífico indicavam que logo o território estaria sobre domínio nipônico.

Quando o Japão atacou os Norte Americanos, a Alemanha logo se aproveitou da situação e declarou guerra aos EUA, mesmo estando envolvida em grandes batalhas na parte oriental com a URSS. Vale lembrar que a guerra contra a União Soviética não era apenas uma disputa territorial, **o Comunismo era um dos grandes senão o maior dos inimigos do governo Totalitário** de Adolf Hitler.

Hitler colhe derrotas:

Na batalha de Stalingrado, os soviéticos derrotaram o poderoso exército alemão levando ao fim o mito da invencibilidade germânica. O episódio representou também o início da contra ofensiva soviética. Foi na Rússia que a Alemanha começou a perder a guerra.

Em junho de 1944, no chamado **Dia D**, os **Aliados efetuaram um desembarque nas praias da Normandia**, e iniciam mais um conflito. O exército alemão não conseguiu responder ao

ataque, e iniciou um recuo constante até o completo domínio em Berlim, em fevereiro de 1945, e decretando a rendição incondicional em seguida, em maio de 1945.

Do outro lado, o Japão:

Na Guerra do Pacífico, os porta-aviões representaram um dos recursos mais importantes nos conflitos, pois a maioria das batalhas se delineou através da aviação e da marinha.

Um aspecto fora do comum nesta guerra e que obteve notoriedade internacional, foram os pilotos suicidas japoneses denominados Kamikazes (vento divino) que se lançavam juntamente com seus aviões carregados de bombas contra os alvos inimigos.



Em agosto, o Imperador Hirohito, verificando as elevadas perdas nos últimos conflitos, autorizou que o embaixador japonês na União Soviética apresentasse a rendição japonesa.

Os Aliados pediam ao Japão uma rendição incondicional, todavia o Japão exigia maior clareza quanto ao futuro do Imperador, decidindo não responder ao apelo Aliado.

Em 6 de Agosto, a bomba atômica "Little Boy", foi lançada sobre Hiroshima do B-29 "Enola Gay", pelo "esquadrão Atômico". Contudo, não obteve o efeito esperado, pois o Imperador Hirohito e o Gabinete de Guerra japonês não se pronunciaram sobre o caso. Boa parte do povo japonês ainda desconhecia o ataque a Hiroshima.

Truman decidiu não esperar por uma resposta do Japão, ordenando assim o lançamento de uma segunda bomba atômica, a "Fat Man" que foi lançada sobre Nagasaki em 9 de agosto.

Em 14 de agosto o Japão **rende-se incondicionalmente**.

As chefias militares norte-americanas justificaram esta ação afirmando que uma invasão do Japão teria custos elevados em termos de vidas de soldados americanos.

Decisões Diplomáticas:

No decorrer da Segunda Guerra os Aliados realizaram inúmeras conferências, cujas decisões produziram grandes consequências no pós-guerra.

a) Conferência do Cairo: Em novembro de 1943, após a capitulação da Itália e durante a contraofensiva norte americana no pacífico, realizou-se a primeira reunião dos Aliados, a Conferência do Cairo, no Egito. Os aliados resolveram devolver à China os territórios ocupados pelos japoneses, bem como conceder independência à Coreia e outros países ocupados pelo Japão.

b) Conferência de Teerã: Em dezembro de 1943, Roosevelt, Churchill e Stalin se reuniram em Teerã. Decidiu-se então pela abertura da segunda frente de batalha na Europa e a Normandia foi o lugar escolhido para desembarque das tropas aliadas.

c) Conferência de Yalta: Em fevereiro de 1945, as vésperas da queda do III Reich, os três grandes voltaram a se reunir em Yalta (URSS). Ali decidiram que a Polônia receberia os territórios ocupados pelos alemães situados no rio Oder, assim como a divisão da Alemanha em zonas de ocupação. Decidiu-se finalmente, a entrada da URSS na guerra contra o Japão e concessões territoriais no oriente.

d) Conferência de Potsdam: Em julho de 1945, após a queda do III Reich, os Aliados realizam uma nova conferência em Potsdam, subúrbio da cidade de Berlim. Nesta conferência ficou decidido que a Alemanha pagaria 20 bilhões de dólares de indenização de guerra aos países Aliados. Decidiu-se também pelo julgamento dos líderes nazistas por crimes de guerra, a ser realizado em um tribunal na cidade de Nuremberg.

Finalmente confirmou-se a divisão da Alemanha em quatro zonas de ocupação dos países aliados. No lado Oriental, ficaria a administração sob incumbência da União Soviética e, no lado Ocidental, a administração

ficaria sob incumbência dos Estados Unidos, França e Inglaterra, tendo estas duas últimas desistido da incumbência. A Itália perderia todas as suas colônias.

Consequências da Guerra:

Com o final do conflito, em **1945, foi criada a ONU** (Organização das Nações Unidas), cujo objetivo principal seria a **manutenção da paz** entre as nações. Inicia-se também o período conhecido como Guerra Fria, colocando em lados opostos os Estados Unidos e a União Soviética. Uma disputa geopolítica entre o capitalismo norte-americano e o socialismo soviético, em que ambos buscavam ampliar suas áreas de influência sem entrar em conflito armado.

Relatos da Segunda Guerra – De onde vem os tiros?

“Não se tinha ideia da distância porque era montanhoso demais, e assim fomos avançando até que numa tarde, acompanhando o Pelotão de Fuzileiros, de repente estávamos recebendo tiros de metralhadora. Alguns até pensaram que eram brasileiros, que saíram pelo lado e apareceram na nossa frente e foi aquela confusão. Uns diziam que era o alemão, outros diziam que não era, mas eles continuaram atirando com a metralhadora, dando aquele tiro luminoso, um traçante, diferente do nosso.

A nossa munição traçante era vermelha na sua trajetória e aquela era meio prateada e esverdeada, bem diferente da nossa; aquilo começou a chamar a atenção e atingir o pessoal, que se dispersou rapidamente. Eu estava com uma metralhadora que caiu num lugar e o reparo caiu em outro; a segunda peça atrás tinha que deitar e não conseguia fazer o tiro.

De ouvido não dava, então chegou a um ponto em que eu estava separado, olhando as balas atingirem o pessoal, cortando tudo em que pegavam. Até que recebemos aquela rajada que estremeceu o chão, espirrou o barro e pegou a quase um metro de minhas pernas. E lá naquele local tivemos que permanecer, mas eu consegui que um soldado do Pelotão, que portava fuzil-metralhadora, atirasse para o morro de onde estava partindo o fogo inimigo.”

SESSÃO LEITURA

Relato de um combatente brasileiro durante a Segunda Guerra. Retirado de: < <http://segundaguerra.net> >
Último acesso em: 23, mai. 2014.

EXERCÍCIOS DE FIXAÇÃO:

1- Adaptado UFJF

A viagem levou uns vinte minutos. O caminhão não parou; via-se um grande portão e, em cima do portão, uma frase bem iluminada (cuja lembrança ainda hoje me atormenta nos sonhos): ARBEIT MACHT FREI – o trabalho liberta. Descemos, fazem-nos entrar numa sala ampla, nua e fracamente aquecida. Que sede!

O leve zumbido da água nos canos da calefação nos enlouquece: faz quatro dias que não bebemos nada. Há uma torneira e, acima, um cartaz: proibido beber, água poluída (...). Isto é o inferno. Hoje, em nossos dias, o inferno deve ser assim: uma sala grande e vazia, e nós, cansados, de pé, diante de uma torneira gotejante, mas que não tem água potável, esperando algo certamente terrível acontecer, e nada acontece, e continua não acontecendo nada. (LEVI, Primo. É isto um homem? Rio de Janeiro: Rocco, 1988. p. 20.)

A descrição acima – de um prisioneiro chegando a Auschwitz – revela angústia e horror. Os campos de concentração nazistas eram:

- a) lugares de reabilitação de doentes mentais, criminosos comuns e prisioneiros políticos, adversários do Nazismo.
- b) instalados apenas na Alemanha e, neles, foram alojados, durante a Segunda Guerra Mundial, judeus, homossexuais e comunistas.
- c) lugares de execução sumária e imediata de inimigos nacionais alemães e de pessoas que se recusavam a trabalhar.
- d) instalados para acolher os imigrantes que, vindos da Europa Oriental, tentavam penetrar no território do Terceiro Reich sem autorização.
- e) lugares onde os considerados “indesejáveis” eram submetidos a humilhações, trabalhos forçados ou execuções em massa.

2- Adaptado UFJF

Em agosto de 1945, três meses após a capitulação da Alemanha, os Estados Unidos jogaram, sobre as cidades japonesas de Hiroshima e de Nagasaki, a sua mais nova invenção militar: a bomba atômica, um artefato com capacidade de destruição várias vezes superior ao que se conhecia até então. Com

relação ao bombardeio de Hiroshima e de Nagasaki, assinale o que for correto.

01. Os japoneses consideravam-se divinamente protegidos e a rendição era incompatível com os antigos ideais samurais.

02. O bombardeio foi um modo de impedir a aliança dos “tigres asiáticos”, ou seja, a aliança entre o Japão e a República Popular da China.

04. Após o bombardeio, foi obtida a rendição incondicional do Japão, oficializando o final da Segunda Guerra Mundial.

08. Movidos pelas vitórias em Pearl Harbor e pelo apoio da China e da Rússia, as tropas japonesas não aceitavam a rendição e não depunham suas armas.

16. A decisão de bombardear essas cidades japonesas foi a última opção que restou aos norte-americanos, de modo a garantir o controle do Mediterrâneo e o desembarque de tropas em Pearl Harbor.

32. A destruição dessas cidades foi quase completa. Só posteriormente os sobreviventes ficaram sabendo que estavam contaminados pela radiação e que não eram sobreviventes, mas sim “mortos de médio e longo prazo”.

Some os números dos itens corretos.

3- Adaptado UFJF

Em junho de 1945, a Organização das Nações Unidas (ONU) foi fundada por cinquenta países com o propósito, entre outros, de zelar pela segurança internacional e evitar novos conflitos. Com relação à estrutura e funções da ONU, é correto afirmar que:

I. o Conselho de Segurança, órgão mais importante da ONU, funciona como um poder executivo, pelo qual passam todas as decisões, sendo constituído por cinco membros permanentes com direito a veto e dez membros eleitos com mandato de dois anos e sem direito a veto.

II. a ONU pode mobilizar tropas, constituir exércitos e realizar intervenções militares para preservar os interesses de seus membros. O exemplo mais recente foi o ataque contra o Iraque para depor o governo de Saddam Hussein.

III. a ONU mantém uma Assembleia Geral com representantes de todos os países membros. Este é um fórum de discussão para os principais problemas políticos, econômicos e humanitários que afetam a segurança mundial.

IV. a ONU mantém uma série de órgãos especializados, subordinados ao Conselho de Segurança, dentre os quais se destaca o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Assinale:

- a) se somente I e II estão corretas.
- b) se somente I e III estão corretas.
- c) se somente I, III e IV estão corretas.
- d) se somente II e III estão corretas.
- e) se todas as alternativas estão corretas.

4- Adaptado UFJF

Uma das ironias deste estranho século XX é que o resultado mais duradouro da Revolução de Outubro de 1917, cujo objetivo era a derrubada global do capitalismo, foi salvar seu antagonista, tanto na guerra quanto na paz...

(Eric J. Hobsbawm, *A Era dos Extremos*. 1995)

De acordo com a argumentação do autor, a União Soviética salvou o capitalismo graças à:

- a) vitória militar na Segunda Guerra Mundial e ao planejamento econômico para substituir a economia de mercado.
- b) neutralidade na Primeira Guerra Mundial e à utilização da economia de mercado para fomentar a industrialização.
- c) aliança com a Alemanha nazista, em 1939, e ao colapso dos planos quinquenais para desenvolver a economia.
- d) derrota na Guerra Fria, entre 1945-1962, e ao fracasso na tentativa de fomentar a industrialização da Europa oriental.
- e) retirada dos mísseis de Cuba, em 1962, e ao sucesso na ajuda à implementação da economia socialista na China.

5- Adaptado UFJF

O jornal *O Estado de S. Paulo* publicou:

Apesar de ser um tema recorrente no cinema, na mídia e na literatura, 89% dos brasileiros não sabem o que foi o holocausto (...). Em 14 países pesquisados na Europa e América Latina (...), os brasileiros ficaram na penúltima colocação, com 11% (...). Os dados no Brasil foram coletados pelo IBOPE.... (17.7.2001, p. A-8.)

O holocausto foi a perseguição e o massacre de judeus ocorridos no contexto da Segunda Guerra Mundial.

a) Cite dois argumentos que os responsáveis pelo holocausto utilizaram na época para justificar seus atos.

b) Indique outro evento de mesma natureza, registrado pela história após 1945.

6- Adaptado UFJF

Em dezembro de 1943 foi realizada por Roosevelt, Churchill e Stalin, a Conferência de Teerã, que decidiu a abertura de um novo *front* da Guerra com a invasão da Normandia. Esta reunião assinala alteração na situação estratégica da Alemanha, que passa a atuar na defensiva.

A inversão no quadro da guerra se deveu à:

- a) ruptura do pacto germano-soviético pela URSS, que libertou a França.
- b) unificação da Coreia e ao controle do petróleo romeno pelos norte-americanos.
- c) aliança da URSS com o Japão, obrigando o Eixo a recuar na Ásia.
- d) ofensiva soviética iniciada na Batalha de Stalingrado e à capitulação italiana frente aos aliados.
- e) proclamação da República Social Italiana por Mussolini, que rompeu o pacto com a Alemanha e arrastou a Iugoslávia.

7- Adaptado UFJF

O ataque mais devastador já ocorrido contra um prédio da ONU chocou os funcionários na sede da entidade, em Nova York, levando alguns às lágrimas. O atentado com um caminhão-bomba ocorreu na terça-feira em Bagdá e matou o chefe da missão da ONU no Iraque, o brasileiro Sérgio Vieira de Mello, e pelo menos 15 subordinados dele. As bandeiras dos 191 países da ONU, que enfeitam a fachada da sede em Manhattan, foram retiradas. Ficou só o pavilhão azul e branco da ONU, a meio-mastro, em sinal de respeito pelos mortos.

(Morte de Vieira de Mello repercute no mundo. In *Terra* - 19/08/2003)

A morte do representante especial da ONU no Iraque, o brasileiro Sérgio Vieira de Mello, chocou

o mundo pela violência do atentado e pela clara demonstração de que a ONU, apesar de seu papel humanitário, não é vista com bons olhos por todo o povo iraquiano. Esse fato nos faz lembrar que:

- a) a ONU foi fundada em plena Segunda Guerra Mundial, como forma de evitar que mais judeus sofressem perseguição e morte nos campos de concentração.
- b) a ONU foi fundada em 1919, depois da Primeira Guerra Mundial, na tentativa de evitar um novo embate como o vivido entre 1914-1919, porém falhou em seu intuito.
- c) a ONU foi fundada após as guerras napoleônicas com o intuito de evitar que uma nova nação tentasse realizar uma guerra de anexação, como a França de Napoleão Bonaparte.
- d) a ONU foi fundada em 1945, depois da Segunda Guerra Mundial, com o intuito de fomentar a paz e os direitos humanos entre as nações.
- e) a ONU foi fundada após a construção do muro de Berlim para evitar que mais países tivessem seus filhos, mães e pais separados fisicamente por um muro e ideologicamente por blocos políticos.

8- Adaptado UFJF

Os ataques aéreos às torres gêmeas do WTC em Nova Iorque e ao prédio do Pentágono em Washington, ocorridos nos Estados Unidos em 11 de setembro de 2001, fizeram com que os americanos e a imprensa evocassem o ataque à base militar de Pearl Harbor, no Havaí, em 7 de dezembro de 1941.

- a) O que foi o ataque a Pearl Harbor?
- b) Qual foi a arma utilizada pelos americanos para obrigar à rendição o país que os atacou?
- c) Cite duas diferenças políticas entre o ataque a Pearl Harbor e os ocorridos em 11 de setembro de 2001.

PINTOU NO ENEM:

1- ENEM [2008]

Em discurso proferido em 17 de março de 1939, o primeiro-ministro inglês à época, Neville Chamberlain, sustentou sua posição política: “Não necessito defender minhas visitas à Alemanha no outono passado, que alternativa existia? Nada do que pudéssemos ter feito, nada do que a França pudesse ter feito, ou mesmo a Rússia, teria salvado a Tchecoslováquia da destruição. Mas eu também tinha outro propósito ao ir até Munique. Era o de prosseguir com a política por vezes chamada de ‘apaziguamento europeu’, e Hitler repetiu o que já havia dito, ou seja, que os Sudetos, região de população alemã na Tchecoslováquia, eram a sua última ambição territorial na Europa, e que não queria incluir na Alemanha outros povos que não os alemães”.

Sabendo-se que o compromisso assumido por Hitler em 1938, mencionado no texto acima, foi rompido pelo líder alemão em 1939, infere-se que:

- a) Hitler ambicionava o controle de mais territórios na Europa, além da região dos Sudetos.
- b) a aliança entre a Inglaterra, a França e a Rússia poderia ter salvado a Tchecoslováquia.
- c) o rompimento desse compromisso inspirou a política de “apaziguamento europeu”.
- d) a política de Chamberlain de apaziguar o líder alemão era contrária à posição assumida pelas potências aliadas.
- e) a forma que Chamberlain escolheu para lidar com o problema dos Sudetos deu origem à destruição da Tchecoslováquia.

GABARITO:

Exercícios de Fixação:

- 1- E
- 2- 36
- 3- A
- 4- A
- 5- Aberta
- 6- D
- 7- D
- 8- Aberta

Pintou no Enem:

- 1- A

OS GOVERNOS DESENVOLVIMENTISTAS (1946/1964)

O GOVERNO DUTRA:

Introdução:

O General Eurico Gaspar Dutra, candidato à presidência pelo PSD, venceu as eleições e assumiu a Presidência em 1946. No mesmo ano, Dutra convocou uma Assembleia Constituinte para elaborar a quinta Constituição do país.

Todos os partidos políticos, inclusive o Partido Comunista, participaram da elaboração da nova Constituição. Apesar disso, na Assembleia dominaram os representantes do liberalismo, **vinculados aos setores rurais com sentido conservador** (PSD).

Influências político-partidárias:

PTB: de ideologia populista, que mantinha e reforçava a tradição inaugurada por Vargas.

UDN: reunia elementos anti-getulistas e eram de ideologia liberal.

PSD: inspirado por Getúlio, partido do Presidente que apoiado pelo PTB venceu as eleições com a maioria esmagadora dos votos.

PCB: de base urbana, com penetração no meio militar e apoiado pelo operariado.

A Constituição de 1946:

A nova Constituição mantinha alguns elementos antigos e inovava em novos pontos:

* Manutenção da República Federativa Presidencialista, voto secreto e universal para maiores de 18 anos, excetuando-se soldados, cabos e analfabetos;

* Divisão do Estado em 3 Poderes;

* Preservava a estrutura de unidade da terra, não se tocando nos latifúndios;

* A estrutura sindical de cunho fascista foi mantida, embora algumas inovações progressistas tivessem sido aprovadas, como a implantação de um sistema tributário que fixava taxas mais altas para os detentores de mais rendas;

Política e Economia:

Dutra procurou apoiar-se em vários partidos a fim de combater o crescimento do PCB e de movimentos populares.

O próximo passo foi a **suspensão das eleições sindicais** e, finalmente em 1947, a determinação da **ilegalidade do PCB**, cassando o mandato de seus representantes no congresso, inclusive Luís Carlos Prestes, que fora eleito o senador mais votado.

Mantendo essa política até o fim de 1948, o governo acabou por determinar a intervenção em todos os sindicatos de trabalhadores do país.

No plano da política externa, a Guerra Fria - envolvendo a disputa por áreas de influência entre EUA e URSS - acabou por afetar a vida política brasileira, fazendo com que o governo Dutra acentuasse seus vínculos com os Estados Unidos.

Em 1946, durante a Conferência Interamericana para Manutenção da Paz e da Segurança do Continente, ocorrida em Petrópolis, o presidente dos EUA Harry Truman esteve no país, o que fortaleceu a posição do Brasil que, neste mesmo ano acabou **rompendo relações diplomáticas com a União Soviética**.

Em 1948, era fundada a Organização dos Estados Americanos (OEA) com ampla e ativa participação do Brasil no seu estabelecimento.

Dutra também foi o responsável pela tentativa de colocar em prática o primeiro plano de governo do país, o chamado **Plano SALTE** (Saúde, Alimentação, Transporte e Energia). Em seu governo ainda pavimentou a rodovia Rio - São Paulo e instalou a Companhia Hidrelétrica do São Francisco.

Ainda no plano econômico foram consumidos os saldos acumulados durante a 2ª GM, graças à chamada **Lei das Importações**, que liberou a entrada de produtos estrangeiros no país.

Junto com este processo veio também um pesado processo inflacionário, visto que, para acompanhar o crédito, houve um aumento na emissão de papel moeda. Tal situação gerou uma forte alta dos preços no mercado interno, diminuindo bruscamente o poder aquisitivo da

população, principalmente nos primeiros anos do governo Dutra.

A partir de 1948, as importações começaram a precisar de uma licença prévia fornecida pelo governo, o que reduziu um pouco as importações, favorecendo a indústria nacional.

Ao mesmo tempo, o governo elevou o preço do café e das matérias primas no mercado internacional, procurando equilibrar a balança de comércio brasileiro. Essa situação econômica com diminuição do poder aquisitivo da população acabava favorecendo ao governo de Vargas, devido à comparação que era feita involuntariamente pela população entre os dois governos.

O NOVO GOVERNO DE VARGAS (1951-1954)

A Política Nacionalista de Vargas:

Getúlio objetivou realizar um governo cuja característica fosse à defesa dos interesses nacionais. Dizia que era preciso “atacar a exploração das forças internacionais” para que o país alcançasse sua tão sonhada independência econômica.

Vargas procurou apagar a imagem de ditador do Estado Novo e construiu em seu lugar, a figura de um estadista democrata. Além disso, retomou duas características que o consagraram: **o nacionalismo econômico** e a **política de amparo** aos trabalhadores urbanos, bandeiras políticas de forte apelo popular.

A proposta nacionalista de Vargas era duramente questionada e atacada pelo governo norte americano, pelas empresas estrangeiras instaladas no Brasil ou por representante destas empresas, normalmente membros do grupo economicamente dominante no país, visto que tal modelo de política era considerado um perigo para estes grupos. (Nacionalismo X Imperialismo).

Estabeleceu-se no Congresso Nacional e na Imprensa um intenso debate entre os grupos NACIONALISTAS que apoiavam o modelo varguista, e os ENTREGUISTAS, que pretendiam uma vinculação e conseqüentemente, uma maior exploração do capital estrangeiro na economia brasileira.

Um dos momentos mais importantes do debate entre os dois grupos ocorreu quando da nacionalização da exploração do petróleo no Brasil. O grupo nacionalista defendia que a extração e a distribuição do petróleo brasileiro fossem feitas por uma empresa brasileira e estatal, e pregavam o slogan “**o petróleo é nosso**”. Os entreguistas eram favoráveis a permitir a exploração do petróleo a grupos estrangeiros.



A campanha do petróleo teve um final favorável ao grupo nacionalista e em 1953, foi criada a PETROBRÁS, empresa estatal responsável pelo monopólio total da extração e, parcialmente do refino do petróleo do país.

Ainda em 1953, o governo propôs uma Lei de Lucros Extraordinários, que limitava a remessa de dinheiro das empresas estrangeiras para o exterior. A lei, no entanto, foi barrada no Congresso, devido às pressões dos grupos internacionais.

Diante das ameaças que a política nacionalista de Vargas passava a representar para o grande capital internacional e para os seus representantes no país, a oposição começou a se articular. A UDN derrotada nas eleições de 1946 (Dutra) e 1950 (Vargas) torna-se o principal instrumento de contestação do governo.

O objetivo era articular a derrubada de Vargas do poder. Um dos principais líderes da oposição foi o jornalista **Carlos Lacerda**, político da UDN e diretor do jornal Tribuna da Imprensa (ou O Corvo).

O Modelo Trabalhista de Getúlio Vargas:

Para as classes trabalhadoras das cidades, Vargas anunciava a construção de uma verdadeira “democracia social e econômica”. Para

o Presidente, a democracia daria ao trabalhador não só os direitos políticos, mas também, o direito de desfrutar e beneficiar-se do progresso que ele mesmo criava com seu trabalho.

Em 1954, Vargas autorizava o aumento de 100% do salário mínimo, atendendo a proposta de seu Ministro do Trabalho João Goulart, para desta forma recompôr o poder de compra do salário, corroído pela inflação do governo Dutra.

Tal decisão de Vargas acabou provocando uma enorme revolta entre o grupo patronal, que ainda era contra a organização da classe trabalhadora, estimulada pelo governo. Tal organização era vista como uma ameaça de esquerda aos interesses capitalistas.

A Eclosão da Crise Política e o Suicídio de Vargas:

A UDN e a imprensa de oposição continuaram a atacar violentamente o governo de Vargas, e os abusos de poder de outros elementos do governo, ligados ao Presidente.

Em agosto de 1954, o líder da oposição, Carlos Lacerda, foi **vítima de uma tentativa de assassinato**, ocorrido na porta do prédio onde morava em Copacabana (Atentado na Rua Toneleros).

Lacerda escapou do atentado ferido com um tiro no pé, e seu guarda costas (também Major da Aeronáutica), Rubem Vaz, acabou morrendo.

As investigações feitas pela Aeronáutica após o ocorrido resultaram na prisão dos assassinos, e na vinculação destes com **Gregório Fortunato, chefe da guarda pessoal de Getúlio**. Nesse cenário, a oposição encontrou o motivo que precisava para pressionar Vargas a deixar o cargo de presidente.

A situação de Getúlio tornou-se insustentável: Seus Ministros começaram a pressioná-lo para que se afastasse temporariamente do governo; os Militares, porém queriam que ele renunciasse definitivamente.

Diante de tal situação as pressões aumentaram e em 22 e 23 de agosto surgiram manifestações militares exigindo a renúncia de Getúlio Vargas. O presidente, entretanto,

recusava-se deixar o cargo, e mesmo denunciando as manobras políticas oposicionistas, Getúlio ficava cada vez mais isolado no poder.

Na noite de 23 de agosto de 1954, Vargas teve uma reunião com todo o Ministério e, ao encerrá-la, afirmou: “como não chegaram a nenhuma conclusão, declaro que aceito a licença. Mas, se vierem depor-me, encontrarão o meu cadáver”.

Finalmente, em 24 de agosto Getúlio recebe mais um ultimato, desta vez com a assinatura do Ministro de Guerra Zenóbio da Costa, exigindo seu afastamento. Isolado no palácio do Catete, Getúlio Vargas prepara seu último ato político, redige uma carta testamento e se suicida com um tiro no coração.

A morte de Vargas comoveu grande parte da população, gerando um clima de comoção nacional. Carlos Lacerda fugiu do país, com medo de uma reação popular. Os diretórios da UDN por todo o país foram destruídos pelo povo.

Nos meses que ainda faltavam para completar o mandato de Getúlio, a sucessão da presidência caberia ao vice Café Filho, que se afastou do poder por motivos de saúde. Pela ordem sucessória, seria a vez de Carlos Luz Presidente da Câmara dos Deputados, porém como era partidário da UDN, ele renunciou, e Nereu Ramos, Presidente do Senado, assumiu interinamente.

A partir daí teve início o processo de sucessão eleitoral, desviando a atenção da nação da morte de Vargas para a disputa do pleito. O quadro político, neste momento era bastante simples:

PTB: Com a morte de Getúlio, ficava sem um grande nome, visto que João Goulart, que poderia assumir a liderança, fora contestado em face de sua pouca idade e experiência política.

UDN: Apontada como causadora da morte de Getúlio, estava desgastada e não tinha condições de apresentar qualquer nome, naquele momento, que pudesse ganhar as eleições.

PSD: Partido que estava coligado com o PTB e que, portanto, poderia apresentar uma candidatura, o ex-governador de MG, Juscelino Kubitschek de Oliveira.

O GOVERNO JUSCELINO KUBITSCHEK (1956-1961)

Introdução:

O período de um ano e meio que vai da morte de Getúlio Vargas até a posse do novo presidente, foi marcado por uma grande turbulência social e política. Completado o período do governo dos substitutos de Vargas, foram realizadas novas eleições presidenciais em 1955, com os vencedores JK e João Goulart (Vice).

Após sua vitória nas urnas, Juscelino teve que contar com o apoio do General Henrique Teixeira Lott, seu Ministro de Guerra, para sufocar dois movimentos dos setores militares, que tentavam impedir a sua posse, sob a alegação que sua candidatura e de João Goulart tinham sido financiadas por grupos comunistas internacionais.

Desenvolvimento X Crescimento:

JK orientou todo o seu governo para promover transformações radicais na estrutura econômica do país, era o **nacional-desenvolvimentismo** substituindo o **nacionalismo econômico** de Vargas.

Com isso ele pretendia acelerar o processo de desenvolvimento industrial brasileiro, contando com o chamado, **Plano de Metas**, um programa de governo cujo slogan era: "fazer o Brasil crescer 50 anos em 5". Para isso, era necessário a entrada de empresas multinacionais, sendo as primeiras, as indústrias automobilísticas.

Paralelamente, JK pretendia superar o subdesenvolvimento resultante do atraso do setor primário da economia. Para cuidar dos problemas regionais do nordeste, criou a SUDENE (Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste em 1959).

É importante ressaltar que neste mesmo ano, a Revolução Cubana, liderada por Fidel Castro, derrubava o governo de Fulgêncio Batista em Cuba, provando que o movimento agrário era capaz de provocar uma revolução social de profundidade.

A construção de Brasília:

A nova capital, símbolo do Brasil Moderno e Industrializado, significou a abertura de uma nova frente de colonização. A transferência do centro das decisões políticas para o centro do território pretendia servir de fator de integração nacional.



Os anos JK foram um período de euforia social e crescimento econômico. A implantação da indústria automobilística, **a construção de Brasília**, o "respeito" às liberdades democráticas, além da notável habilidade do presidente em lidar com as crises políticas e as pressões sociais, tudo isso alimentou um clima de liberdade e progresso.

No entanto, o governo não esteve alheio à reações por parte de alguns setores da sociedade:

As **classes médias** estavam insatisfeitas com a política desenvolvimentista, pois esta havia provocado um significativo aumento da inflação e um endividamento do país com o exterior, em especial bancos norte-americanos.

Os problemas sociais de fome, analfabetismo e desemprego não se resolveram, a despeito de medidas como a construção de Brasília; por um lado à construção da nova capital demandou enorme utilização de mão de obra, por outro, aumentou a inflação por causa dos vultosos recursos gastos.

Os **setores rurais** não se beneficiaram da modernização, pois a política clientelista dos coronéis emperrava qualquer iniciativa inovadora. Assim os desequilíbrios entre o campo e a cidade se acentuaram.

Além disso, o modelo desenvolvimentista de JK pagou um preço alto: abertura total da economia ao capital estrangeiro, às grandes multinacionais, e a submissão político-econômica à hegemonia norte americana. O custo social interno foi igualmente elevado; descontrole

inflacionário, pesando especialmente sobre os assalariados.

Parece claro que crescimento econômico não resultou em desenvolvimento econômico.

SESSÃO LEITURA

Uma Nova Era Cultural:

Por fim, não foi apenas no campo da estabilidade política e do crescimento econômico que o governo Juscelino foi excepcional. Seu quinquênio correspondeu também a um momento de grande produção cultural, de novas propostas literárias, de grande politização do pensamento e de uma euforia no campo das artes plásticas, da música, e dos esportes.

Em 1956 é publicada a obra de Guimarães Rosa, Grande Sertão Veredas, e dois anos depois Jorge Amado publica Gabriela, Cravo e Canela.

O cinema buscava romper com a linguagem convencional. Dentre os filmes de cunho social, podemos citar Rio 40º, de Nelson Pereira dos Santos, que retrata a população pobre dos morros cariocas.

A juventude se libertava dos comportados “bailinhos familiares”, e se soltava ao som de um novo balanço: O Rock and Roll.

A inflação estava altíssima, decorrente das constantes emissões monetárias, da dívida externa, da desvalorização da moeda, e da falta de correspondência entre o aumento dos salários e do custo de vida. A presença de grandes tensões sociais decorrentes desses fatores, culminavam em violentas disparidades regionais, e na existência de bolsões de miséria.

Todavia, Jânio era possuidor de um carisma e de uma habilidade que lhe permitiram manobrar a massa trabalhadora com discursos e gestos populistas, e com promessas de salva-los dos problemas mais sérios. Sua campanha tinha como símbolo uma vassoura, para “varrer a corrupção” conforme ele mesmo pregava.



Seus principais apelos políticos eram dirigidos às classes médias urbanas, que desejavam um governo dinâmico e honesto, com um líder carismático capaz de beneficiá-los economicamente.

A Política Anti-inflacionária:

Desde os primeiros momentos de seu governo, Jânio buscou colocar em prática as promessas feitas durante a campanha: uma austera política externa independente que preservasse a imagem do Brasil como nação autônoma, o combate à corrupção e a especulação.

A crise financeira herdada da gestão anterior não era de fácil solução. De acordo com compromissos assumidos pelo governo JK, o Brasil teria de pagar 2 bilhões de dólares de dívida, durante o governo de Jânio, e só em 1961 deveria ser saldado 600 milhões. Era sem dúvida uma situação que exigia de Jânio Quadros esforços extraordinários, o que o levou a adotar uma **política anti-inflacionária** ortodoxa,

O GOVERNO JÂNIO QUADROS (1961)

Introdução:

Jânio governou o país, num momento de forte crise financeira, com uma extensa inflação e um déficit na balança de pagamentos, acompanhado por uma crescente dívida externa. Para combater tal situação, ele instaurou uma política anti-inflacionária, restringindo os créditos, congelando os salários e incentivando as exportações.

sintetizada numa **reforma cambial** e no **congelamento dos salários**.

. A austeridade da política econômica de Jânio teve o aval do FMI, cuja relação com o Brasil havia sido interrompida no governo de JK. Isso facilitou as novas negociações com os credores externos, resultando em um novo empréstimo de 2 bilhões de dólares.

Os novos empréstimos significavam que Jânio, no início de seu governo, ganhava confiança da comunidade financeira internacional, aliviada com a possibilidade de estabilização financeira que poderia equilibrar as contas estrangeiras no Brasil.

Contudo, internamente, a situação era diferente. A política de redução do crédito bancário, e a retirada de subsídios, afetava as empresas de pequeno e médio porte, acostumadas com os “favores” cambiais do governo anterior. As classes trabalhadoras também se manifestavam e protestavam contra o congelamento dos salários e os aumentos do pão e dos transportes, provocados pela retirada dos subsídios do trigo e dos combustíveis.

Com essa política Jânio começava a ter contra si as mesmas forças urbanas que o elegeram. O preço político de sua ortodoxia econômica tornava-se alto demais. E isso traria consequências desagradáveis a toda nação em curtíssimo prazo.

Política Externa Independente:

No campo externo, o Ministro das Relações Exteriores, Afonso Arinos, procurou desenvolver uma política independente, tentando desvincular o país dos dois grandes blocos políticos: EUA e URSS.

Restaurou as relações diplomáticas com a União Soviética, além de condecorar um dos líderes da revolução cubana, o argentino Ernesto “Che” Guevara. Também apoiou o ingresso da República Popular da China (comunista) na ONU. Tais atitudes começaram a preocupar os representantes norte-americanos, assim como os setores brasileiros ligados ao capital internacional.

A postura independente assumida pelo presidente, cujo objetivo econômico era a ampliação do mercado externo e o consequente aumento das exportações brasileiras, provocara

acirrada campanha interna da conservadora oposição civil e militar.

A Renúncia:

A UDN rompe definitivamente com Jânio e um de seus mais ferrenhos opositores foi o governador do estado da Guanabara Carlos Lacerda, que acusou o presidente de estar preparando um golpe de Estado. Sem apoio dos setores populares, não restou a Jânio outra alternativa senão renunciar ao cargo.

A renúncia fazia parte de um plano para instituir um governo forte, pretendia que seus Ministros militares não aceitassem a renúncia e garantindo-lhe maiores poderes. Pretendia também, que os militares não aceitassem a entrega da Presidência ao vice João Goulart contra o qual havia uma generalizada indisposição militar. O Tiro saiu pela culatra.

Alegando pressões das chamadas “forças ocultas” o presidente, renunciou após sete meses de governo, provocando uma crise política, já que seu vice estava ausente no país em visita a China (Comunista). Como solução, foi dada a posse ao presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzili.



O GOVERNO JOÃO GOULART (1961-1964)

Introdução:

O passado getulista de Goulart, além de suas ligações com os sindicatos e sua proposta reformista e nacionalista, levou a formação de duas correntes de opiniões.

Uma opositora liderada por Carlos Lacerda e representantes da UDN, que procurou, com o apoio de setores e de ministros militares, e do grande empresariado, impedir a posse de João Goulart, sob a alegação de que o mesmo se

ausentara do país sem autorização, logo ficando impedido de tomar posse.

Outra corrente defendia a legalidade constitucional, com grande parcela dos sindicalistas e trabalhadores, profissionais liberais e pequenos empresários, apoiando a posse de Goulart, já que o mesmo estava representando o governo brasileiro e, portanto, em condições legais para assumir o poder.

Diante de tal quadro de dualidade, o Exército acabou dividido entre as duas correntes, mas o apoio do Marechal Lopes, comandante do III Exército, acabou garantindo a Jango a tomada de posse.

Para que a posse ocorresse, foi necessário um acordo político entre as duas correntes, resultando deste acordo à adoção do sistema parlamentarista de governo em setembro de 1961.

Por essa medida, os poderes do presidente ficavam limitados, sendo esta a condição negociada para Goulart assumir o poder. Para o cargo de Presidente do conselho de Ministros, foi eleito pela Câmara dos Deputados Tancredo Neves.

Contando com um forte apoio popular, Jango convocou um plebiscito para 6 de janeiro de 1963, onde o povo foi consultado sobre a manutenção ou não do sistema parlamentarista. O resultado foi à vitória esmagadora do presidencialismo, devolvendo assim, os poderes retirados em 1961 a João Goulart.

Política, Economia e Sociedade:

Após o resultado do plebiscito, Goulart assumiu plenamente o poder presidencial, reforçando a partir de então, sua linha de governo de tendência nacionalista e política externa independente.

Jango tomou posse num momento em que crescia assustadoramente o déficit governamental, declinavam as receitas totais das exportações, aumentava sensivelmente a taxa de inflação e reduziam-se os empréstimos externos e os financiamentos.

A rápida deterioração da economia exigia que o governo buscasse soluções para o profundo impasse e dificuldades por que passava a sociedade brasileira. O governo tinha

que canalizar esforços que possibilitassem o aumento dos empréstimos externos, a renegociação da dívida externa, a retomada do crescimento econômico, o alívio das tensões sociais e o combate à inflação.

A crise econômica, no entanto, era uma realidade, obrigando o Ministro do Planejamento e da Coordenação Econômica, Celso Furtado, a implementar o chamado **Plano Trienal** que havia sido elaborado ainda durante o período parlamentarista, para combater os problemas de ordem econômica.

A proposta do Plano Trienal acabava entrando em colisão com a política de mobilização popular, isto porque o plano econômico visava combater a inflação e promover o desenvolvimento da economia a partir do setor industrial. No entanto, exigia também uma ampla austeridade econômica e financeira. Principais Pontos:

- Promover uma melhor distribuição das riquezas nacionais, atacando os latifúndios improdutivos para defender os interesses sociais;
- Encampar as refinarias particulares de petróleo;
- Reduzir a dívida brasileira;
- Diminuir a inflação e manter o crescimento econômico, sem sacrificar exclusivamente os trabalhadores;

Na época as massas trabalhadoras mobilizavam-se cada vez mais contra as explorações das classes dominantes. Apavorados com a ideia de perder seus lucros e privilégios, os empresários começavam a se articular contra Jango.

As revoltas aumentaram depois que um conjunto de medidas, denominadas **Reformas de Base**, foram anunciadas por Jango. Elas incluíam:

A **Reforma Agrária**, com a divisão dos latifúndios, para facilitar o acesso à terra a milhões de lavradores que desejavam trabalhar e produzir no campo, controlando, com isso o êxodo rural;

A **Reforma Eleitoral**, para dar aos analfabetos o direito de votar e participar da vida pública;

A **Reforma Urbana**, para socorrer milhões de favelados e moradores de cortiços nas grandes cidades;

A **Reforma Tributária** para corrigir as desigualdades sociais na distribuição dos deveres entre ricos e pobres, patrões e empregados;

A **Reforma Universitária**, ampliando as vagas nas faculdades públicas e acesso de estudantes a órgãos diretivos educacionais.

Tais transformações ameaçavam os interesses dos setores tradicionais da sociedade brasileira, que reforçaram a oposição a Jango.

Jango deu ênfase ainda em sua política nacionalista, elaborando leis, limitando a remessa de lucros para o exterior, e monopolizando a importação do petróleo com a tomada de posse das refinarias particulares.

O Golpe e a Deposição de Jango:

A tensão atingiu o auge quando Jango criou a lei implementando o 13º salário, que foi recusado pelo Congresso, levando os trabalhadores a entrarem em greve. Ao mesmo tempo, os movimentos populares pressionavam o governo para que as reformas fossem concretizadas e até ampliadas.

Sob aplauso de trabalhadores, decretava a nacionalização das refinarias de petróleo e desapropriava terras à margem das ferrovias, rodovias e em regiões de irrigação de açudes.



Tais medidas atendiam aos setores particulares e rurais da sociedade brasileira, inclusive as Ligas Camponesas, que acenavam com perspectiva de uma revolução camponesa socialista, nos moldes ocorridos em Cuba.

A reação dos proprietários rurais e setores da burguesia não demorou. Realizaram uma grande mobilização com 400.000 pessoas, a chamada Marcha da Família com Deus pela Liberdade, demonstrando o descontentamento com o apoio político assumido pelo governo. Significava uma passeata anticomunista pelas

ruas centrais da cidade, onde as pessoas rezavam para que o Brasil não fosse atingido pelo comunismo, pois acreditavam que João Goulart era comunista e que estes iriam desembarcar no Brasil e tomar a sociedade.

Tal manifestação acabou marcando o início do movimento organizado por grupos de oficiais das Forças Armadas, provocando desta forma, um movimento de confrontação entre a oficialidade e os sargentos marinheiros. Diante de tal quadro de confrontação, oficiais aparentemente neutros, acabaram por apoiar a conspiração e a derrubada do governo de João Goulart.

No dia 31 de março de 1964, iniciou-se um movimento que acabou depondo João Goulart em abril do mesmo ano. Este movimento foi liderado pelos Generais Luís Carlos Guedes e Olímpio Mourão Filho de MG, e Carlos Lacerda da Guanabara.

Jango acabou sendo totalmente abandonado pelos militares legalistas. A greve geral decretada pela CGT fracassou e as manifestações civis foram facilmente reprimidas. No Rio Grande do Sul, os partidários do Governador Leonel Brizola, cunhado e partidário do Presidente, não resistiram e, João Goulart abandonou Brasília em 1º de abril de 1964, foi para o RS e depois se abrigou no Uruguai aonde veio a falecer anos mais tarde.

O golpe político foi muito bem visto pelos EUA, preocupados com o avanço de uma política "neutra" e nacionalista pregada pelo governo civil de Jango. A neutralidade defendida por uma política externa independente e a não intervenção nos assuntos internos dos países, irritava os Estados Unidos, que desejavam a formação de um bloco anticomunista no continente, em função da posição cubana. A reação ao golpe foi quase nula, sem proteção civil ou militar, o governo desmoronou.

O senado declarou vaga a presidência e empossou o presidente da Câmara, Ranieri Mazzili. Chegava ao fim um governo democraticamente eleito e um regime constitucional legítimo, assim como chegava ao fim a República Populista.

EXERCÍCIOS DE FIXAÇÃO:

1- PUC-RS

O Plano Salte (Saúde, Alimentação, Transporte e Energia) foi uma tentativa de planificação estatal da economia no governo Dutra. Pode-se afirmar que um dos fatores que condicionaram o relativo fracasso do plano foi a política econômica inicialmente adotada por aquele governo, a qual determinou:

- A- a elevação drástica das taxas inflacionárias, devido aos aumentos reais concedidos ao salário mínimo.
- B- uma forte recessão, devido aos termos ortodoxos do acordo então firmado com o FMI.
- C- graves dificuldades no setor exportador, devido à elevação de taxas protecionistas condenadas formalmente pelo GATT.
- D- falhas no abastecimento interno de insumos industriais, devido ao cancelamento unilateral de acordos comerciais com os Estados Unidos.
- E- o esgotamento das divisas internacionais do país, devido à abertura então praticada no setor das importações.

2- Fuvest-SP

Os governos de Getúlio Vargas (1930-45/1951-54), no Brasil, de Juan Domingo Perón (1946-55), na Argentina, de Víctor Paz Estensoro (1952-56/1960-64), na Bolívia, e de Lázaro Cárdenas (1934-40), no México, foram alguns dos mais significativos exemplos do populismo latino-americano, que se caracterizou notadamente:

- A- pela aliança com as oligarquias rurais na luta contra os movimentos de caráter socialista.
- B- pelo predomínio político do setor agrário-exportador em detrimento do setor industrial.
- C- pelo nacionalismo, e intervenção do Estado na economia, priorizando o setor industrial.
- D- por propostas radicais de mudanças nas estruturas socioeconômicas, em oposição ao capitalismo internacional.

- E- por ter concedido às multinacionais papel estratégico nos setores agrário e industrial.

PINTOU NO ENEM:

1- ENEM [2013]



Meta de Faminto

JK — Você agora tem automóvel brasileiro, para correr em estradas pavimentadas com asfalto brasileiro, com gasolina brasileira. Que mais quer?

JECA — Um prato de feijão brasileiro, seu doutô!

THÉO. In: LEMOS, R. (Org.). Uma história do Brasil através da caricatura (1840-2001). Rio de Janeiro: Bom Texto; Letras & Expressões, 2001.

A charge ironiza a política desenvolvimentista do governo de Juscelino Kubitschek, ao

- A- evidenciar que o incremento da malha viária diminuiu as desigualdades regionais do país.
- B- destacar que a modernização das indústrias dinamizou a produção de alimentos para o mercado interno.
- C- enfatizar que o crescimento econômico implicou aumento das contradições sócio espaciais.
- D- ressaltar que o investimento no setor de bens duráveis incrementou o salário dos trabalhadores.
- E- mostrar que a ocupação de regiões interioranas abriu frentes de trabalho para a população local.

2- ENEM [2011]

A consolidação do regime democrático no Brasil contra os extremismos da esquerda e da direita exige ação enérgica e permanente no sentido do aprimoramento das instituições políticas e da

realização de reformas corajosas no terreno econômico, financeiro e social.

Mensagem Programática da União Democrática Nacional (UDN) -1957.

Os trabalhadores deverão exigir a constituição de um governo nacionalista e democrático, com participação dos trabalhadores para a realização das seguintes medidas: a) Reforma bancária progressista; b) Reforma Agrária que extinga o latifúndio; c) Regulamentação da Lei de Remessa de Lucros.

Manifesto do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) -1962.

BONAVIDES, P; AMARAL, R. **Textos políticos da história do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2002.

Nos anos 1960 eram comuns as disputas pelo significado de termos utilizados no debate político, como democracia e reforma. Se, para os setores aglutinados em torno da UDN, as reformas deveriam assegurar o livre mercado, para aqueles organizados no CGT, elas deveriam resultar em

- A- fim da intervenção estatal na economia.
- B- crescimento do setor de bens de consumo.
- C- controle do desenvolvimento industrial.
- D- atração de investimentos estrangeiros.
- E- limitação da propriedade privada.

3- ENEM [2011]

Em meio às turbulências vividas na primeira metade dos anos 1960, tinha-se a impressão de que as tendências de esquerda estavam se fortalecendo na área cultural. O Centro Popular de Cultura (CPC) da União Nacional dos Estudantes (UNE) encenavam peças de teatro que faziam agitação e propaganda em favor da luta pelas reformas de base e satirizavam o “imperialismo” e seus “aliados internos”.

KONDER, L. **História das Ideias Socialistas no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

No início da década de 1960, enquanto vários setores da esquerda brasileira consideravam que o CPC da UNE era uma

importante forma de conscientização das classes trabalhadoras, os setores conservadores e de direita (Políticos vinculados à União Democrática Nacional – UDN -, Igreja Católica, grandes empresários, etc.) entendiam que esta organização

- A- constituía mais uma ameaça para a democracia brasileira, ao difundir a ideologia comunista.
- B- contribuía com a valorização da genuína cultura nacional, ao encenar peças de cunho popular.
- C- realizava uma tarefa que deveria ser exclusiva do Estado, ao pretender educar o povo por meio da cultura.
- D- prestava um serviço importante à sociedade brasileira, ao incentivar a participação política dos mais pobres.
- E- diminuía a força dos operários urbanos, ao substituir os sindicatos como instituição de pressão política sobre o governo.

4- ENEM [2010]

Não é difícil entender o que ocorreu no Brasil nos anos imediatamente anteriores ao golpe militar de 1964. A diminuição da oferta de empregos e a desvalorização dos salários, provocados pela inflação, levaram a uma intensa mobilização política popular, marcada por sucessivas ondas grevistas de várias categorias profissionais, o que aprofundou as tensões sociais. Dessa vez, as classes trabalhadoras se recusaram a pagar o pato pelas “sobras” do modelo econômico juscelinista.

MENDONÇA, S.R. **A Industrialização brasileira**. São Paulo: Moderna, 2002. (adaptado).

Segundo o texto, os conflitos sociais ocorridos no início dos anos 1960 decorreram principalmente

- A- da manipulação política empreendida pelo governo João Goulart.
- B- das contradições econômicas do modelo desenvolvimentista.
- C- do poder político adquirido pelos sindicatos populistas.
- D- da desmobilização das classes dominantes frente ao avanço das greves.

- E- da recusa dos sindicatos em aceitar mudanças na legislação trabalhista.

5- ENEM [2010]

Opinião

Podem me prender
Podem me bater
Podem até deixar-me sem comer
Que eu não mudo de opinião.
Aqui do morro eu não saio não
Aqui do morro eu não saio não.

Se não tem água
Eu furo um poço

Se não tem carne
Eu compro um osso e ponho na sopa
E deixa eu andar, deixa andar...

Falem de mim
Quem quiser falar
Aqui eu não pago aluguel
Se eu morrer amanhã seu doutor,
Estou pertinho do céu.

Zé Ketti. **Opinião**. Disponível em: <http://www.mpbnet.com.br>. Acesso em: 28, abr. 2010.

Essa música fez parte de um importante espetáculo teatral que estreou no ano de 1964, no Rio de Janeiro. O papel exercido pela Música Popular Brasileira (MPB) nesse contexto, evidenciado pela letra de música citada, foi o de

- A- entretenimento para grupos intelectuais.
- B- valorização do progresso econômico do país.
- C- crítica à passividade dos setores populares.
- D- denúncia da situação social e política do país.
- E- mobilização dos setores que apoiavam a Ditadura Militar.

6- ENEM [2010]

A chegada da televisão

A caixa de pandora tecnológica penetra nos lares e libera suas cabeças falantes, astros, novelas, noticiários e as fabulosas, irresistíveis garotas-propaganda, versões modernizadas do tradicional homem-sanduíche.

SEVCENKO, N. (Org.) **História da vida privada no Brasil 3. República: da Belle Époque à Era do Rádio**. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

A TV, a partir da década de 1950, entrou nos lares brasileiros provocando mudanças consideráveis nos hábitos da população. Certos episódios da história brasileira revelaram que a TV, especialmente como espaço de ação da imprensa, tornou-se também veículo de utilidade pública, a favor da democracia, na medida em que

- A- amplificou os discursos nacionalistas e autoritários durante o governo Vargas.
- B- revelou para o país, casos de corrupção na esfera política de vários governos.
- C- maquiou indicadores sociais negativos durante as décadas de 1970 e 1980.
- D- apoiou, no governo Castelo Branco, as iniciativas de fechamento do parlamento.
- E- corroborou a construção de obras faraônicas durante os governos militares.

GABARITO:

Exercícios de Fixação:

- 1- E
- 2- C

Pintou no Enem:

- 1- C
- 2- E
- 3- A
- 4- B
- 5- D
- 6- B

O REGIME MILITAR

Introdução

A queda de João Goulart significou o fim do período democrático e o início da mais longa ditadura de nossa história. Foram 21 anos sob a dominação dos militares, que colocaram no poder cinco Generais – Presidentes: **Castelo Branco, Costa e Silva, Médici, Geisel e Figueiredo**. Uma página triste na História Brasileira, que revela uma sociedade calada pelas forças armadas através da tortura, cassada em seu direito de voto, e censurada em suas manifestações.

Economia:

Em termos econômicos, a ditadura militar adotou um **modelo de desenvolvimento dependente, que subordinava o país aos interesses do capital estrangeiro**. Foi a época em que se gastaram bilhões de dólares em obras faraônicas.

As forças que assumiram o poder em 1964 tinham como prioridade econômica o crescimento acelerado. Para concretizar este objetivo, optaram por um modelo baseado na concentração de renda, criação de amplo crédito ao consumidor e abertura da economia brasileira (incentivo às exportações e aos investimentos estrangeiros no país). Esse tripé gerou o chamado **milagre econômico brasileiro**, que durou aproximadamente de 1969 a 1973.

A concentração de renda: O primeiro eixo da política econômica foi proporcionado fundamentalmente pela redução do poder aquisitivo dos assalariados. Contribuiu também, decisivamente, a organização do sistema de tributação nacional, composto de impostos diretos (que incidem sobre os rendimentos de cada contribuinte) e impostos indiretos (que são repassados ao preço das mercadorias). O Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), classificado como indireto, foi criado pela reforma tributária em 1966.

Expansão do crédito ao consumidor: O segundo eixo do tripé da política econômica serviu para ampliar a demanda de bens duráveis (casas, automóveis, eletrodomésticos) possibilitando a participação da classe média neste patamar de consumo. Como a intenção era ampliar o mercado consumidor, utilizava-se da poupança para financiar o consumo da classe média. Porém, esse esquema apresentava pesadas consequências para as camadas populares, uma vez que aumentava rapidamente

a quantidade de dinheiro em circulação, elevando as taxas de juros e provocando a inflação.

Abertura externa da economia brasileira: O terceiro eixo da política econômica englobava tanto os incentivos às exportações como os atrativos para investimentos estrangeiros no Brasil. A concentração de renda prejudicava a indústria nacional produtora de bens de consumo não duráveis, como alimentos, roupas, etc., destinados ao mercado composto pelas camadas de baixa renda.

Política:

O modelo político implantado logo após 1964 derivou da hegemonia exercida sobre os setores dominantes pelos representantes do capital internacional. A implementação de tal modelo econômico exigiria severa repressão contra os setores desprestigiados. Assim, em poucos anos, os governos militares impuseram um regime político baseado na centralização do poder, fortalecimento do Executivo, controle da estrutura partidária, dos sindicatos e das entidades classistas, censura aos meios de comunicação e repressão a quaisquer formas de oposição:

Centralização do Poder: Em poucos anos a federação brasileira foi transformada em mera ficção. A participação dos estados e municípios na receita tributária nacional caiu significativamente no período. Cerceando a autonomia financeira dos estados e municípios, o governo federal conseguia controla-los politicamente. Além disso, eliminavam-se as eleições diretas para presidente. Nos estados extinguiram-se as eleições diretas para governador, passando os chefes estaduais do executivo a serem indicados pelo governo federal e referendados indiretamente pelas Assembleias Legislativas estaduais. Quanto aos municípios, mais de uma centena deles passaram a ser considerados de segurança nacional, tendo seus prefeitos nomeados pelo governo federal ou pelos governos estaduais.

Fortalecimento do Executivo: O equilíbrio entre o executivo, o Legislativo e o Judiciário foi desfeito: o poder Executivo, exercido por militares e aliados civis, se outorgou plenos poderes, marginalizando o Legislativo, cassando vários de seus representantes e interferindo nas decisões do Judiciário. Vários Ministros do Supremo Tribunal Federal foram obrigados a abandonar as suas funções, sendo substituídos por outros indicados pelos governos militares.

Além dos 17 atos institucionais e dos 130 atos complementares outorgados a partir de 1964, quase mil leis excepcionais foram impostas sobre os mais variados pretextos e objetivos.

Controle da estrutura partidária: o Ato Institucional nº 2 (AI 2), entre outras coisas restringiu os partidos políticos, impondo restrições

Em 05 de fevereiro de 1966, foi instituído o **AI-3**:

- Determinava que os Governadores e vices também fossem eleitos de maneira indireta;
- Ficava firmado que seriam considerados eleitos para vice-presidência da República e para vice-governador do estado os candidatos inscritos para o cargo na chapa dos vitoriosos;
- Os Prefeitos das capitais não seriam mais eleitos e sim nomeados pelos governadores do referidos estados ou pelo Governo, sob a justificativa de segurança nacional.

extremas para legalização dos novos partidos. Desta arbitrariedade surgiram a **ARENA** (Aliança Renovadora Nacional), partido da situação e o **MDB** (Movimento Democrático Brasileiro) partido de oposição.

Controle dos sindicatos e entidades classistas: A movimentação grevista e a organização dos sindicatos, antes de 1964, davam a impressão de uma expressiva liberdade sindical, que no momento não era formalizada por lei. Mesmo no governo de João Goulart, as leis controladoras dos sindicatos não foram anuladas, voltando após o golpe de 1964, a ser utilizadas. Além disso, realizou-se intervenção em 425 sindicatos de trabalhadores, destituindo-se seus líderes e substituindo-os por interventores dóceis aos ditames governamentais. A lei da greve, criada em 1964, proibia as greves de natureza política, social ou religiosa, bem como as que poderiam ocorrer em setores que prestassem serviços essenciais. A interpretação do tipo de greve ficava a cargo dos que detinham o poder e, na prática, quase todas as greves tornaram-se ilegais.

Censura dos meios de comunicação: Em seguida ao Golpe de 1964 foram ocupadas o Jornal do Brasil, a Tribuna da Imprensa, O Globo e o Última Hora. Nos meses posteriores, vários jornais oposicionistas foram fechados, entre eles o semanário Novos Rumos, do PCB, o Panfleto e o Brasil Urgente. Em **1967** são criadas a **Lei de Imprensa e a Lei de Segurança Nacional**. Após o AI 5, em dezembro de 1968, a censura política

passou a ser sistemática sobre quaisquer jornais, revistas e emissoras de rádio e televisão.

Repressão política: De 1964 a 1968, a repressão apresentava-se na forma de prisões arbitrárias, intervenções nos sindicatos, demissões de empresas estatais e órgãos públicos, expurgos nas forças armadas, cassação de parlamentares, etc. A ação policial repressiva passou a ser comandada por novos órgãos estatais.

No governo Castelo Branco foi estruturado o **Serviço Nacional de Informações (SNI)**, centro coordenador dos demais serviços militares e civis de informações, como o CIEX do exército, CISA da aeronáutica, CENIMAR da marinha e o **Departamento de Ordem Política e Social (DOPS)**, nos estados. Após 1969, o aparato repressivo chegou ao auge com a criação em SP da Operação Bandeirantes (OBAN), que depois de maio de 1970 deu origem ao **DÓI-CODI (Departamento de Operações e Informações – Centro de Operações de Defesa Interna)**, financiado por setores do grande empresariado, que realizavam prisões arbitrárias e torturas, fazendo desaparecer opositores do regime. Esse clima começou a arrefecer somente em 1975.

Importante!

A Constituição de 1967:

Em janeiro de 1967 foi aprovada uma nova Constituição elaborada por um pequeno número de constitucionalistas nomeados pelo governo. Ao Congresso Nacional coubera apenas a função de aprová-la.

De maneira geral a Constituição de 1967 era a afirmação dos Atos Institucionais e Complementares até então decretados. Ao mesmo tempo **bania da vida pública a maior parte dos políticos de esquerda e alguns de centro.**

A chefia da execução de toda a política nacional era de competência do Presidente da República, assessorado pelo Alto Comando do Estado Maior das Forças Armadas e pelo Serviço Nacional de Informação (**SNI**). As amplas funções do SNI e a instalação e livre acesso de seus membros em todas as áreas administrativas civis e militares garantiam ao Governo as informações necessárias para a fiscalização oficial sobre a vida política nacional.

SESSÃO LEITURA

O GOVERNO COSTA E SILVA (1967-1969)

Introdução:

O marechal Arthur da **Costa e Silva** assumiu a presidência, em 15 de março de 1967, contra a vontade do marechal Castelo Branco, porém como Costa e Silva era Ministro do Exército e contava com o apoio dos seus comandados, acabou por assumir o mandato presidencial.

Em 1968 Costa e Silva ampliou os poderes do Conselho de Segurança Nacional, que passou a decidir sobre política econômica, educação, política externa e interna, ideologia, artes, ciências, sindicalismo, imprensa, opinião pública, religião, etc.

A Face do Autoritarismo: a “Linha Dura” no poder:

Durante o governo Costa e Silva o ressentimento popular e a oposição ao regime militar aumentava. Carlos Lacerda radicalizava os discursos insultuosos contra Costa e Silva e seus ministros, especialmente os militares, chamando o governo de ditadura corrupta.

Os estudantes que há muito vinham se manifestando contra a ditadura militar e em prol das reformas na Universidade, intensificaram as críticas e o enfrentamento ao regime, através de passeatas e outras manifestações liberadas pela **UNE**, entidade estudantil que naquele momento agia clandestinamente.

Em março de 1968 a tropa de choque da polícia militar da Guanabara matou o menor Edson Luís de Lima Souto, estudante, enquanto reprimia a tiros um protesto estudantil. A morte de Edson simbolizou a desproporcional violência militar exercida contra os estudantes.

Em junho os confrontos entre militares e estudantes resultaram na chamada “Sexta Feira Sangrenta”, quando morreram 28 pessoas. Em protesto os estudantes realizaram a Passeata dos 100 mil, que para surpresa geral não foi reprimida, pois o governo federal ordenou a retirada das tropas das ruas.

Aos tumultos das marchas estudantis somavam-se greves operárias, os políticos mais

corajosos que discursavam contra a violência da ditadura, os padres progressistas pregavam contra a fome do povo e a tortura.

Nesse contexto de violência entre governo e oposições, o **Deputado Márcio Moreira Alves**, do MDB do RJ, provocou os “duros” com discursos que estimulavam pais e estudantes a protestar contra o regime não participando do 07 de setembro. A esta “ofensa” aos militares, some-se ainda a estimulação para que as mulheres fizessem greve de sexo com seus maridos até que o governo extinguisse a repressão.

O que parecia uma piada explodiu como uma bomba. Os ministros militares exigiam que o Congresso suspendesse a imunidade parlamentar do Deputado para que ele pudesse ser julgado e processado pelos insultos às Forças Armadas. Embora a maioria dos parlamentares fosse do partido do governo (ARENA), a Câmara negou a suspensão em votação ocorrida no dia 12 de dezembro.

Em contrapartida, no dia seguinte, a nação conhecia o **AI-5** e o **Ato Suplementar 38**. Este último colocava o Congresso em recesso indefinido. A nação iria conhecer o período mais triste e estarecedor de sua história política: o país era colocado nas mãos das forças mais retrógradas e reacionárias de sua sociedade

O AI-5 e o Controle Governamental:

Principais Pontos:

- Reiterava alguns artigos dos Atos Institucionais anteriores e em seus novos artigos ampliava o autoritarismo do governante da nação e de seus principais assessores, que com ele detinham um poder quase absoluto.
- Cassou parlamentares, aposentadoria forçada de Ministros do Supremo Tribunal Federal e de vários professores universitários.
- Estendeu a censura à imprensa, proibindo a publicação de qualquer notícia sobre movimentos operários e estudantis, bem como a divulgação de qualquer crítica ao regime.

A decretação do AI-5, que jogaria a nação no mais obscuro autoritarismo, era mais um distanciamento entre as promessas democratizantes e a prática repressora. Contudo, o presidente Costa e Silva, apesar de representante da “linha dura”, tentou evitar sem sucesso que a direção do país caísse nas mãos dos reacionários e dos torturadores, que usariam sem limites os poderes arbitrários que do AI-5.

Com essa finalidade, Costa e Silva e seu vice Pedro Aleixo, contrariando Ministros militares, participaram diretamente da elaboração de uma nova constituição que deveria ser promulgada em 07 de setembro de 1969. Entretanto esta que seria a nova constituição não entrou em vigor, pois em 28 de agosto, Costa e Silva foi acometido de uma grave enfermidade (trombose cerebral), que o levaria a morte pouco tempo depois.

Impossibilitado de governar, o presidente foi afastado e os Ministros militares contrariando o art. 78 da Constituição que garantia a presidência ao vice se o cargo ficasse vago, não permitiram a posse do civil Pedro Aleixo. O país passou a ser governado por uma Junta Militar Interina, composta pelo Almirante Augusto Redemaker, pelo General Lyra Tavares e pelo Marechal do Ar Márcio de Souza Melo.

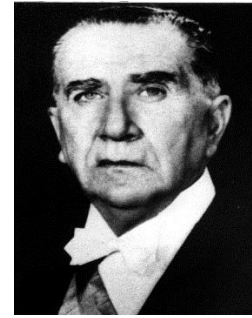
A junta foi responsável pela outorga de uma Emenda Constitucional pela qual incorporava a Constituição de 1967 a prisão perpétua e a pena de morte, fortalecendo a Lei de Segurança Nacional, aumentava o prazo de decretação de estado de sítio e criava a fidelidade partidária para evitar que deputados da ARENA votassem contra projetos governamentais ou se abstivessem de votar.

No dia 22 de outubro, após 10 meses de recesso, o Congresso – já sem os deputados cassados pelo AI-5 – foi reaberto para receber a indicação do General Emílio Garrastazu Médici à Presidência da República. No dia 25 do mesmo mês, o general Médici era eleito e no dia 30 de outubro tomava posse do cargo.

O GOVERNO MÉDICI (1969-1974)

Introdução:

Dentre todos os governos militares de 1964 a 1985, o presidente Médici foi sem dúvida o mais autoritário e repressor. Com ele as liberdades individuais chegaram ao limite das restrições.



Apesar do extraordinário crescimento econômico do país, que configurava o “Milagre Brasileiro” e colocava o Brasil entre as 10 potências industriais do mundo, a sociedade civil vivia sob o julgo do autoritarismo, do terror psicológico, das prisões arbitrárias, dos sequestros, confinamentos e assassinatos de presos políticos, dos esquadrões de morte, dos grampos telefônicos, dos sádicos torturadores que chegavam a requintes de crueldade como torturar crianças e mulheres apenas por serem parentes de “elementos subversivos” enquadrados ou não na Lei de Segurança Nacional.

O modelo econômico adotado gerou um rápido crescimento que entre 1969 e 1973 atingiu taxas que variavam entre 7% e 13% ao ano, levando a euforia o empresariado brasileiro e o capital estrangeiro.

O Auge da repressão:

A sociedade civil vivia amordaçada e mal informada, já que a censura dos meios de comunicação impedia que a imprensa em geral notificasse os fatos, salvos aqueles permitidos oficialmente. Havia também o rigor da censura à literatura, ao cinema, teatro, Shows, novelas.

Mais uma vez a realidade se contrapunha ao discurso, pois, Médici, no discurso de posse, também prometeu instaurar a democracia no país. Quanto às reformas sociais, de prático apenas lançou o dispendioso e fracassado programa da Rodovia Transamazônica com o objetivo de povoar a selva com nordestinos miseráveis, e criou o MOBRAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização) e ampliou os programas de seguro social.

A postura repressora de Médici já se configurava quando ele era chefe do SNI e achava que o AI-5 fora necessário para “combater e deter o mal”, que para ele era a subversão e contra revolução.

No seu governo a oposição foi literalmente jogada na clandestinidade, graças à intensa e sistemática ação de órgãos repressores como DOPS e DÓI-CODI, e CCC (Comando de Caça aos Comunistas).

Ao terrorismo urbano de direita, somaram-se o terrorismo de esquerda, com assaltos a bancos e quartéis, assassinatos e sequestro de diplomatas estrangeiros no Brasil. Com estas ações as esquerdas pretendiam ganhar espaços nos noticiários para divulgar junto a opinião pública sua luta contra a ditadura militar, ou principalmente conseguir libertar presos políticos em troca da liberdade de sequestrados.

Apesar do efêmero sucesso na libertação de mais de uma centena de presos políticos, o inócuo e infeliz terrorismo de esquerda que arrastou consigo centenas de jovens e sonhadores estudantes secundários, só serviu para confirmar a previsão do PCB de que militares usariam a luta armada das esquerdas como pretexto para radicalizar sua ação repressora.

Repressão e Resistência:

A imprensa foi proibida de divulgar qualquer acontecimento ligado à guerrilha urbana e rural. Os órgãos de segurança deram-se plena liberdade de prender, interrogar e sequestrar suspeitos de ligação com a subversão. Institucionalizou-se a tortura como instrumento para que confissões e informações que levassem a outros comprometidos com a luta armada. Agentes de repressão foram infiltrados em organizações terroristas de esquerda. Dezenas de guerrilheiros e suspeitos de subversão foram mortos nos porões da repressão. Alguns foram enterrados em cemitérios clandestinos e outros foram mortos quando tentavam escapar. Além do uso do aparato repressor de uma intensa propaganda anti-guerrilha e de exaltação patriótica como nas inscrições: **Brasil, ame-o ou deixe-o.**

O governo Médici foi grandemente favorecido, no combate a movimentos terroristas de esquerda, pelo fantástico crescimento econômico que lhe permitia angariar simpatias em vários setores da sociedade, notadamente nas classes médias que participaram da "divisão do bolo", aumentando a sua renda.

Em síntese, o governo Médici marcou-se por duas características fundamentais: o arbítrio e o milagre econômico que mascarava a violência do regime. Entretanto, no final do governo Médici, já se vislumbrava uma crise econômica que iria alterar a visão das classes médias sobre o regime militar e encaminhar o país para uma lenta e gradual abertura política.

O GOVERNO GEISEL (1974-1979)

Introdução:

A posse, em março de 1974, do General Ernesto Geisel e do General Alberto Adalberto Pereira dos Santos, escolhidos pelas forças armadas e eleitos indiretamente, significava a volta dos Castelistas (moderados) ao poder. O novo Presidente e alguns oficiais militares eram favoráveis à devolução gradual do poder aos civis, e estavam dispostos a promover um processo gradual, lento e seguro, de abertura democrática.

Os Primeiros Passos Rumo à Abertura Política:

De personalidade marcante e avesso a propagandas, o Presidente Geisel e os militares castelistas que o apoiavam, entendiam que nenhuma sociedade poderia viver tanto tempo submetida a um rígido regime autoritário e sem liberdade de manifestações. Entendiam que a permanente falta de liberdade, o medo e a dominação repressiva impopularizavam o regime militar e poderiam resultar numa explosão social de consequências incalculáveis.

A crise econômica e a aceleração inflacionária iniciada em 1974 causaram um surpreendente revés eleitoral para a ditadura, pois nas eleições parlamentares ocorridas em novembro daquele ano, o MDB quase duplicou o número de cadeiras na Câmara dos Deputados (87 para 165); Quanto às eleições para o Senado, a surpresa foi mais grandiosa, o MDB teve 14,6 milhões de votos, contra 10 milhões da ARENA praticamente triplicando seu número de cadeiras no Senado (de 7 para 20). Assim o MDB ampliava sua área de influência junto ao eleitorado e começava a assumir o papel de oposição.

A mudança no quadro eleitoral era um recado aos generais de que significativas parcelas da sociedade estavam dispostas, pelo menos através das urnas, a contestar o autoritarismo militar. O resultado daquelas eleições não deixava dúvidas sobre a impopularidade da ARENA e conseqüentemente, do regime, que tomava consciência de que a ARENA não mais teria capacidade de vencer eleições verdadeiramente livres.

Era preciso criar mecanismos políticos que evitassem maiores desgastes ao governo e garantissem a continuação dos militares no poder. Foi com este intuito que o Presidente Geisel iniciou o processo de abertura política que resultou mais tarde, num processo de redemocratização, embora não fosse esta intenção da maioria dos militares:

Os Limites da Abertura:

Embora tenha o mérito de ter iniciado a abertura política, o ideal democratizante de Geisel era bastante limitado.

Os órgãos de repressão continuavam prendendo, sequestrando, confinando e torturando opositores e prisioneiros políticos, e o governo continuava caçando mandatos de parlamentares, enquadrando-os na Lei de Segurança Nacional e no AI-5.

Em outubro de 1975, o DÓI-CODI de SP, órgão da repressão ligado ao exército, efetuou inúmeras prisões de supostos membros do Partido Comunista Brasileiro, entre os quais o jornalista Wladimir Herzog, que mais tarde fora encontrado morto em sua cela.

Contra todas as evidências, o Comandante do II Exército General Eduardo D'Ávila Mello, apresentou uma declaração para os meios de comunicação, afirmando que o jornalista havia praticado "suicídio". Diante de tal afirmação o Cardeal D. Paulo Evaristo Arns, realizou na catedral da Sé, um culto ecumênico, como forma de demonstração de desgosto das oposições, apoiado pela OAB e MDB.

Em janeiro de 1976, novamente no DÓI-CODI de SP, outra morte era anunciada, a do operário Manuel Fiel Filho, torturado e morto enquanto era submetido a interrogatório, e mais uma vez a versão oficial foi o suicídio. Tal fato provocou uma rápida reação do Presidente

Geisel, ao desafio da linha dura respondeu com a demissão do Comandante do II Exército, a quem, aliás, o Presidente já havia advertido quando da morte de Herzog, de que não toleraria mais nenhum episódio semelhante.

Começava então o dismantelamento dos órgãos repressores. O poder dos torturadores foi finalmente golpeado pela demonstração de força de Geisel nos meios militares.

Porém, isso tinha um preço. Para manter o apoio da maioria da oficialidade o Presidente tinha de fustigar a oposição civil, impedindo-a de chegar ao poder. Para tanto era necessário criar novos mecanismos políticos para impedir a vitória de um candidato do MDB nas eleições presidenciais indiretas que se daria em outubro de 1978.

Temeroso de um rápido avanço das oposições, o Presidente retrocedeu no processo de abertura política, decretou uma lei que limitava a propaganda eleitoral dos candidatos no rádio e na televisão, reduzindo a apresentação do nome, número e currículo dos candidatos, sem que houvesse debates.

Em abril de 1977, decretou o chamado "Pacote de Abril", uma série de medidas autoritárias, entre as quais destacamos:

- Um entre dois Senadores que seriam eleitos em cada estado, seria escolhido diretamente pelo Governo, instituindo-se assim, o chamado "Senador Biônico", isto é, Senadores não eleitos por voto popular.
- Os governadores continuariam sendo escolhidos em eleições indiretas.
- O mandato de seu sucessor foi aumentado para 6 anos.

Em outubro de 1978, válido somente para vigorar a partir de janeiro de 1979, Geisel revogou os atos institucionais, entre eles o famoso AI-5.

No plano econômico, Geisel anunciou a necessidade de expansão das indústrias de bens de produção (máquinas, equipamentos pesados, aço, cobre, energia elétrica, etc.), a fim de se obter uma significativa infraestrutura econômica para o progresso econômico industrial do país. Neste período, estimularam-se grandes obras nos setores de Mineração e Energia.

Ao final do governo Geisel novas eleições se anunciavam. Na votação do Colégio eleitoral, o General João Batista de Oliveira Figueiredo

venceu com 335 votos contra 266 do General Euler Bentes Monteiro.

O GOVERNO FIGUEIREDO (1979-1985)

Introdução:

Durante o Governo do General Figueiredo, as manifestações populares foram crescendo através de movimentos de críticas às decisões autoritárias e centralizadoras do governo militar. Diversos setores da sociedade brasileira (sindicatos de trabalhadores, grupos de empresários, Igreja, associações artísticas e científicas, Universidades e imprensa), passaram a reivindicar a redemocratização do país.

Diante de tal situação, o governo assumiu o compromisso de realizar a “abertura política” e devolver a democracia para o Brasil. Diante deste processo, os sindicatos representativos das classes trabalhadoras se fortaleceram e despertaram as primeiras greves contra o achatamento salarial.

Dentre estas greves (ilegais dentro das leis do Ministério do Trabalho), destaca-se a dos operários metalúrgicos de São Bernardo do Campo (SP). É nesse momento em que surge a figura de Luís Inácio Lula da Silva, que mais tarde torna-se candidato à Presidência da República pelo PT.

A campanha da sociedade pela redemocratização do país obteve os primeiros resultados positivos, dentre os quais destacam-se:

- Anistia ampla e geral vigorando para todos aqueles que foram punidos pelo governo militar. Desta forma, vários brasileiros que ainda se encontravam no exílio, puderam retornar para o país. Os cassados foram reabilitados na sua cidadania.
- O fim do bipartidarismo e o aparecimento de novos partidos políticos para disputar as eleições. Isso se deu graças à fragmentação do MDB:

- ARENA tornou-se o PDS (Partido Democrático Social)

- MDB desmembrou-se em: PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro); PT (Partido dos Trabalhadores); PDT (Partido Democrático Trabalhista); PTB (Partido Trabalhista Brasileiro)

Em 1980, Figueiredo decretou o restabelecimento das eleições diretas para governador de estado.

No plano econômico, o Ministro do Planejamento promoveu um plano de desenvolvimento nacional preocupado com o crescimento da renda nacional e do emprego; o controle da dívida externa; o combate à inflação; o desenvolvimento de novas formas de energia. (Foi uma busca de um novo milagre econômico).

No plano energético o governo lançou o chamado **Proálcool** (Programa Nacional do Álcool), visando substituir gradualmente o petróleo importado.

Contudo existiam outros entraves para o desenvolvimento como: a Dívida Externa, a Inflação, e o Desemprego.

Politicamente a abertura provocou descontentamento entre os militares da extrema direita, que iniciaram uma onda de “atentados”:

No segundo semestre de 1980 e início de 1981, os militares da linha dura, ao que se supõe, foram responsáveis por vários atentados sangrentos, ainda hoje não esclarecidos. Conforme notícias veiculadas na época, os vários atentados foram praticados por forças policiais – militares comprometidos com a repressão, a tortura e o assassinato de presos políticos. Segundo se especulava, tais forças agiram por temor ao revanchismo, que julgavam inevitável com a restauração do estado de direito e democracia.

Os atentados terroristas começaram em 1980 com incêndios em bancas de revistas e jornais de São Paulo e Minas Gerais, visando intimidar seus proprietários que vendiam publicações consideradas “subversivas”.

Em agosto de 1980 começaram os atentados a bomba. O primeiro alvo foi o Conselho Federal da OAB no RJ, ocasionando a morte de uma funcionária da entidade. Depois foi a vez do atentado à Câmara Municipal do Rio, na sala de um vereador do PMDB, que mutilou um funcionário.

No ano seguinte, em 30 de abril de 1981, ocorreu o mais violento atentado: No Riocentro, enquanto 20 mil pessoas assistiam a um Show musical promovido pelo Centro Brasil Democrático (Cebrade), uma bomba explodiu no estacionamento, sob o colo do Sargento do Exército Guilherme Pereira do Rosário, matando-o instantaneamente e ferindo gravemente o Capitão Wilson Machado, que dirigia o automóvel. Outra bomba havia sido colocada na casa de força, mas não chegou a explodir.



Havia a mais indistigável evidência de que os militares vitimados pela bomba eram os culpados, porém foram identificados como vítimas de terroristas não identificados.

Para apurar o acidente o Exército nomeou o Coronel Luís Antônio Prado como chefe do Inquérito Policial Militar (IPM). Dias depois, o oficial abandonou o posto e a farda, sendo substituído pelo Coronel Job Lorena de Sant'Anna, cujo relatório final sobre o caso foi considerado falho e cheio de erros factuais. Apesar disso, o Superior Tribunal Militar encerrou o caso.

Em razão de os responsáveis não terem sido punidos, o Ministro Gobery do Couto e Silva pediu demissão, abandonando o governo. Sua demissão representou provavelmente o mais importante desdobramento político do atentado do Riocentro.

Resultados da Reforma Partidária:

Nas eleições de novembro de 1982, a oposição conseguiu eleger os governadores dos estados mais ricos do Brasil, a começar por São Paulo com Franco Montoro. Tancredo Neves elegeu-se governador de Minas Gerais também pelo PMDB. No Rio de Janeiro venceu Leonel Brizola, do Partido Democrático Trabalhista (PDT).

Porém a grande novidade política foi mesmo a fundação do Partido dos Trabalhadores (PT), que nas eleições de 1982, lançou como candidato a governador do estado de São Paulo um operário: Luis Inácio Lula da Silva.

“Diretas Já!”:

Para novembro de 1984, estavam marcadas as eleições indiretas para escolha do sucessor de Figueiredo. Apesar do visível esgotamento do regime e de sua impopularidade, os militares pretendiam continuar no poder. Contra essa possibilidade, **em novembro de 1983, foi lançada a campanha para eleições diretas para Presidente.**

As primeiras manifestações não reuniram mais de 10 mil pessoas. Em janeiro de 1984 já eram 50 mil no comício pelas diretas em Curitiba, e 30 mil na praça da Sé em SP; em Teresina 25 mil; em Belém 60 mil; 300 mil em BH. No dia 10 de abril de 1984 já era 1 milhão na Candelária no RJ; no dia 16 de abril, mais de 1 milhão no Anhangabaú em SP.

Todos estes comícios foram importantes demonstrações de que a sociedade estava farta do regime militar. Na esperança de fazer passar a emenda Dante de Oliveira (Dep. Federal pelo PMDB do Mato Grosso), que restabelecia eleições diretas para Presidente da República, o povo compareceu em massa às concentrações organizadas pelos partidos.

Não bastou toda esta demonstração de inconformidade do povo com o regime. No dia 25 de abril de 1984, a emenda foi rejeitada no Congresso Nacional. Não adiantou a união dos partidos de oposição. O PDS, presidido por José Sarney, manteve-se coeso e fiel à ditadura e derrotou a emenda.

A partir de então, a liderança do PMDB, tendo Tancredo Neves como candidato à Presidência, passou a concentrar toda força política no Colégio Eleitoral, defendendo as eleições diretas. Preparou-se para enfrentar, na eleição indireta, o candidato do PDS, Paulo Salim Maluf.

Em julho de 1984 formalizou-se a Frente Liberal, congregando os mais expressivos chefes políticos do PDS (que se opunham a Maluf) então dispostos a apoiar a candidatura de Tancredo Neves.

O **Acordo entre o PMDB e a Frente Liberal** deu origem a **Aliança Democrática**, que se expressava na candidatura de Tancredo Neves à presidência e a de José Sarney a vice. Graças à cisão do PDS, Tancredo conseguiu reunir maioria no Colégio Eleitoral, batendo facilmente Maluf na eleição indireta de novembro de 1984, contudo sem jamais tomar posse.

No dia 14 de março de 1985, um dia antes de sua posse, Tancredo foi submetido às pressas a uma operação no Hospital de Base de Brasília. Após 39 dias de internamento, sofrendo com complicações do pós-operatório, Tancredo faleceu em 21 de abril de 1985, no Instituto do Coração em São Paulo.

Por ironia da história, a “Nova República”, batizada por Tancredo, acabou tendo como seu primeiro presidente José Sarney. Exatamente o mesmo político que, em abril de 1984, comandaria a rejeição da emenda das diretas, contra a vontade popular. Era no mínimo estranho que o slogan das diretas “Muda Brasil” tivesse que ser concretizado pelo ex-presidente do PDS.

Talvez não tenha sido como os líderes do PMDB desejavam, mas o partido subiu ao poder com Sarney. O maior partido da oposição tornou-se, simplesmente, o maior partido do Brasil e um partido da situação. Desde 1982, o PMDB era situação também em vários estados: São Paulo, Paraná, Minas Gerais, Goiás, Espírito Santo e etc. Isso significava que, a partir de então, o PMDB seria julgado pela sua competência em conduzir os negócios públicos. Portanto, seu desempenho eleitoral não seria mais facilitado pela impopularidade do regime militar, alvo do protesto dos eleitores que votaram nos candidatos do partido.

O primeiro teste aconteceu em novembro de 1985, nas eleições municipais para escolha de prefeitos das capitais dos estados. Conforme a opinião dos políticos mais experientes, era decisivo para o futuro do PMDB, vencer em São Paulo. O candidato, pelo PMDB foi o sociólogo Fernando Henrique Cardoso. Realizada a eleição, saiu vitorioso Jânio Quadros, que disputou pelo PTB. Os resultados de novembro de 1985, no principal estado, indicaram que o PMDB começava a decepcionar.

EXERCÍCIOS DE FIXAÇÃO:

1- FUVEST-SP

Sobre o fim do período militar no Brasil (1964 - 1985), pode-se afirmar que ocorreu de forma:

- A- conflituosa, resultando em um rompimento entre as forças armadas e os partidos políticos.
- B- abrupta e inesperada, como na Argentina do general Galtieri.
- C- negociada, como no Chile, entre o ditador e os partidos na ilegalidade.
- D- lenta e gradual, como desejavam setores das forças armadas.
- E- sigilosa, entre o presidente Geisel e Tancredo Neves, à revelia do exército e dos partidos.

2- UFTM-MG

Há vinte anos, a eleição de Tancredo Neves e de José Sarney para presidente e vice-presidente da República, respectivamente, significou um marco importante na História brasileira, porque:

- A- permitiu a retomada do poder pelos civis, numa eleição direta vencida no primeiro turno, a exemplo do ocorrido na Argentina.
- B- se tornou o primeiro governo civil desde a queda de João Goulart, apesar de Tancredo não ter chegado a assumir a presidência.
- C- levou à vitória do partido situacionista no Colégio Eleitoral, o que permitiu a implementação da política econômica neoliberal.
- D- foi a primeira eleição direta desde o golpe militar de 1964 e deu início a uma nova fase, chamada pela imprensa de Nova República.
- E- concretizou os objetivos da campanha Diretas-Já, com a vitória da Aliança Democrática em todos os estados.

PINTOU NO ENEM:

1- ENEM [2013]

PSD - PTB - UDN
PSP - PDC - MTR
PTN - PST - PSB
PRP - PR - PL - PRT

Finados

FORTUNA. *Correio da Manhã*, ano 65, n. 22 264, 2 nov. 1965.

A imagem foi publicada no jornal *Correio da Manhã*, no dia de Finados de 1965. Sua relação com os direitos políticos existentes no período revela a:

- A- extinção dos partidos nânicos.
- B- retomada dos partidos estaduais.
- C- adoção do bipartidarismo regulado.
- D- superação do fisiologismo tradicional.
- E- valorização da representação parlamentar.

2- ENEM [2012]

“Diante dessas inconsistências e de outras que ainda preocupam a opinião pública, nós, jornalistas, estamos encaminhando este documento ao Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo, para que o entregue à Justiça; e da Justiça esperamos a realização de novas diligências capazes de levar à completa elucidação desses fatos e de outros que porventura vierem a ser levantados.”

Em nome da verdade. In: O Estado de São Paulo, 3 fev. 1976. Apud. FILHO, I. A. **Brasil, 500 anos em documentos**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

A morte do jornalista Vladimir Herzog, ocorrida durante o regime militar, em 1975, levou a medidas como o abaixo assinado feito por profissionais da imprensa de São Paulo. A análise dessa medida tomada indica a:

- A- Certeza do cumprimento das Leis
- B- Superação do governo de exceção
- C- Violência dos terroristas de esquerda

D- Punição do torturadores da polícia

E- Expectativa da investigação dos culpados

3- ENEM [2011]

“Em meio as turbulências vividas na primeira metade dos anos 1960, tinha-se a impressão de que as tendências de esquerda estavam se fortalecendo na área cultural. O Centro Popular de Cultura (CPC) da União Nacional dos Estudantes (UNE) encenava peças de teatro que faziam agitação e propaganda em favor da luta pelas reformas de base e satirizavam o ‘imperialismo’ e seus ‘aliados internos’”.

KONDER, L. **História das Ideias Socialistas no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

No início da década de 1960, enquanto vários setores da esquerda brasileira consideravam que o CPC da UNE era uma importante forma de conscientização das classes trabalhadoras, os setores conservadores e de direita (políticos vinculados a União Democrática Nacional - UDN - (Igreja Católica, grandes empresários etc.) entendiam que esta organização:

A- constituía mais uma ameaça para a democracia brasileira, ao difundir a ideologia comunista.

B- contribuía com a valorização da genuína cultura nacional, ao encenar peças de cunho popular.

C- realizava uma tarefa que deveria ser exclusiva do Estado, ao pretender educar o povo por meio da cultura.

D- prestava um serviço importante A sociedade brasileira, ao incentivar a participação política dos mais pobres.

E- diminuía a força dos operários urbanos, ao substituir os sindicatos como instituição de pressão política sobre o governo.

GABARITO:

Fixação:

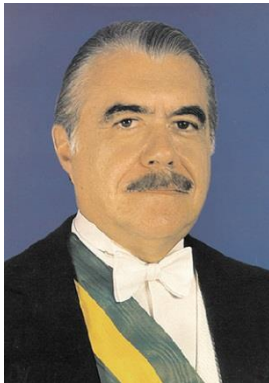
- 1- D
- 2- B

Pintou no Enem:

- 1- C
- 2- E
- 3- A

A NOVA REPÚBLICA

O GOVERNO JOSÉ SARNEY (1985-1990)



Introdução:

Durante os 5 anos do governo Sarney, o país enfrentou recordes de taxas de inflação, diversas crises ministeriais, e vários planos econômicos que alteraram as regras da economia.

O país passou por graves crises, com altíssimos índices de inflação anual e queda das reservas cambiais a níveis críticos. Em vista disso, o país requereu a moratória de sua dívida externa, ou seja, a suspensão temporária do pagamento dos débitos aos credores estrangeiros.

Por outro lado, caracterizou-se como um governo de transição democrática, e estabeleceu novos avanços políticos importantes, como a Convocação de uma Assembleia Constituinte, o estabelecimento de eleições diretas em todos os níveis e a legalização de partidos de qualquer tendência, inclusive comunistas e socialistas.

Em decorrência disso, o país renovou seus Governadores, Senadores e Deputados, Prefeitos, Vereadores e pode acompanhar, depois de quase 30 anos, uma nova campanha presidencial.

Economia:

Na tentativa de equilibrar a economia, foram postos em prática alguns planos, cuja principal característica era o combate à alta inflacionária. Foram eles: o **Plano Cruzado** (1986); o **Plano Bresser** (1987); e o **Plano Verão** (1989).

De todos estes planos, o que obteve maior repercussão foi o Plano Cruzado. Em fevereiro de 1986, sob a orientação do então

Ministro da Fazenda, foi lançado esse plano de estabilização, objetivando conter a inflação e reorganizar a economia. Entre as principais medidas destacavam-se:

- O **Cruzeiro** perdia três zeros e passava a ser chamado de **Cruzado** (1000 Cruzeiros = 1 Cruzado); todos os preços estavam congelados por um ano;
- Os salários receberiam um abono de 8%, seriam recalculados na média dos últimos seis meses, mas só seriam reajustados após um ano ou quando a inflação atingisse 20%;
- Paralelamente, o governo brasileiro conseguiu renegociar a dívida externa, e a redução dos juros foi obtida sem que fosse necessário recorrer ao FMI.

Um dos resultados dessa mudança foi que muitos estabelecimentos comerciais iniciaram um processo de remarcação clandestina de preços, provocando a reação dos consumidores, incentivada pela própria propaganda governamental (“Sou fiscal do Sarney”).



A população exigia a intervenção policial e, em várias ocasiões, interditavam a empresa fraudadora por sua iniciativa. Sucederam-se tumultos e intervenção governamental de empresas, particularmente os supermercados.

Alguns meses depois, muitos produtos só eram oferecidos com o pagamento de “ágil” (valor cobrado acima da tabela). Os órgãos governamentais não conseguiram controlar esta prática e o congelamento rapidamente deixou de ser respeitado pelos produtores e comerciantes. O ímpeto dos primeiros dias, quando a própria população garantia o cumprimento das normas do Plano Cruzado, também sucumbiu.

Os resultados do Plano Cruzado foram positivos nos primeiros meses. O poder aquisitivo das camadas populares aumentou; a extinção da correção monetária realocou parte do capital dos setores financeiros para o produtivo; o índice de

desemprego ficou menor. Antes do final de 1986, porém, o plano já demonstrava ter fracassado.

Uma Nova Constituição:

No início de seu governo, Sarney propôs ao Congresso Nacional que os parlamentares eleitos em 1986, fossem ao mesmo tempo, os membros da Assembleia Nacional Constituinte.

A constituição aprovada revelou-se uma solução de compromissos entre dois blocos ideológicos distintos: os liberais tradicionais, contrários à intervenção do Estado na atividade econômica, e os intervencionistas, favorável a atuação reguladora por parte do Estado. Se encarada, porém, do ponto de vista dos chamados direitos sociais, é a mais ampla de nossa história, superando inclusive a de 1934.

Em 5 de outubro de 1988, o presidente da Assembleia Constituinte, Ulisses Guimarães, declarou promulgada a nova Constituição, qualificando-a como “Constituição cidadã”. O texto havia sido aprovado por 474 votos a favor, 15 contrários e 6 abstenções. **64 deputados não estiveram presentes à votação.**

Um balanço geral permite-nos observar que os trabalhadores conseguiram diversas vantagens com a Constituição. Sua organização e a combatividade de seus representantes na Constituinte foram sem dúvida, os principais responsáveis por estas conquistas, dentre as quais destacam-se:

Salário: ao sair de férias o trabalhador tinha direito a um abono igual a 33% de seu salário. O empregado demitido deveria receber uma indenização correspondente a 40% de seu FGTS. Todo o trabalhador que recebesse até dois salários mínimos mensais, teria direito a um abono de um salário mínimo no final do ano, pago pelo governo.

Direito de greve: Tornou-se praticamente irrestrito.

Jornada de trabalho: A jornada semanal baixou de 48 horas para 44 horas; a jornada de trabalho em turnos ininterruptos de revezamento era de no máximo seis horas.

Aposentadoria: Os aposentados passavam a receber 13º salário; nenhuma aposentadoria seria inferior a um salário mínimo.

Licença Maternidade: Passava de 90 para 120 dias; também passaria a existir a licença **paternidade**, inicialmente de 5 dias.

Outras mudanças importantes foram:

- O estabelecimento de dois turnos nas eleições para Presidente, Governadores, e Prefeitos de cidades com mais de 200.000 habitantes.

- O voto facultativo entre 16 e 18 anos.

- A redistribuição dos impostos em favor dos estados e municípios.

- A garantia por parte do estado, de benefícios e proteção às empresas brasileiras de capital nacional.

- O fim da censura à rádio, televisão, cinema e etc.

- A proteção ao meio ambiente.

- O mandado de 5 anos para Presidente da República foi reduzido para 4 anos a partir de 1995.

- Eleições diretas para Presidente da República a partir de 1989.

- Garantiu-se aos índios a posse da terra que já ocupavam tradicionalmente, competindo a União, demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

- A prática de racismo, constitui crime inafiançável, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.

A Constituição de 1988 não trouxe avanço, porém, em relação à reforma agrária, pois determina que as propriedades consideradas produtivas não podem ser desapropriadas.

As Eleições de 1989:

No final de seu governo, Sarney não havia conseguido melhorar o panorama econômico do Brasil. Contudo, levou até o fim o processo de transição democrática, iniciado em seu mandato embalado pelos ventos da liberalização política que começavam a soprar do leste europeu.

Em novembro e dezembro de 1989, realizaram-se as primeiras eleições diretas para Presidente da República desde 1960. Concorreram a sucessão presidencial,

representantes de vários partidos políticos: Mário Covas (PSDB); Paulo Maluf (PDS); Roberto Freire (PCB); Ulisses Guimarães (PMDB), entre outros.

A disputa principal, no entanto, restringiu-se a três candidatos: **Fernando Collor de Mello**, do incipiente Partido da Renovação Nacional (PRN), representando os grupos mais conservadores da política nacional; **Luiz Inácio Lula da Silva**, do Partido dos Trabalhadores (PT); e **Leonel Brizola**, do Partido Democrático Trabalhista (PDT), ambos defendendo propostas de mudanças mais profundas na estrutura socioeconômica do país.

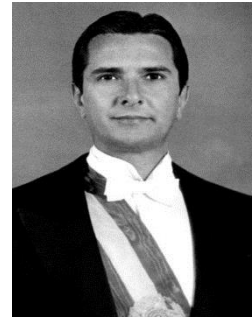
A disputa no segundo turno restringiu-se a oposição entre Collor (que já no primeiro turno havia despontado na preferência dos eleitores), e Lula, que tomou a frente de Brizola numa disputa acirrada.

Collor venceu as eleições com cerca de 35 milhões de votos (5 milhões a mais que seu opositor), assumindo a presidência em 15 de março do ano seguinte. Vendendo a imagem de “caçador de marajás”, Collor iniciou sua carreira política em Alagoas, onde foi eleito indiretamente prefeito de Maceió (Prefeito “Biônico”), Deputado Federal e Governador de estado.



A campanha de Collor baseara-se na luta contra a corrupção, na busca da modernidade para o país e na proteção às camadas mais carentes da população, os “descamisados”.

O GOVERNO COLLOR (1990-1992)



Introdução:

Ao assumir a Presidência, Collor prometeu uma política de austeridade, como corte de gastos do governo pela redução do número de funcionários fantasmas, o fim dos privilégios desmedidos de funcionários públicos e membros do governo e a privatização das empresas estatais, reduzindo assim os gastos com o aparelho estatal.

O caráter neoliberal do discurso de Collor, advogando principalmente, o fim do intervencionismo estatal em assuntos econômicos, contribuiu para aglutinar setores das classes dirigentes em torno de sua proposta.

Economia:

No dia de sua posse, o presidente anunciou um plano econômico de combate à inflação – O Plano de Reconstrução Nacional ou **Plano Collor**, como ficou conhecido – que previa, entre outras medidas, o bloqueio por 18 meses de praticamente todos os depósitos bancários feitos no país.

Além disso, estabeleceu o congelamento de preços e salários e a extinção de diversas empresas estatais. No comando do Ministério da Economia estava Zélia Cardoso de Mello, que, durante pouco mais de um ano, conduziu uma política econômica de caráter marcadamente recessivo.

As medidas adotadas durante o governo Collor, embora drásticas, não solucionaram o grave problema da inflação, além de terem contribuído para piorar ainda mais a crise social, com o acentuado rebaixamento do padrão de vida da população brasileira.

Os Escândalos:

A instabilidade econômica trouxe consigo a instabilidade política, determinando a substituição de vários Ministros e a queda da popularidade do Presidente. Com seu estilo personalista e arrogante e afeito a exibições públicas, Collor deu continuidade a sua política econômica, favorecendo as exportações e privatizando muitas empresas estatais. Com isso, acentuaram-se a recessão e a oposição ao seu governo. Além disso, Collor não conseguiu estabelecer uma base de apoio parlamentar, o que o enfraqueceu politicamente.

As privatizações foram também bastante tumultuadas, desencadeando violenta reação de alguns setores da sociedade. Ao mesmo tempo, surgem as **primeiras denúncias de corrupção no governo**, envolvendo ex-ministros (Antonio Rogério Magri, do Trabalho e Previdência Social; Alcení Guerra da Saúde; Zélia Cardoso de Mello da economia), assessores diretos da Presidência e a própria Primeira Dama Rosane Collor, na época a frente da Legião Brasileira de Assistência (LBA), todos acusados de desvio de verbas públicas.

Em maio de 1992, um desentendimento familiar levou o irmão mais novo do presidente, Pedro Collor, a denunciar à imprensa irregularidades cometidas pelo empresário alagoano Paulo César Farias, ex-tesoureiro da campanha presidencial e que ainda mantinha vínculos com o governo.

Suspeitando do envolvimento do presidente num amplo esquema de corrupção e tráfico de influência, o Congresso Nacional instaurou uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar as denúncias contra P.C. Farias.

O relatório final da CPI apontou ligações estreitas entre o presidente e o empresário, iniciando a partir daí, um processo de **impeachment** contra Fernando Collor. Ele recorreu a manobras judiciais e regimentares, assim como a política de troca de favores e compra de votos, para tentar bloquear o processo.

Os “Caras Pintadas” e o Impeachment:

A população saiu às ruas em diversas cidades do Brasil, exigindo o afastamento. Estudantes secundaristas e universitários, com os rostos pintados de verde e amarelo, também

participavam das manifestações pró impeachment.

Pressionado pela opinião pública às vésperas das eleições municipais, o Congresso Nacional, em 29 de setembro de 1992, numa sessão histórica, decidiu pelo afastamento de Collor do cargo presidencial, enquanto se apuravam as denúncias dos fatos e se ouviam os envolvidos.

Isolado politicamente e sem conseguir provar sua inocência, Fernando Collor **renunciou à Presidência em 30 de dezembro de 1992**. Neste mesmo dia, Itamar Franco, vice-presidente, assumiu o cargo interinamente com o apoio de todos os partidos políticos.



Caso raro na história mundial – o Chefe do Executivo de um país ser afastado do poder pelas vias democráticas-, a repercussão externa do impeachment do presidente foi bastante positiva. Este fato ganhava especial importância para um país que estivera sob uma ditadura militar, e que só recentemente voltara à condição de uma democracia.

O novo presidente herdou os graves problemas econômicos e sociais de seu antecessor, principalmente o aumento descontrolado da inflação.

O GOVERNO ITAMAR FRANCO (1992-1994)



Introdução:

O novo Presidente empossado deveria completar o mandato de seu antecessor.

No **plano político**, o fato mais importante do governo Itamar foi à realização do Plebiscito

em 1993. Previsto nos dispositivos transitórios da Constituição de 1988, essa consulta popular deveria decidir qual o regime político (monarquia ou república) e a forma de governo (parlamentarismo e presidencialismo) a serem adotados no país.

Em 21 de abril de 1993 o resultado das urnas confirmou a preferência dos eleitores pela manutenção da República Presidencialista do Brasil.

O Plano Real:



Economicamente, a realização mais relevante do novo governo foi o **Plano Real**. Antes desse plano, sucederam-se três Ministros da Fazenda, que buscaram sem sucesso combater o crescente processo inflacionário. O cargo foi ocupado em maio de 1993 pelo senador Fernando Henrique Cardoso, até então Ministro das relações exteriores do governo Itamar.

Em fins de 1993, com a inflação próxima a 2500% ao ano, entrou em vigência o Plano Real, cujo nome derivou da adoção de uma nova moeda nacional, que começou a circular em 1º de julho de 1994. Suas principais metas eram a redução da inflação e a estabilização econômica. Para atingir esses objetivos adotaram-se medidas visando conter os gastos públicos, privatizar as empresas estatais, reduzir o consumo com o aumento da taxa de juros e baixar o preço dos produtos com abertura do mercado interno às exportações.

Política Interna:

A queda da inflação e a abertura da economia propiciaram o aumento do poder aquisitivo e da capacidade de consumo dos setores de baixa renda, garantindo altos índices de popularidade ao presidente Itamar Franco.

Em sua gestão, Itamar incentivou as investigações sobre corrupção na administração pública, tendo estimulado a CPI promovida pelo Congresso Nacional para apurar as irregularidades relativas ao orçamento da União. Foram denunciados durante a investigação 23

parlamentares, 6 ministros e ex-ministros, e 3 governadores estaduais.

O temperamento impulsivo, populista e algumas vezes hesitante do Presidente foi caracterizado como marca negativa de sua gestão. Em compensação, sua simplicidade, austeridade e probidade administrativa renderam-lhe uma imagem positiva perante a população.

Em 1995, ao passar a faixa presidencial para seu sucessor, Itamar contava com um índice de aprovação de 80% ao seu governo, conforme pesquisa efetuada por renomado instituto de pesquisa de opinião pública.

O GOVERNO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (1995-2002)



Introdução:

Em 1º de janeiro de 1995, Fernando Henrique Cardoso assumiu a Presidência da República, depois de eleger-se já no primeiro turno com quase 55% dos votos válidos. Sua candidatura fora sustentada por uma aliança formada entre PSDB e PFL, este último congregando parte das forças conservadoras do país, ligadas ao regime anterior.

Contra FHC concorreu Lula (PT) que obteve 27% dos votos válidos, além de Leonel Brizola (PDT), Orestes Quécia (PMDB), Esperidião Amim (PPR), entre outros.

Com o sucesso do Plano Real e o prestígio político de sua formação acadêmica, o presidente recém empossado conferiu ao novo governo brasileiro respeito e reconhecimento internacional. Entre as mais importantes políticas governamentais encontram-se a **Reforma da Constituição e a Continuidade do Plano Real**.

As Reformas:

No âmbito da **Reforma Constitucional**, no início do governo, foram aprovadas pelo Congresso Nacional as emendas que estabeleceram a quebra dos monopólios do petróleo e das comunicações. Foram também eliminadas as discriminações ao capital estrangeiro com a mudança do conceito de empresa nacional, que passou a ser considerada toda aquela constituída sob as leis brasileiras no país sediadas e administradas, independentemente de seus sócios controladores serem estrangeiros ou residentes no exterior.

No final do mandato presidencial o Congresso discutia as Reformas da Previdência, do Estatuto do Funcionalismo Público e dos Sistemas Fiscal, Tributário e Administrativo. As mudanças da Constituição de 1988 visavam segundo o governo, atingir objetivos mais essenciais: assegurar a estabilidade política, mediante a reorganização do Estado e da Administração, e retomar o desenvolvimento econômico, acelerando a integração ao mercado mundial e a moderação científica e tecnológica.

Efeitos do Plano Real e da Política Econômica:

A política econômica do novo governo deu prosseguimento ao Plano Real. Durante os dois primeiros anos, a moeda estabilizou-se e manteve uma relativa equivalência com o dólar, além disso, a inflação manteve um patamar bastante baixo.

Contudo, as medidas de ajuste adotadas provocaram recessão econômica, quebras de bancos e empresas, assim como um surto de demissões e desemprego em todos os setores da economia.

Além do alto nível de desemprego nas grandes cidades, a indefinição governamental quanto à reforma agrária provocou no campo uma onda de ocupação de propriedades rurais, liderados pelo MST (Movimento dos Sem Terra).

A par de importantes realizações, problemas como a distribuição de renda, a questão agrária, a melhoria da educação e saúde, entre outros, continuavam a exigir do novo governo, medidas urgentes.

A política recessiva e de alto custo social foi denominada pelos diversos setores da oposição como resultado do neoliberalismo.

A Reeleição:

O empenho político do governo destinou-se a aprovação de uma Emenda Constitucional que permitia a reeleição do Presidente da República, e dos Governadores dos estados. A partir de uma forte ofensiva junto aos grandes partidos nacionais, (PMDB, PFL, PPB, PSDB), o governo conseguiu e obteve, em outubro de 1998, uma nova vitória eleitoral.

Contra a aliança de FHC, a oposição de esquerda relançou Lula como candidato a presidência e Brizola como vice. Pela primeira vez, os dois maiores partidos de oposição saíram unidos desde o início numa disputa eleitoral.

Mesmo abalada por uma impressionante crise cambial, em 1998, a sociedade brasileira manteve seu apoio a FHC, que foi reeleito no primeiro turno. No entanto o resultado das eleições não pode ser considerado totalmente favorável ao governo. Nos estados houve importantes vitórias de candidatos de oposição, principalmente as de Olívio Dutra (PT/RS), Itamar Franco (PMDB/MG), e Anthony Garotinho (PDT/RJ). Em SP a vitória de Mário Covas (PSDB) só foi possível graças ao apoio de importantes lideranças de esquerda, realizando uma aproximação de setores do PSDB com setores do PT e PSB.

Além disso, as eleições estaduais ativaram as lutas internas na base governista, excessivamente ampla e heterogênea. Para garantir a governabilidade do país, FHC permitiu que o Legislativo Federal fosse controlado pelos maiores partidos brasileiros, PMDB e PFL, enquanto comandava o Executivo Federal com uma equipe composta em sua maioria por velhos companheiros de militância política e amigos pessoais, muitos dos quais exilados e perseguidos pela ditadura militar. A ambiguidade do governo FHC é sempre justificada pelos seus mais ardorosos defensores pelas necessidades pragmáticas do exercício do poder.

Desde 1995, o ex-governador da Bahia e Senador Antônio Carlos Magalhães – o ACM – tornou-se uma espécie de eminência parda do governo brasileiro. Sua presença, no mesmo campo político de líderes marcados pela luta contra a ditadura – Franco Montouro, José Serra, Francisco Weffort – e propagandistas da modernização da política brasileira, soa pelo menos como contraditória. Parece mesmo um casamento de conveniências repleto de traições.

As ambiguidades e contradições do governo FHC, somaram-se às dificuldades do PT e dos demais partidos de esquerda em ampliar suas lideranças e apresentar os programas de transformações sociais e econômicas necessárias ao país. Enquanto o governo e a oposição viveram seus dilemas e limites políticos, a sociedade brasileira apresentava índices alarmantes de desemprego, analfabetismo, desnutrição, e miséria.

SESSÃO LEITURA

Trechos extraídos da revista Veja de 30/09/2012.

Disponível em:

<<http://veja.abril.com.br/especiais/extras/fechado/impeaimpeac01.html>>. Último acesso em 23 mai. 2014.

Saiu na Mídia:
30 de setembro de 1992

Página virada

Collor perde por 441 votos e anuncia, através de Célio Borja, que não renuncia e que irá colaborar na transição para Itamar

O presidente Fernando Collor de Mello foi afastado do cargo que ocupava desde 15 de março de 1990. O voto de 441 deputados a favor do seu julgamento no Senado, dado em alto e bom som na memorável sessão de terça-feira passada, apeou a cáfila de salteadores que ocupou a Presidência. No acaso da chamada ao microfone por ordem alfabética, coube ao deputado Paulo Romano, do PFL mineiro, o voto que emocionou o país. Foi ele, com o 336º voto, aquele que garantia a aprovação do impeachment, que deu a senha para a comemoração, para o momento de grandeza maior. O Brasil se agitou, lágrimas foram derramadas e bandeiras agitadas. Na Câmara, presidida de maneira impecável por Ibsen Pinheiro, cantou-se o Hino da Independência com fervor cívico. Ao determinar que Collor deixe de exercer os poderes presidenciais como vinha fazendo há 930 dias, a Câmara escreveu uma página gloriosa de sua história. [...] Até minutos antes da votação, Collor estava eufórico, garantindo que iria ganhar. Quando começou a chamada dos deputados, retirou-se sozinho para o seu gabinete. Numa sala ao lado, instalaram-se o seu secretário e cunhado, Marcos Coimbra, Lafaiete Coutinho, Álvaro Mendonça, o assessor Luís Carlos Chaves e seu amigo Luiz Estevão. Estavam macambúzios, derrubados. Depois da acachapante derrota, Célio Borja saiu do Ministério da Justiça para, junto com o chefe do gabinete militar, Agenor de Carvalho, o porta-voz Etevaldo Dias e Marcos Coimbra, encontrar-se com Fernando Collor. Collor determinou a Célio Borja que desse uma entrevista coletiva, dizendo que colaboraria na transição do poder para Itamar Franco. Segundo o ministro da Justiça, o presidente apeado se disse disposto a transmitir o cargo com dignidade, cumprindo as determinações da presidência do Senado e do Supremo Tribunal Federal. Itamar Franco, que acompanhou a sessão da Câmara de sua casa, divulgou uma nota dizendo que "a nação espera de seus filhos

EXERCÍCIO DE FIXAÇÃO

1- (Fuvest 2012)

O presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), disse nesta segunda-feira [30/5] que o impeachment do ex-presidente Fernando Collor de Mello foi apenas um “acidente” na história do Brasil. Sarney minimizou o episódio em que Collor, que atualmente é senador, teve seus direitos políticos cassados pelo Congresso Nacional. “Eu não posso censurar os historiadores que foram encarregados de fazer a história. Mas acho que talvez esse episódio seja apenas um acidente que não devia ter acontecido na história do Brasil”, disse o presidente do Senado.

Correio Braziliense, 30/05/2011.

Sobre o “episódio” mencionado na notícia acima, pode-se dizer acertadamente que foi um acontecimento

- a) de grande impacto na história recente do Brasil e teve efeitos negativos na trajetória política de Fernando Collor, o que faz com que seus atuais aliados se empenhem em desmerecer este episódio, tentando diminuir a importância que realmente teve.
- b) nebuloso e pouco estudado pelos historiadores, que, em sua maioria, trataram de censurá-lo, impedindo uma justa e equilibrada compreensão dos fatos que o envolvem.
- c) acidental, na medida em que o impeachment de Fernando Collor foi considerado ilegal pelo Supremo Tribunal Federal, o que, aliás, possibilitou seu posterior retorno à cena política nacional, agora como senador.
- d) menor na história política recente do Brasil, o que permite tomar a censura em torno dele, promovida oficialmente pelo Senado Federal, como um episódio ainda menos significativo.
- e) indesejado pela imensa maioria dos brasileiros, o que provocou uma onda de comoção popular e permitiu o retorno triunfal de Fernando Collor à cena política, sendo candidato conduzido por mais duas vezes ao segundo turno das eleições presidenciais.

PINTOU NO ENEM:

1- ENEM [2011]



O movimento representado na imagem, do início dos anos de 1990, arrebatou milhares de jovens no Brasil.

Nesse contexto, a juventude, movida por um forte sentimento cívico,

- A- aliou-se aos partidos de oposição e organizou a campanha Diretas Já.
- B- manifestou-se contra a corrupção e pressionou pela aprovação da Lei da Ficha Limpa.
- C- engajou-se nos protestos relâmpago e utilizou a internet para agendar suas manifestações.
- D- espelhou-se no movimento estudantil de 1968 e protagonizou ações revolucionárias armadas.
- E- tornou-se porta-voz da sociedade e influenciou no processo de *impeachment* do então presidente Collor.

GABARITO:

Exercício de Fixação:

1- A

Pintou no Enem:

1- E

Referências:

ARENDDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo**. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

CARVALHO, José Murilo. **Os Bestializados**. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.

FAUSTO, Bóris. **A Revolução de 1930: Historiografia e História**. São Paulo: Brasiliense, 1975.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). **O Brasil Republicano: O tempo do nacional-estatismo. Do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v. 1, 376p.

GARCIA, Nelson J. **O Estado Novo: ideologia e propaganda política**. São Paulo: Loyola, 1982.

HOBBSAWM, Eric J. **Era dos extremos. O breve século XX. 1914-1991**. 2ª ed. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. Trad. Sueli Tomazzini Barros Cassal. Porto Alegre: L&PM, 2001.

NEGREIROS, Thamiris. **Apostila do Curso Pré Universitário da UFJF**. Juiz de Fora, 2012.

_____. **A formação das almas. O imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

_____. (org.). **O Brasil Republicano**. São Paulo: Difel, 1982/84.

REIS FILHO, Daniel Aarão (et ali). **O século XX**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000, 3v.

SAES, Décio. **Classe média e sistema político no Brasil**. São Paulo: T. A, Queiroz, 1985.

Exercícios do Enem. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br>> Acesso em: 23, mai. 2014

Imagens extraídas de:

Disponível em: <www.wikipedia.com> Acesso em: 23, mai. 2014.

Disponível em: <www.velhosamigos.com.br> Acesso em: 23, mai. 2014.

Disponível em: <<http://blogdozepaulo.blogspot.com.br>> Último acesso em: 23, mai.2014.

Disponível em: <<http://www.historiadigital.org>> Acesso em: 23, mai. 2014.

Disponível em: <<http://bercariopedagogico.blogspot.com.br>> Acesso em: 23, mai. 2014.

Disponível em: <<http://www.brasilecola.com>> Acesso em: 23, mai. 2014.

Disponível em: <<http://www.marxismo.org.br>> Acesso em: 23, mai. 2014.

Disponível em: <<http://democraciapolitica.blogspot.com.br>> Acesso em: 23, mai. 2014.

Disponível em: <<http://www.projetomemoria.art.br>> Acesso em: 23, mai. 2014.